AGROANALYSIS
A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ❑ VOL 19 ❑ Nº 2 ❑ 15 DE FEVEREIRO DE 1999 ❑ R$ 6,00

O REBANHO SAI DO BREJO



Com aporte tecnológico e gestão empresarial a pecuária de corte brasileira passa por uma verdadeira reengenharia nas atividades de produção

CONEXÃO BRASILEIRA

Empresas citrícolas paulistas vão para a Flórida buscando a sobrevivência no mercado

ISSN 0100-4298
9 770100 429988 00002 ^

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

É respeitando os outros que se ganha o respeito de todo mundo.



WORLD'S MOST RESPECTED COMPANIES

(base: all respondents; top 40 nominations)

Company	Country	Sector
1. General Electric	US	Electrical/IT/Telecoms
2. Microsoft	US	Electrical/Telecoms
3. Coca-Cola	US	Food/Beverages/Consumer Goods
4. IBM	Japan	Electrical/IT/Telecoms
5. Toyota	Germany	Engineering
6. Daimler-Benz	Switzerland/Sweden	Engineering
7. ABB	Switzerland	Food/Beverages/Consumer Goods
7. Nestlé	US	Engineering
9. Ford	US	Electrical/IT/Telecoms
9. Intel	US	Engineering
11. General Motors	Netherlands/UK	Energy/Chemicals
12. Royal Dutch Shell	Germany	Engineering
13. BMW	US	Electrical/IT/Telecoms
14. Hewlett-Packard	US	Food/Beverages/Consumer Goods
14. Procter & Gamble	US	Food/Beverages/Consumer Goods
16. Phillip Morris	France/UK	Engineering
17. Alstom	US	Food/Beverages/Consumer Goods
17. Cargill	US	Food/Beverages/Consumer Goods
17. Colgate-Palmolive	US	Healthcare
17. Johnson & Johnson	US	Media/Leisure
17. McDonald's	US	Healthcare
17. Servicemaster	US	Retail
17. WalMart	US	Food/Beverages/Consumer Goods
	Japan	Energy/Chemicals
		Electrical/IT/Telecoms
		Retail
		Electrical/IT/Telecoms
		Engineering

Fonte: Pesquisa dirigida pela PricewaterhouseCoopers, publicada no "Financial Times".

Dammann, Soriani

Respeito é igualzinho a confiança.
A gente não impõe. A gente vai conquistando.
A Cargill é um bom exemplo disso.
Há 134 anos fazendo parcerias produtivas com o homem do campo, dando apoio técnico e financeiro no plantio, fornecendo fertilizantes e outros insumos, transportando, armazenando e comercializando safras, a Cargill conquistou o respeito do produtor rural.
Trabalhando lado a lado com as indústrias de alimentos e de inúmeros outros setores, fornecendo know-how e matérias-primas de alta qualidade, a Cargill conquistou o respeito dos mais exigentes fabricantes de todo o mundo.
Interagindo e apoiando as comunidades onde atua, e que se espalham por longínquos recantos de todo o Brasil e em 65 países, a Cargill conquistou o respeito de milhões de pessoas das mais diferentes culturas.

Colocando a confiança como base de todas suas relações - comerciais, profissionais e humanas -, a Cargill construiu um nome de respeito em todo o mercado e que inspira orgulho em cada um de seus funcionários.
E acima de tudo:
contribuindo para elevar o padrão de vida das pessoas, ajudando a alimentar uma vida melhor, a Cargill conquistou o respeito da personalidade mais importante das modernas sociedades - o consumidor.

CARGILL

Alimentando uma vida melhor.

ASSINE AGROANALYSIS

A menor distância entre o campo e a cidade.

PRT/RJ 1166/86
UP AC Afonso Cavalcante
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA
Não é necessário selar

O selo será pago por:

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro - RJ

Sim! desejo assinar Agroanalysis por um ano (12 edições).
Opções de pagamento, assinatura anual:
Assinatura pessoa física ☐
Assinatura pela empresa ☐

☐ R$ 55,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)
☐ R$ 55,00 (ficha de compensação bancária)
☐ R$ 55,00 (cartão de crédito)

Nome: .....

Empresa: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Tel.: ..... Ramo de atividade: ..... Função na empresa: .....

Data: ..... / ..... / ..... Assinatura: .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido essa a opção escolhida)

Nome do cartão: ..... Nº do cartão: ..... validade: ..... / ..... / .....

Visite nossa Home Page: http://www.fgv.br – email: assine@fgv.br
Praia de Botafogo, 190, sala 607, ou Caixa Postal: 62.591 – CEP: 22252-970
Rio de Janeiro RJ – CEP: 22253-900 – Tel.: (021) 536-9197/9196 – Fax: (021) 536-9155

Ligue grátis 0800-21-7777

ABRE aspas

Com uma visão aberta da agricultura, sem jamais perder de vista o intrincado mercado internacional e suas barreiras, o reempossado secretário João Carlos Meirelles, da Agricultura e Abastecimento da cidade de SãoPaulo, demonstra um grande otimismo e muita determinação para o seu segundo mandato à frente dos negócios rurais. "Agricultura não é coisa só de agricultor", sentencia. Esse raciocínio foi adotado pelo governador paulista para determinar uma política de consenso para o setor. Existem funcionando no estado 24 câmaras setoriais que discutem desde os problemas dentro da porteira até a chegada dos produtos à gôndola dos supermercados. E mais: elas já deram bons resultados, o que provoca um sorriso de satisfação do secretário, certo de que escolheu o caminho adequado. Ele espera novas ações em 1999. As dificuldades são muitas, mas o pecuarista João Carlos Meirelles é daqueles que vislumbram na agricultura a solução para os grandes problemas brasileiros e mundiais.

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Nova face agrícola

ANTÔNIO RECHE MEDRANO

■ *Qual sua avaliação do trabalho das câmaras setoriais em São Paulo?*

— É muito positiva. O negócio agrícola precisava de um novo diagnóstico diante das alterações na economia mundial. Muita coisa tem mudado nos últimos anos e a agricultura estava à margem dessas modificações. O conceito de câmara setorial altera radicalmente um outro, obsoleto, de que ao agricultor cabe somente produzir. É fundamental pensar junto na cadeia produtiva. De que adianta um tomate fora do padrão que interessa ao comprador, sem a cor desejada, tamanho insuficiente e embalado precariamente? Esse é apenas um exemplo.

■ *O consumidor foi redescoberto?*

— Nas reuniões das câmaras ficam frente a frente todos os elos da cadeia produtiva. Discutem democraticamente seus principais problemas e apontam soluções. Com base nesse diálogo o governo, quando necessário, formula as políticas para o setor. O consumidor é o principal motivo de se produzir.

■ *Foi isso que aconteceu na câmara setorial de hortaliças com o tomate?*

— Exatamente. Como resultado das reuniões da câmara, hoje o tomate já sai classificado da propriedade, embalado em caixas apropriadas que o supermercadista só tem o trabalho de abrir e colocar na gôndola e com resíduos toleráveis de agrotóxicos.

■ *Como era feito antes?*

— Era uma aventura medieval. O produto chegava ao supermercado sem nenhuma seleção, embalado em caixas de madeira e tinha que ser classificado antes de ir para a prateleira. Essa foi uma ação notável do entendimento obtido por todos os elos dessa cadeia produtiva.

■ *Há outro exemplo?*

— No caso do café também está havendo uma evolução muito boa. Como resultado das reuniões da câmara do setor foi criada a marca Café de São Paulo; vem sendo desenvolvido um trabalho para conscientizar o produtor sobre o período pós-colheita; outro aspecto importante é o trabalho de certificação do produto, entre outras ações não menos importantes.

■ *A pecuária de corte também está envolvida nesse processo de modernização?*

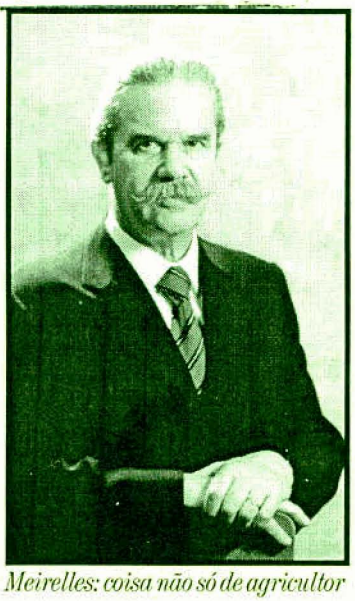
— Vem trabalhando nisso há muito tempo. Os criadores desenvolvem um longo processo de melhoria genética do rebanho, para oferecer um produto final da mais alta qualidade.

■ *Mas outros elos dessa cadeia não acompanhavam o trabalho do pecuarista...*

— É verdade. Mas com a Portaria 304 obrigando a desossar, embalar e identificar o animal após o abate já mudou o quadro. E agora, com a Portaria 145, que passou a vigorar a partir de janeiro deste ano e que determina aos municípios com mais de 200 mil habitantes o mesmo procedimento, o processo de modernização vai continuar avançando.

■ *Quais as conseqüências dessas mudanças?*

— Demos um enorme salto de qualidade no processo da pecuária de



Meirelles: coisa não só de agricultor

corte. Hoje temos os mais modernos frigoríficos com salas de desossa. Isso faz parte de um trabalho que vai melhorar a situação de todos os elos da cadeia, oferecer um produto de qualidade ao consumidor brasileiro e visa ganhar uma fatia maior no mercado internacional.

■ *Por que o Brasil não consegue exportar um volume maior de carne bovina?*

— São vários os motivos, mas gostaria de fazer uma análise mais ampla sobre esse assunto. Países como os Estados Unidos criam os bovinos em megaconfinamentos. Obtêm animais jovens com muito peso. Esse é o lado positivo. Os confinamentos também são focos de doenças, lá os animais recebem hormônios e anabolizantes. Não é muito diferente a situação na União Européia. Se produzimos a carne bovina de maneira diferente, por que não temos mais mercado? Mais uma vez entra em cena a questão do conceito.

■ *Como assim?*

— Os pecuaristas brasileiros criam seus animais na base da fotossíntese; é proibido o uso de anabolizantes e se evitam os antibióticos. Portanto, a carne produzida por nós é a mais natural. Isso precisa ser divulgado entre os consumidores internacionais. Cresce no mundo a procura por produtos ecologicamente corretos. Pois essa é a diferença do produto brasileiro. Tanto que foi criado o *slogan Brazilian beef: taste of nature* (carne brasileira: sabor de natureza), para falar do nosso produto no exterior. Nossa competitividade reside no fato de que somos o único país no mundo que cria boi a capim. E temos área para aumentar muito a produção dessa carne saudável e saborosa.

■ *E a febre aftosa?*

— Temos avançado na erradicação da doença. Mas na questão do mercado internacional o problema é um pouco mais complexo. Para países como Estados Unidos, Japão e Coréia, qualquer doença serve de pretexto para a criação de barreiras. Na falta dessas, os governos desses países impõem barreiras tarifárias. Isso sem falar de outros grandes produtores na América do Sul que não têm o menor desejo de competir com a carne de qualidade incomparável produzida no Brasil.

■ *Qual a atitude da União Européia em relação a esse assunto?*

— São rigorosos, mas enviam missões comerciais para visitar regiões de pecuária e compram do Brasil. Conhecem e reconhecem o enorme esforço que temos feito para erradicar essa doença do nosso rebanho. O potencial para a União Européia é muito grande e vamos brigar para ocupar esse espaço quando o conceito da carne natural produzida aqui estiver bem difundido.

O conceito de câmara setorial altera radicalmente um outro de que ao agricultor cabe somente produzir. É preciso pensar em termos de cadeia produtiva. Conhecer o padrão que interessa ao comprador, a cor e o tamanho desejados, a embalagem que vende.

■ *Quando a febre aftosa fará parte do passado da pecuária de corte brasileira?*

— Há fatos curiosos sobre essa questão. O combate a essa doença só começou a dar resultados positivos quando houve um entendimento entre o setor público e o privado. Houve um programa federal de erradicação que não deu resultado. Naquela oportunidade não se conseguiu envolver adequadamente o pecuarista. Se não houver a vontade do criador, nada funciona.

■ *E quando a situação mudou?*

— O assunto passou a ser tratado com seriedade a partir de 1989 no âmbito do Conselho Nacional de Pecuária de Corte. Menos de 10 anos depois Santa Catarina e Rio Grande do Sul obtiveram o certificado da Organização Internacional de Epizootias de zonas livres da febre aftosa com vacinação – uma grande vitória.

■ *Mas a situação se complicou agora com os focos debelados no Mato Grosso do Sul?*

— Sem dúvida. A constatação de dois focos naquele estado – o primeiro em fevereiro do ano passado em Porto Murtinho, o segundo no mês passado em Naviraí – indica uma fragilidade no sistema. Sem questionar os inúmeros boatos que foram gerados após esse fato, uma coisa é certa: foco de febre aftosa não cai do céu. As autoridades daquele estado fizeram um trabalho rápido e eficiente, sacrificando os animais. Mas na minha opinião, sem desejar me intrometer em assuntos internos daquele estado, a vigilância precisa ser reforçada e atuar com todo o rigor possível.

■ *Por que o estado de São Paulo precisa fazer parte do chamado circuito Centro-Oeste?*

— É uma questão estratégica. Esse circuito inclui Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Dos 170 milhões de cabeças de gado existentes no Brasil, 90 milhões estão concentrados nessa enorme região. Isoladamente São Paulo pode requerer o certificado para a OIE, mas não é a política correta.

■ *O que vai acontecer agora no Mato Grosso do Sul?*

— O estado vai ter um prejuízo enorme. Poderá separar essas áreas e continuar no processo. Mas terá que fazer exame sorológico em 200 mil animais. O importante a destacar é que a grande maioria dos pecuaristas está cumprindo todas as determinações para livrar o rebanho dessa doença. E continuo otimista, acreditando que vamos obter para o circuito Centro-Oeste o certificado de área livre de febre aftosa.

■ *Qual a sua análise das mudanças que vêm ocorrendo no agronegócio?*

— O que está acontecendo no mundo é uma mudança brutal dos hábitos alimentares. E se existe fome hoje no planeta, não é por deficiência na produção, mas sim por injustiça social. Isso precisa ficar bem claro. Os agricultores estão cada vez mais bem preparados. A agricultura de precisão, já praticada no Brasil, é um exemplo de até onde a tecnologia pode chegar. Esse é um processo que não pára.

■ *Qual o papel do agricultor na mudança dos hábitos alimentares?*

— Ele precisa produzir o que o consumidor deseja. Há alguns anos você ia ao supermercado e comprava um frango. Hoje você encontra coxas, peitos, entrecoxas, miúdos, asas e coração. Tudo separado e embalado. A indústria já faz isso. Quanto mais isso for feito, mais se venderá.

■ *Você não acha que a globalização favorece poucos em detrimento de muitos?*

— Essa é a discussão do novo milênio. A globalização tem efeitos positivos e perversos. Desemprego e altas taxas de juros se enquadram na categoria da perversidade. Como a agricultura brasileira pode ser competitiva pagando juros do tamanho que estão? É necessário apoiar

o setor primário pois ele responde rapidamente. Com o desmoronamento do bloco comunista, cuja ideologia propunha reformas estruturais, entre elas a revisão do quadro econômico mundial, o capitalismo perdeu a cerimônia.

■ *Qual a saída para as injustiças que vemos hoje?*

— A indústria tem atualmente um índice de alta produtividade. E muitas funções são exercidas por robôs, ou seja, a tecnologia tem substituído a mão-de-obra. E, não tenha dúvida, vai continuar provocando demissões. Não há saída, a que não se modernizar será engolida.

■ *E o comércio?*

— Com a chegada desse segmento ao ambiente virtual, essa não me parece uma atividade que será a grande fronteira de trabalho. O crescimento dos negócios feitos pela internet no mundo e no Brasil atingirá taxas cada dia mais altas.

■ *Os serviços seriam o gerador de trabalho no próximo século?*

— Sim, grande empregador de mão-de-obra especializada. O que não deve criar falsas expectativas entre os brasileiros. Falta esse tipo de especialização na grande camada da população, que é a primeira a sentir na pele os efeitos da substituição de seu trabalho por máquinas ou pessoas mais bem qualificadas. Vivemos em um país em que quase 70% da população é analfabeta ou semi-analfabeta.

■ *Então, qual é a sua proposta?*

— A solução está no fortalecimento do agronegócio. É aí que vamos poder empregar essas pessoas. O país tem terras, clima favorável para muitas culturas e um mercado doméstico e internacional imenso para consumir seus produtos.

■ *Será que vai haver facilidade para negociar no mercado internacional?*

— Você está se referindo ao escândalo do protecionismo? Isso é um absurdo tanto na União Européia quanto nos Estados Unidos, ou alguns países asiáticos. Uma tonelada de suco concentrado de laranja ter que pagar US$440 para entrar nos Estados Unidos é inaceitável. É preciso refazer essas regras do comércio internacional. Se eles querem proteger seus agricultores, que o façam; mas dificultar o comércio de países como o Brasil, que é o maior produtor mundial de laranja, de açúcar e álcool e de café, é absurdo, ainda mais quando os discursos dos líderes desses países falam em livre mercado. Será saudável sair do discurso para a prática.

A globalização tem efeitos positivos e perversos. Desemprego e altas taxas de juros se enquadram na categoria da perversidade. Como a agricultura brasileira pode ser competitiva pagando juros do tamanho dos que estão sendo praticados?

■ *Como está a situação no mercado de couro?*

— Se o Brasil quiser exportar esse produto cru ou *wet blue* para a União Européia não há taxação alguma; mas para o couro industrializado a taxa alfandegária é de 6,35%.

■ *E nos Estados Unidos?*

— Eles abatem de 36 a 38 milhões de cabeças por ano mas não curtem o couro. Exportam para ser industrializado no Leste asiático ou no Brasil.

■ *Por que não processam o couro? Porque é uma indústria poluente?*

— A poluição é controlável e não inviabiliza o negócio. A indústria brasileira processa cerca de 30 milhões de peças por ano.

■ *Onde se localiza o parque curtidor brasileiro?*

— Em vários estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Paraíba. O trabalho com o couro está espalhado por todo o país.

■ *Qual o volume de dinheiro movimentado pelo setor?*

— Em 1997 foram trazidos para o país cerca de US$700 milhões, resultado da exportação de 15 milhões de peles. A indústria brasileira tem conseguido melhorar a qualidade desse produto.

■ *Se no couro os negócios vão bem, o mesmo não se pode dizer da carne bovina?*

— O país exportou 300 mil toneladas de carne em 1997, 350 mil no ano passado – um crescimento superior a 16%. E as expectativas do setor são de chegar a um volume de 400 mil toneladas este ano. Acredito que a pecuária de corte brasileira tem grandes possibilidades tanto no mercado interno – a carne bovina é a preferida da população – quanto no mercado internacional.

■ *Há novos mercados a explorar?*

— Sim. Para a carne com sabor de natureza produzida no Brasil não devem faltar mercados.

■ *O mal da vaca louca tem atrapalhado os planos brasileiros na questão da carne bovina?*

— Essa é uma questão bem complicada. Há um certo ar de irresponsabilidade por parte do governo do Reino Unido. Parece que esse problema foi postergado até o limite máximo. E deu no que deu. Uma situação bastante difícil.

■ *O Brasil perdeu?*

— Com a rejeição dos consumidores ao produto, todos os países que praticam a pecuária de corte amargaram prejuízos.

■ *Como está a situação hoje relativamente a esse problema?*

— Ainda existem riscos. Há notícia de novos focos sendo encontrados. Precisamos ficar atentos e exigir que as autoridades sanitárias da União Européia estabeleçam e pratiquem um rigoroso controle para evitar a disseminação desse mal. Que eles sejam tão exigentes internamente quanto o são para a entrada de produtos procedentes de outros países.

■ *Há tanta pendência nas relações comerciais entre países ricos e ricos, ricos e pobres, miseráveis e remediados – o senhor acredita que essas questões possam ser solucionadas?*

— Há uma grande chance de que se comecem a discutir as questões mais urgentes ainda em 1999.

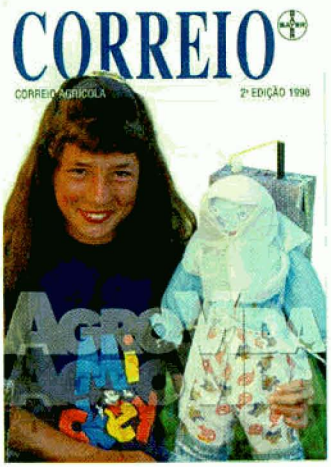
■ *O senhor se refere à reunião em dezembro deste ano?*

— A reunião da Organização Mundial do Comércio que acontecerá em dezembro é o foro adequado para todas essas questões. Trata-se da rodada do milênio. É uma grande oportunidade para observar quem deseja mudar, quem aceita conversar sobre o assunto e quem quer que tudo fique onde está.

■ *Os Estados Unidos endossam uma posição do governo brasileiro, e dizem que a defenderão na reunião da OMC, pela redução dos subsídios à agricultura na União Européia. Isso é real ou apenas cortina de fumaça?*

— Os sete países que fazem parte da Unctad gastam US$320 bilhões subsidiando os seus agronegócios. Vai ser uma boa briga.

AGRO drops



Revista da Bayer fala das doenças da soja

A revista *Correio Agrícola*, publicação semestral da Bayer, traz em sua última edição importantes informações para o agricultor de soja. Segundo a publicação, de 1970 a 1998 mais de 40 doenças foram identificadas na cultura da soja no Brasil. A incidência de cada uma delas varia de ano para ano,dependendo das condições climáticas, da suscetibilidade dos cultivares e das práticas agronômicas adotadas.

A expansão da cultura de soja no país, associada a intensa monocultura, fez com que doenças secundárias, como o oídio e moléstias de final de ciclo, aumentassem de intensidade causando grandes prejuízos às plantações.

A obtenção de uma lavoura com adequada população de plantas depende da correta utilização de diversas práticas culturais, como a do tratamento químico da semente, o que não é possível no caso do *amarelinho*, ou requeima das folhas do cafeeiro, uma doença potencialmente grave para os cafezais, segundo a revista.

Pfizer quer manter aditivo para aves e suínos

A Pfizer Inc. está processando o Conselho de Ministros da Agricultura da União Européia, pleiteando a reversão da decisão do órgão de proibir o uso do aditivo virginiamicina, indicado à alimentação de aves e suínos, a partir de 1º de julho de 1999.

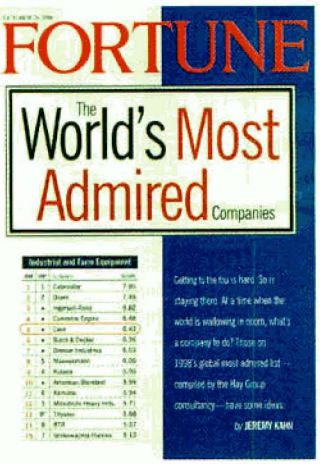
Em seus argumentos, a empresa relata que o Comitê de Alimentação Animal da União Européia (Scan) – órgão máximo da UE na área – divulgou em julho de 1998 que após exaustiva e rigorosa revisão da segurança da virginiamicina não foram verificados riscos do aditivo à saúde humana.

A empresa desafia a legalidade da proibição por acreditar que ela tenha sido tomada precipitadamente e viola posicionamento do próprio órgão europeu, que assegura que decisões envolvendo aditivos alimentares devam levar em conta apenas evidências científicas.

Essa não é a primeira ação da Pfizer na Justiça contra a proibição do uso de aditivos na União Européia. Em dezembro passado, a empresa processou o Ministério da Alimentação da Dinamarca contra sua decisão, em janeiro de 1998, de banir o uso da virginiamicina e também o Ministério das Finanças daquele país, contra a taxação proibitiva nos aditivos alimentares.

Case é eleita a quinta mais admirada em 1998

A Case Corporation foi considerada pela revista norte-americana *Fortune* a quinta empresa mais admirada do mundo em 1998 no setor em que atua – máquinas para agricultura e construção. No total, a Case somou 6,43 pontos, o que foi uma grande conquista, já que em 1997, na mesma pesquisa, a empresa não foi mencionada pelos entrevistados.



O levantamento foi feito com executivos seniores e diretores de várias partes do mundo das empresas do segmento, além de analistas financeiros especializados em comparar os concorrentes em cada setor. Foi solicitado aos participantes que avaliassem cada companhia de acordo com os seguintes critérios: qualidade de gerenciamento total; qualidade de produtos e serviços; empresa inovadora; valor da empresa como investimento a longo prazo; força financeira; responsabilidade com a comunidade e com o meio ambiente e uso racional dos recursos corporativos. Para refletir o caráter internacional da pesquisa, a revista *Fortune* incluiu mais um critério de avaliação, onde os entrevistados responderam se as companhias estão, efetivamente, realizando negócios em nível global.

A Case Corporation é líder mundial no *design*, fabricação e distribuição de máquinas para agricultura e construção. Fechou 1997 com um faturamento de US$6,024 bilhões, o que significa um crescimento de 11% em relação a 1996. O lucro líquido de 1997 superou os U$400 milhões, representando um incremento de 15% em relação ao ano anterior.

Prêmio para veterinária oferece viagens à França

Os médicos veterinários atuantes no Brasil poderão concorrer a uma viagem, com acompanhante, à França, para participar do 26º Congresso Mundial de Medicina Veterinária e do 24º Congresso Mundial de Clínicos de Pequenos Animais, que acontecerá na cidade de Lyon, em setembro.

A Schering-Plough Veterinária, divisão da Indústria Química e Farmacêutica Schering-Plough, acaba de lançar o Prêmio de Pesquisa Clínica Schering-Plough Veterinária, que contemplará artigos científicos baseados em pesquisas clínicas com um ou mais dos seguintes produtos: Florfenicol (Nuflor), Flunixin Meglumine (Banamine), Ciclosporina Oftálmica (Optimmune) e Associação de Gentamicina com Valerato de Betametazona para uso otológico (Otomax).

O prêmio oferecerá quatro viagens à França, para quatro artigos científicos. Os resultados serão divulgados em solenidade durante a Expointer, na cidade de Esteio (RS), no início de setembro deste ano.

Os concorrentes deverão enviar seus artigos, em papel e/ou disquete (ou por e-mail), com no máximo 20 laudas cada, até 31 de julho, para Schering-Plough Veterinária, Caixa Postal 18.388, CEP 04699-970, São Paulo SP, email: schering@splough.com.br. Mais informações pelo telefone 0800-117788.

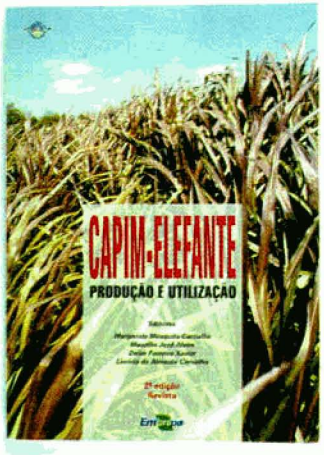
Cenouras e abóboras com mais vitamina A

A Agroflora Sakata, empresa líder de mercado de sementes de hortaliças e flores, acaba de lançar a cenoura Betty, que já está no mercado e contém mais vitamina A. O produto tem 65% mais de beta-caroteno do que os cultivares tradicionais utilizados no país. Outro híbrido desenvolvido pela empresa, a abóbora Bárbara, também tem alta concentração da vitamina. O produto tem 3.770 UI/100g da substância, enquanto o fruto maduro comum apresenta apenas 1.230 UI/100g. Isto significa 207% mais de beta-caroteno do que o cultivar tradicional utilizado nas regiões Sul e Sudeste do país.

Embora a cenoura apresente, em média, maior teor de beta-caroteno, exige refrigeração para sua conservação pós-colheita. Já as abóboras conservam-se sob temperatura ambiente por longo tempo, o que é uma boa opção para as regiões mais pobres do Brasil. Afinal, a deficiência de vitamina A, dentre outros problemas, aumenta o risco de infecções respiratórias e diarréias infecciosas em crianças, especialmente dos seis meses aos seis anos de idade.

Livro sobre capim-elefante em segunda edição

O livro *Capim-elefante – produção e utilização*, lançado pela Embrapa, é resultado do Simpósio sobre Capim-elefante realizado em abril de 1990, quando técnicos de todo o país discutiram e analisaram a utilização de forrageiras na pecuária leiteira das diferentes regiões do Brasil. A grande quantidade de informações sobre o assunto agora é colocada à disposição dos usuários, com a publicação dos *Anais* do simpósio. A primeira edição se esgotou devido ao interesse dos criadores, técnicos e estudantes. A nova edição conta com uma revisão dos artigos.



Os baixos índices de produtividade da pecuária leiteira exigem o surgimento de alternativas para aumentar a produção. Nos sistemas semi-intensivos de produção leiteira, o uso de forrageiras e pastagens como base da alimentação do animal tem se mostrado alternativas eficientes. O capim-elefante é a forrageira mais utilizada em sistemas de produção de leite por causa de seu alto potencial de produção de matéria seca. *Capim-elefante – produção e utilização* pode ser encontrado nas livrarias ou na Embrapa Produção de Informação, tel.: (061) 348-4236, fax: (061) 2724168, ou na caixa postal 040315. O livro custa R$12,00.

Método garante o dobro de pepinos de conserva

Os produtores de pepinos para conservas do Rio Grande do Sul estão adotando uma nova técnica de condução da cultura que, juntamente com a utilização de híbridos adequados, tem dobrado a produtividade das lavouras. Incentivados pelas indústrias de conservas e com orientação da Secretaria de Agricultura do município de Brochier, eles estão substituindo o plantio rasteiro pelo sistema de tutoramento, através de rede. Com esse sistema, as plantas são conduzidas de forma que cresçam para cima e não pelo chão.



O novo método foi implantado inicialmente pelos fornecedores da indústria Conservas Oderich, que utilizam sementes do pepino híbrido Primepak, da Asgrow. Além de prolongar o ciclo de vida do pepino e oferecer um produto de melhor qualidade para processamento, o tutoramento também facilita a colheita, permitindo ao produtor trabalhar de pé. Com o método tradicional, segundo o qual a planta se arrasta pelo chão, os agricultores acabam tendo problemas na coluna cervical pois são obrigados a fazer toda a colheita agachados.

Outro híbrido que tem tido ótima aceitação entre as indústrias é o pepino Vlaspik, lançado pela Asgrow no ano passado. Com frutos mais longos que os outros pepinos do mercado, o Vlaspik é tão adequado para a produção de conservas que a Cia. Henuner – uma das principais indústrias de conservas do país – distribuiu somente este híbrido entre seus cooperados na última safra, com excelentes resultados.

International inaugura centro de peças

Visando consolidar suas operações no Brasil, a International Corp. do Brasil, fabricante dos caminhões International, acaba de investir US$4 milhões dos US$5 milhões previstos na montagem do seu Centro de Distribuição de Peças para o Mercosul, localizado em Nova Odessa, São Paulo. As operações iniciam no dia 28.



Próximo da capital paulista e do Aeroporto Internacional de Viracopos, o Centro foi implanta-



do em terreno com 8.mil m² e área coberta de 2.700 m². Inicialmente, o estoque de peças reúne 2.500 itens e deverá chegar nos próximos meses a 4 mil itens, proporcionando suporte adequado às necessidades de manutenção de todos os modelos fabricados e comercializados pela empresa no Brasil.

Toda a logística de armazenagem e distribuição de peças aos revendedores está a cargo da Divisão de Serviços Logísticos da Caterpillar. A empresa já presta este tipo de serviço para a International nos Estados Unidos e em outros países onde está instalada.

"Teremos um forte parceiro nos serviços de logística e distribuição de peças de reposição, pois a Caterpillar tem total *know how* para este tipo de operação" afirma Anthony da Cunha, diretor-presidente da Intemational.

O atendimento à rede de concessionários obedecerá o padrão mundial da Intemational. Os pedidos de emergência são despachados em 24 horas e os de reposição de estoques enviados em três dias úteis.

Câmara endossa o uso da biotecnologia

A Câmara dos Lordes, uma das unidades do Parlamento inglês, divulgou relatório apoiando o uso da biotecnologia agrícola. De acordo com o documento, denominado *Segundo relatório sobre organismos geneticamente modificados*, "a biotecnologia em geral e a modificação genética em particular oferecem grande potencial de benefícios para a agricultura, a indústria, os consumidores e mesmo ao meio ambiente". As conclusões e recomendações do comitê da Câmara dos Lordes foram feitas após ampla consulta a representantes dos grupos envolvidos com o assunto, incluindo membros do governo, consumidores e da indústria. O texto é bastante conclusivo em diversos aspectos, como segurança alimentar: "Consideramos o processo regulatório que garante a segurança de novos alimentos completo e adequado e não vemos razão para se duvidar da segurança dos alimentos que já foram aprovados por ele. A ênfase não deve ser sobre 'geneticamente modificado', mas sobre as novas características de qualquer produto".

Amplo, o documento cobre pontos controversos, como a questão dos riscos envolvidos, tais como *outcrossing* ou o cruzamento entre espécies (no caso, acidental e não desejado). Neste aspecto, a conclusão é inequívoca: "os riscos envolvidos na modificação genética podem, acreditamos, ser controlados mediante um estrito processo de gerenciamento de risco". Para esta avaliação, a Câmara dos Lordes entende que "o conhecimento de como uma lavoura plantada em uma fazenda e em escala comercial interage com o meio ambiente só pode ser obtido nesses termos".

A ação de certos grupos ambientalistas, que destruíram campos de testes de vegetais geneticamente modificados, foi condenada pela Câmara.

A Associação Européia de Bioindústrias, entidade que reúne 45 empresas multinacionais e 12 associações nacionais, elogiou a iniciativa da Câmara dos Lordes como uma importante e construtiva contribuição para a efetiva regulamentação da biotecnologia na Europa.

Cadeia láctea se une para valorizar produtor

Em reunião realizada este mês na Leite Brasil, da qual participaram os principais agentes da cadeia láctea, ficou decidida a necessidade de se criar políticas que visem valorizar especificamente o produtor de leite especializado. Estiveram na reunião cerca de 100 pessoas, entre produtores, cooperativas, fabricantes de ração, centrais de inseminação, indústrias veterinárias, de equipamentos de ordenha, de máquinas e implementos agrícolas e profissionais da área.

Foi formado um grupo de trabalho, composto por produtores e representantes das empresas, para apresentar as medidas que devem ser tomadas para atingir os objetivos. Elas apóiam-se em quatro pontos: *marketing* institucional do leite, campanha de esclarecimento ao consumidor sobre qualidade do produto, combate ao leite informal e formação da "bancada do leite" no Congresso Nacional.

Nessa ação, o produtor especializado teve o apoio de associações de indústrias (Sindirações, Asbia, Sindan, Abimaq) e das empresas Tortuga, Westfalia, Alfa Laval Agri, Vallée, Boehringer, Elancó, Nutron, Sloten, Lagoa da Serra/Holland Genetics, Guabi, D'Vita, Fort Dodge, AG Brasil, Volta e ABS Pecplan.

"O produtor especializado é um empresário com mentalidade e tecnologias necessárias para produzir leite de qualidade internacional", explicou Jorge Rubez, presidente da Leite Brasil.

Exportação de café tem incremento de 80%

Em janeiro, de acordo com dados preliminares da Associação Brasileira dos Exportadores de Café (Abecafé), o volume da exportação de café em grão foi 1.425.000 sacas de 60kg, 80% superior às exportações no mesmo mês do ano passado. A receita cambial do mês atingiu US$175 milhões, o melhor resultado em janeiro nos últimos dez anos. Apesar do aumento expressivo no volume dos embarques, a receita cambial cresceu apenas 9% em função dos preços menores que aqueles praticados no início de 98. O preço médio das exportações em janeiro foi de US$123/saca, 40% menor do que os US$203/saca registrados do mesmo mês em 1998. Para o ano de 1999, a Abecafé prevê uma receita cambial de US$2,2 bilhões, 6% abaixo dos US$2,33 bilhões do ano anterior. De julho de 1998 a janeiro deste ano, as exportações de café em grão, correspondentes ao ano safra 1998/99, somaram 13,4 milhões de sacas, 73% acima do volume embarcado no mesmo período do ano safra 1997/98. A elevação é conseqüência do escoamento da grande safra 1998/99, a maior dos últimos dez anos, estimada pela Abecafé em 35,35 milhões de sacas.

O volume de exportações deverá aumentar em fevereiro. Os registros de venda para embarque este mês ultrapassam 2 milhões de sacas.

Um dos fatores que contribui para o número elevado de registros é a demanda de importadores para substituir embarques atrasados ou perdidos em virtude das catástrofes ocorridas na Colômbia e na América Central. Os exportadores também registram vendas volumosas do café tipo conillon que, devido à desvalorização, ficou mais competitivo em relação ao produto de outras origens.

Contudo, dificilmente a totalidade do volume registrado será exportado em razão do número menor de dias no mês e do feriado prolongado do Carnaval. Por essas razões, as exportações em fevereiro deverão atingir cerca de 1,7 milhão de sacas e o saldo dos registros deverá ser embarcado somente em março.

Cálcio natural fortalece cascas dos ovos

Esta vai para os adeptos da produção orgânica ou ecológica. A empresa Moinho Santo Antônio, da cidade de Araruama, no Rio de Janeiro, está produzindo carbonato de cálcio (ou aragonita) a

partir de conchas marinhas moídas. O produto vem sendo utilizado com sucesso em granjas da região Sudeste, e é uma excelente fonte de cálcio absolutamente natural.

O cálcio, que é destinado principalmente a fortalecer as cascas dos ovos, evita que estas se quebrem ao deslizarem pelas gaiolas até os coletores, o que ocorre freqüentemente na produção em maior escala. Se o avicultor não estiver utilizando outros produtos químicos na produção, poderá até mesmo citar estas e outras fontes naturais de alimentação para suas poedeiras como diferencial nos rótulos das embalagens e atrair consumidores desejosos de um produto mais puro. Mais informações pelo telefax: (024) 665-2217 ou pelo telefone (024) 665-2247. O endereço do Moinho Santo Antônio em Araruama é Rodovia Amaral Peixoto, km 85, Centro – Araruama – RJ.

Plantio direto protege o solo de chuvas intensas

O plantio direto, introduzido no país na década de 70 e divulgado pela Monsanto do Brasil em todas as regiões brasileiras, é umas das ferramentas mais eficientes para proteger os solos – e as culturas – das intensas chuvas do verão. O período das águas, que se inicia em setembro, agrava-se nos meses de janeiro, fevereiro e março, muitas vezes causando grandes perdas das lavouras. Segundo os meteorologistas, este ano a incidência pluviométrica deverá aumentar, graças ao fenômeno La Niña.

A proteção da superfície do solo proporcionado pela cobertura morta é um dos principais fatores do controle da erosão. O plantio direto evita o impacto direto das gotas da chuva sobre o solo, impedindo o escorrimento superficial e a erosão da terra.

A técnica consiste na semeadura sobre matéria morta (plantas daninhas, restos da lavoura anterior ou culturas de cobertura). Essa massa vegetal, depois de degradada, integra-se à terra como húmus.

Além da ação das chuvas, a palhada que fica no solo protege a cultura contra os efeitos do sol e do vento. Ou seja, em tempos de fenômenos como El Niño e La Niña (que alteram as chuvas, principalmente no sul do país), o produtor que utiliza o plantio direto tem vários motivos para ficar tranqüilo. O sistema é eficiente tanto nos intensos períodos das águas quanto em época de seca porque contribui para manter a umidade do solo, favorecendo o desenvolvimento das culturas.

O plantio direto, que começou como técnica conservacionista, tem conquistado, cada vez mais, os produtores de todo o país. Eles descobriram que podem aumentar a produtividade na fazenda, com gastos mais baixos. Além de trazer benefícios para a cultura, a técnica diminui despesas com implementos, combustíveis e mão-de-obra.

Estimativas da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha indicam que a área ocupada com o sistema hoje no Brasil pode estar perto de 10 milhões de hectares. O sucesso mede-se não só pelo crescimento da área cultivada, como também pelo número de culturas. Se no início ele apenas era restrito às culturas anuais como soja, hoje o plantio direto está presente em culturas perenes: café, cana-de-açúcar, etc.

Niterói terá mostra de software veterinário

Agendada para 21 e 22 de agosto deste ano, em Niterói (RJ), a Invet 99 trará como novidades o I Encontro dos Veterinários Internautas e a I Mostra de Software Veterinário, em que serão apresentados sistemas brasileiros desenvolvidos por veterinários e outros profissionais do setor. Várias empresas estarão presentes à Feira de Informática, apresentando novidades em equipamentos, acessórios, intranet, negócios eletrônicos, cursos e serviços. O Encontro será uma oportunidade para que profissionais do ramo marquem maior presença na rede mundial. No *workshop* que faz parte do evento, os temas vão abranger desde introdução à informática a confecção de *home pages*.

As inscrições para o *workshop* custam R$50,00 até 30 de maio e, após esta data, R$60,00. O local dos eventos será o Clube Português de Niterói – Rua Professor Lara Vilela, 176, Ingá. Mais informações pelo fax (021) 609-9895 ou pelo e-mail: eventos@berin.com.br

Caterpillar distribui prêmio anual a empregados

A Caterpillar Brasil, dentro de sua filosofia de remuneração variável adotada desde 1988, estará distribuindo a todos os seus empregados, em fevereiro, um prêmio relativo ao Plano de Incentivo e Participação nos Resultados referente a 1998. O plano básico, que envolve a maioria dos 2.500 empregados da empresa, será pago em valor correspondente a um salário, que, em média, equivale a R$900,00 por empregado.

Este plano está vinculado aos objetivos anuais traçados pelos departamentos, que têm acompanhamento mensal, divulgado a todos os empregados. Com isto, a empresa obtém um comprometimento maior de sua força de trabalho com as metas estabelecidas. Dessa forma, todos buscam não apenas atingir mas superar os desafios propostos.

Na composição do prêmio, a Corporação Caterpillar contribui com 25% e o restante depende dos resultados obtidos pela Caterpillar Brasil.

A empresa é líder mundial na fabricação e comercialização de máquinas de terraplenagem e movimentação de materiais para os setores de construção, mineração, agricultura, florestal e industrial. A empresa está no país desde 1954. Atualmente, oferece ao mercado 23 modelos diferentes de produtos entre motoniveladoras, pás-carregadeiras de rodas, tratores de esteiras, motoescrêiperes, compactadores e escavadeiras.

Evento discute controle sanitário de suínos

A Embrapa Suínos e Aves, a Associação Brasileira de Veterinários Especialistas em Suínos (Abraves) e o Centro Agroveterinário da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), vão promover em 18 e 19 de março próximo o Encontro Técnico Abraves Nacional.

Contando com a participação do dr. Marcelo Gottschalk, da Universidade de Quebec, Canadá, o encontro é dirigido a veterinários que atuam no controle sanitário de suínos, diagnóstico e pesquisa e tem por objetivo discutir a importância da meningite estreptocócica suína no Brasil, apresentar o estado da arte em meningite estreptocócica em nível mundial, discutir estratégias de controle para o país e compartilhar a experiência canadense no controle da pleuropneumonia suína.

Para participar, basta um depósito de R$50,00 na a conta corrente do Besc nº 35.006-6, agência 015, Lages, SC, em nome do CAV/Udesc. Depois enviar, via fax (049) 442-8559, a ficha de inscrição, juntamente com o comprovante do depósito bancário, para a Embrapa Suínos e Aves.

Informações adicionais podem ser obtidas na Embrapa Suínos e Aves pelo telefone (049) 442-8555, ramal 316.

CARTAS *dos leitores*

Leite

Li e reli AGROANALYSIS e não encontrei nenhum tópico sobre a atividade leite. Gostaria de saber por que não existe uma página para o setor, já que representa hoje, só na região, um vínculo com 11 mil produtores e 120 milhões de litros ano, ou seja a atividade principal de quase todas as cooperativas em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

MARIVALDO HILARIO PRAZERES
COOPERATIVA CENTRAL AGROMILK, CONCÓRDIA, SC

• A importância da atividade justifica uma cobertura muito maior do que a que pudemos fazer até aqui. Por isso estaremos lançando em março mais uma edição especial sobre o tema, como fizemos em 1998.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Contatos com a redação pelos telefones (021) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax (021) 536-9207 ou pelo e-mail regis@fgv.br.

Fundador
Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE
Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO

Redator chefe
Regis Alimandro

Redatores setoriais
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Daniela de Paula Rocha (algodão), Eliana Leite (arroz, feijão, meio ambiente), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antônio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Colaboradores
Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).

Redatores
Alexandre Oliveira e César Garcia

Arte
Osvaldo Moreira da Silva (editor) e Juliana da Silva Prado (estagiária).

Revisor
André Pinheiro

Suporte técnico
Bruno da Silva Júnior

Estagiários
Alessandra Santos Vaz, Gregory Honczar, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Seda

Secretaria e apoio administrativo
Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

PUBLICIDADE

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (021) 536-9269; fax: (021) 536-9207; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais
Rio – telefax: (021) 533-3121.
S. Paulo – tel: (011) 3061-9754, fax: (011) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br
Brasília – telefaxes: (061) 314-1541 e 322-2034.
Rio Grande do Sul – tel: (051) 343-8423; fax: (051) 337-4262.

CIRCULAÇÃO

Gerente comercial (Editora FGV)
Carlos Hamilton Rocha

Central de Atendimento ao Assinante
Elsa Maria Saboia Stephan

Serviço de Vendas
Praia de Botafogo, 190 s/607, CEP 22253-900 ou caixa postal: 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777.

Livrarias
Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (011) 281-7875.

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente Fundador:
Luiz Simões Lopes

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral:
José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR
Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes:
Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais:
Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manuel Fernando Thompson Motta, Manuel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes:
Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Oswaldo Antunes Maciel e Maria Silvia Bastos Marques.

CONSELHO CURADOR
Presidente:
Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente:
Armando Klabin

Demais Vogais:
Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (SA White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidades SA), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragás SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes:
Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado e Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
Diretor:
Antonio Carlos Porto Gonçalves

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS – Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (021) 536-9207.

Para assinar, ligue grátis: **0800-217777**

ou utilize o e-mail assine@fgv.br ou ainda o fax (021) 536-9155.

NESTA edição

pág. 12 **Pecuária de Corte Especial**

MERCADO EXTERNO

Visão global

• Pé no freio 13

Carne bovina

• Crescimento com ressalvas 18

• O mapa do negócio 20

Estados Unidos

• Hora de abater 23

MERCADO INTERNO

O tamanho do rebanho

• Luz na escuridão 27

Carne bovina

• Melhor que a encomenda 30

• O que é bom deve durar 32

• Zebu à brasileira 35

• Pedras no caminho 37

Suinocultura

• Competição estimulada 39

• Setor em crescimento 41

Avicultura de corte

• O difícil sucesso 42

• Mercado minguante 44

Avicultura de postura

• A multiplicação dos ovos 46

Indústria de ração

• Promessa de expansão 48

Inseminação artificial

• Faturamento estável 49

Indústria veterinária

• Números em queda 50

Pólos regionais

• Sul: Hora de crescer 50

• Centro-Oeste: No ponto 52

• Centro-Oeste: Pode melhorar 54

pág. 56 **Extra!**

Conexão brasileira

• Na mesa do mundo

Feijão

• Não dá para o gasto 57

Café

• O ano bom não passou 63

pág. 64 **Legislação**

• Áreas de fronteira

pág. 65 **IBGE**

• Espaço para o otimismo

pág. 66 **Oferta e demanda**

• China em destaque

pág. 67 **Estatísticas**

pág. 70 **Panorama**

pág. 74 **Diário de bordo**

DA redação

Satisfazer o consumidor

O rebanho bovino brasileiro gera uma produção comercial perto de 6 milhões de toneladas, 40% a mais do que no início da década. A produção das chamadas carnes brancas, de aproximadamente 6 milhões de toneladas, cresceu 80% em relação a nove anos. Estes números denunciam dois fenômenos. Um deles remete aos problemas clássicos da pecuária bovina brasileira, que transitam por baixo desfrute, doenças recorrentes ou não saneadas, conflitos de interesses entre criadores e abatedouros, dispersão dos agentes e ausência de *marketing* de relacionamento com o consumidor final.

Além desse conjunto de idiossincrasias, a pecuária bovina brasileira se defronta com a incapacidade de competir economicamente com as criações de animais menores, cuja vantagem são os ciclos de produção mais curtos.

O consumidor, de qualquer produto e em qualquer parte do mundo, busca, fundamentalmente, valor. No caso dos alimentos, valor não só envolve aspectos tão variados quanto aparência, disponibilidade, conveniência e satisfação de expectativas.

Na exploração destes quesitos, a carne avícola vem tendo sucesso ao se antecipar às necessidades do consumidor moderno. Já a carne suína ainda carece de melhoria em seu posicionamento, apesar do bom resultado obtido na disseminação dos chamados embutidos.

Assim, o sucesso da pecuária bovina de corte dependerá do aprimoramento de todos os aspectos mercadológicos, que nem sempre são tratados de forma adequada nas diversas etapas da cadeia.

Nesse sentido, as Portarias 304 e 145 são uma iniciativa promissora. Da mesma forma, a característica "natural" da carne bovina brasileira, diferencial de peso no comércio externo, e o esforço de autoridades e pecuaristas em livrar o país do mal da febre aftosa.

Casos isolados de sucesso existem na bovinocultura do país, além de potencial para que se reproduzam. O canibalismo dominante nesta indústria deve ceder espaço à melhoria na comunicação e na coordenação entre os segmentos, na busca da satisfação do consumidor final.

•

Empresa, universidade e sociedade civil. São esses os parceiros que em Montes Claros, norte de Minas, criaram o projeto Conhecimento e Comunicação, em outubro do ano passado. A iniciativa reuniu a Vallée, a Unimontes e a Sociedade e Sindicato Rural de Montes Claros e promove, uma vez por mês, a visita à cidade de um palestrante para discutir temas do interesse local. O convidado de fevereiro foi o redator-chefe de AGROANALYSIS. De público, transmitimos os parabéns pela iniciativa e agradecemos o convite e a hospitalidade dos promotores.

•

A disputa entre governadores e a União em torno das dívidas dos estados com o governo federal ameaça alcançar contornos muito perigosos. A saída está na negociação política, a qual porém precisa preservar determinadas conquistas, entre elas, a desoneração fiscal das exportações agrícolas, estabelecida pela lei Kandir. Compreende-se o desconforto dos novos governadores, muitos deles imobilizados por compromissos com o pagamento de salários muito acima do que seria razoável; compreende-se também a posição do Executivo, que não pode absorver os dispêndios dos estados com o serviço da dívida. Mas a saída, por certo, não está em onerar a produção. É hora de o agribusiness comportar-se, de fato, como uma cadeia produtiva. É hora de reunir toda a força política em defesa do elo ameaçado, no caso a produção primária.

Um mundo de incertezas



As turbulências financeiras nos países em desenvolvimento e até nos chamados tigres do Leste asiático, somadas aos problemas internos e externos enfrentados pela Rússia, geram incertezas para 1999. Em que pese a possíveis lances surpreendentes e redirecionamentos inesperados, AGROANALYSIS apresenta uma descrição das principais variáveis em jogo na pecuária de corte, tomando por base uma amostragem dos principais países envolvidos em seus agronegócios.

VISÃO GLOBAL

Pé no freio

No mercado globalizado das carnes, as incertezas que se cruzam balizam os fluxos comerciais entre os produtores

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Avicultura: intervalo no crescimento

O crescimento contínuo da produção nos últimos anos perde fôlego. Desde meados da década de 80 o consumo aumentava cerca de 5% ao ano, expandindo a oferta.

Os EUA participam em mais de 50% do total do comércio entre países, mas já teve fatia maior do mercado. O Brasil tem aumentado seu nível de competição, enquanto a França, via subsídio, consegue alimentar suas exportações. Na verdade, o mercado mundial de exportação de frangos é bem concentrado. Em 1998, a Tailândia chegou a uma posição bem similar à brasileira para 1999, depois de desvalorizar a sua moeda.

Ante a dificuldade na obtenção de cartas de crédito, os embarques para a Rússia serão administrados cautelosamente. O consumo *per capita* no país tem caído, enquanto a produção interna padece de problemas crônicos de deficiência em tecnologia e gerenciamento. Muitos analistas afirmam contundentemente que a produção russa não retomará os níveis dos anos 80.

Na China, a expansão no consumo de carnes de aves já foi de dois dígitos, mas agora está à beira de 5%, nível ainda tímido para o potencial do mercado. As compras de produtos norte-americanos se reduziram de 80% para 60%, com o Brasil e a Grã-Bretanha ocupando grande parte desse espaço. Uma pequena retomada no crescimento econômico do país será suficiente para absorver sua exportação para o Japão e dará lugar à necessidade de maiores importações.



Países selecionados: números da avicultura de corte

Países	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
1. Produção	43.794	47.583	50.504	52.565	53.737	55.573
EUA	13.206	13.786	14.522	14.951	15.088	15.750
UE	7.414	7.717	8.057	8.243	8.382	8.423
China	7.550	9.347	10.746	11.226	11.700	12.300
Brasil	3.491	4.140	4.144	4.562	4.592	4.600
Fed. Russa	1.068	859	705	630	640	655
México	1.483	1.554	1.600	1.615	1.695	1.780
Canadá	854	861	893	916	955	986
África do Sul	667	736	804	887	940	1.006
Arábia Saudita	286	309	340	438	450	462
Ucrânia	265	235	230	192	212	225
Outros países	7.510	8.039	8.463	8.905	9.083	9.386
2. Importação	2.976	3.888	4.454	4.828	4.342	4.304
Fed. Russa	516	870	1.116	1.272	852	700
Hong Kong	533	695	709	871	853	896
Japão	455	549	559	508	507	507
China	344	625	650	780	750	760
UE	194	207	291	290	268	283
México	177	163	189	196	217	236
Canadá	91	105	115	128	144	151
África do Sul	65	94	69	80	84	87
Coréia	24	36	38	41	29	35
EUA	0	0	2	3	3	2
Outros países	2.976	3.888	4.454	4.828	4.342	4.304
3. Exportação	3.648	4.556	5.197	5.720	5.526	5.456
EUA	1.472	1.969	2.325	2.561	2.512	2.434
UE	779	885	896	935	823	758
Brasil	495	435	582	665	588	580
Hong Kong	322	489	568	583	605	629
China	189	328	332	420	390	410
Tailândia	176	177	169	199	245	265
Hungria	80	108	109	109	115	112
Outros países	135	165	216	248	248	268
4. Consumo	42.734	46.195	48.853	50.785	51.803	53.694
EUA	11.683	11.766	12.318	12.368	12.612	13.319
China	7.705	9.644	11.064	11.586	12.060	12.650
UE	6.829	6.993	7.406	7.435	7.593	7.743
Brasil	3.000	3.705	3.562	3.897	4.004	4.020
Fed. Russa	1.731	1.724	1.803	1.887	1.492	1.355
Japão	1.725	1.798	1.801	1.755	1.717	1.717
México	1.660	1.717	1.789	1.811	1.912	2.016
Canadá	903	902	921	952	1.011	1.051
África do Sul	728	829	869	959	1.014	1.081
Tailândia	564	638	706	748	700	710
Coréia	398	452	492	494	434	460
Polônia	392	380	430	490	540	565
Hong Kong	293	300	321	344	345	352
Outros países	5.123	5.347	5.551	6.059	6.369	6.655

Fonte: Usda. Mil toneladas em equivalente-carcaça.

Países selecionados: números da bovinocultura de corte

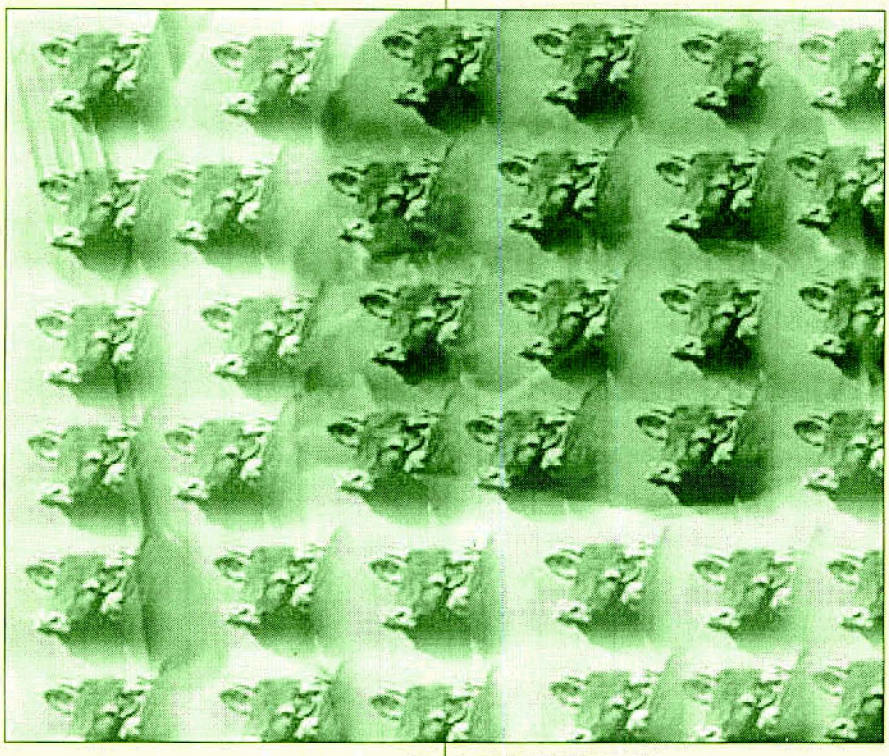
Países	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
1. Produção	47.283	48.224	48.979	49.530	49.660	ND
EUA	11.194	11.585	11.749	11.714	11.787	11.016
UE	7.753	7.860	7.789	7.755	7.604	7.513
Brasil	5.730	6.080	6.150	6.050	6.140	6.213
China	3.270	4.154	4.946	5.400	5.800	ND
Argentina	2.600	2.600	2.580	2.570	2.250	2.315
Fed. Russa	3.240	2.734	2.680	2.260	2.036	1.895
México	1.810	1.850	1.800	1.795	1.810	1.800
Austrália	1.829	1.717	1.736	1.941	1.890	1.850
India	1.025	1.100	925	1.430	1.593	1.645
Canadá	903	928	998	1.074	1.125	1.115
Japão	602	601	555	531	520	510
Nova Zelândia	566	630	631	636	652	608
Africa do Sul	581	542	535	591	676	673
Colômbia	566	604	650	680	690	702
Polônia	405	400	396	404	408	400
Outros países	5.209	4.839	4.869	4.699	4.679	4.658
2. Importação	4.119	4.071	3.911	4.308	4.189	4.183
EUA	1.075	954	940	1.063	1.150	1.252
Japão	842	927	899	924	964	975
Fed. Russa	541	612	480	600	496	350
UE	426	374	365	379	369	371
Canadá	286	256	237	252	230	230
Coréia	165	194	191	199	125	135
Egito	153	120	110	140	80	70
Africa do Sul	83	66	60	60	58	59
Brasil	88	124	144	113	90	80
Hong Kong	74	63	57	50	56	60
Taiwan	62	66	59	75	76	76
Polônia	18	8	23	7	10	10
Outros países	216	265	264	298	311	330
3. Exportação	5.122	5.130	5.113	5.388	5.045	ND
EUA	731	826	851	969	957	968
UE	1.084	923	913	909	714	574
Austrália	1.168	1.092	1.016	1.175	1.190	1.170
Nova Zelândia	466	504	515	507	510	475
Argentina	376	520	470	437	280	285
Brasil	383	291	274	290	335	335
Canadá	220	219	286	360	365	375
Uruguai	152	143	210	268	250	250
India	130	140	150	158	162	170
China	74	95	79	60	50	ND
Outros países	338	377	349	255	232	219
4. Consumo						
EUA	11.528	11.726	11.903	11.767	12.011	11.322
UE	7.467	7.396	6.870	7.001	7.132	7.133
Brasil	5.415	5.903	6.060	5.883	5.895	5.968
Fed. Russa	3.791	3.402	3.155	2.855	2.527	2.240
China	3.199	4.062	4.870	5.343	5.757	ND
Argentina	2.230	2.080	2.120	2.150	2.010	2.065
México	1.899	1.890-	1.880	1.938	1.981	1.982
Japão	1.446	1.518	1.438	1.468	1.485	1.495
Canadá	962	971	951	965	988	973
India	895	960	775	1.272	1.431	1.475
Austrália	669	650	715	760	695	675
Africa do Sul	662	606	583	648	731	729
Colômbia	558	598	649	678	686	703
Outros países	5.045	4.653	4.558	4.555	4.482	4.495

Fonte: Usda. Mil toneladas em equivalente-carcaça.

Mundo: números da suinocultura

Países	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
1. Produção	70.822	75.318	79.185	80.739	83.577	ND
China	32.048	36.484	40.375	42.500	44.000	ND
UE	15.989	15.098	16.195	16.168	16.850	17.125
EUA	8.027	9.096	7.764	7.835	8.515	8.825
Brasil	1.300	1.450	1.600	1.540	1.603	1.667
Fed. Russa	2.103	1.865	1.700	1.570	1.400	1.400
Japão	1.390	1.322	1.266	1.283	1.290	1.285
Taiwan	1.204	1.233	1.269	1.283	1.290	1.285
México	900	954	895	940	950	970
Outros países	70.822	75.138	79.185	80.739	83.577	ND
2. Importação	1.962	2.023	2.124	2.050	2.041	2.106
Japão	705	829	933	733	735	785
EUA	337	301	280	287	300	318
Fed. Russa	324	454	450	444	344	319
Hong Kong	224	160	145	188	244	280
Polônia	99	47	39	36	20	30
México	80	30	32	62	75	65
UE	34	32	47	61	57	52
Coréia	26	45	49	77	50	50
Cingapura	26	25	24	26	27	25
Outros países	80	71	86	78	109	112
3. Exportação	2.186	2.359	2.624	2.694	2.571	ND
UE	866	741	757	903	902	883
Taiwan	331	381	388	70	4	5
Canadá	301	357	372	420	400	450
EUA	249	357	440	474	565	567
China	181	230	192	150	90	ND
Romênia	50	37	35	65	20	20
Brasil	34	29	56	64	84	90
Hungria	42	54	103	75	40	50
Polônia	27	81	160	284	240	150
Outros países	105	92	121	189	226	238
4. Consumo	70.545	74.865	78.328	79.840	82.421	ND
China	31.867	36.257	40.185	42.353	43.913	ND
UE	15.003	15.017	15.245	15.086	15.393	15.592
EUA	8.079	8.059	7.618	7.629	8.220	8.569
Fed. Russa	2.466	2.570	2.149	2.013	1.743	1.718
Japão	2.097	2.093	2.119	2.081	2.080	2.075
Brasil	1.268	1.417	1.554	1.487	1.520	1.555
Polônia	1.430	1.490	1.592	1.329	1.430	1.540
México	978	980	914	976	990	970
Canadá	951	946	897	888	945	970
Coréia	798	830	871	867	915	890
Taiwan	873	857	897	860	931	925
Filipinas	715	760	866	905	950	995
Romênia	500	396	395	295	300	305
Hungria	471	404	395	415	392	449
Outros países	3.049	2.789	2.631	2.656	2.699	2.709

Fonte: Usda. Mil toneladas em equivalente-carcaça.



Do lado da demanda dos japoneses, em 1998 assistiu-se a um recrudescimento do consumo de carne de peixe e à substituição de carne de frango por bovina. Na Coréia, os preços das aves subiram em mais de 40% e provocaram uma desaceleração do consumo, quadro que deve persistir para 1999.

Bovinocultura de corte: produção recua

Muitos dos principais países produtores estão liquidando seus rebanhos. Nos EUA e no Canadá, os altos preços de 1996 aceleraram o abate, enquanto uma severa seca afeta os plantéis mexicanos. Exceto na Argentina, onde está havendo recomposição dos animais, esse mesmo cenário ocorre na América do Sul. Problemas climáticos aliados ao fraco desempenho das exportações também provocam redução dos rebanhos da Austrália e Nova Zelândia. Na Rússia, o declínio prossegue por fortes razões econômicas: desvalorização do rublo e menor disponibilidade de renda.

Na China, a expansão no consumo de carnes de aves já foi de dois dígitos, mas agora está à beira de 5%. Uma pequena retomada no crescimento econômico será suficiente para absorver a exportação para o Japão e dará lugar à necessidade de maiores importações.

Em 1998, a produção ficou praticamente no mesmo patamar de 1997. Ganhos notáveis foram presenciados na América do Norte, especialmente nos EUA e no Canadá, apesar das perdas na UE, na Federação Russa e na América do Sul. Para 1999, a produção deverá recuar em 6%.

O consumo deve sofrer leve queda em 1999, depois do crescimento verificado em 1998. O Japão e a Coréia permanecem retraídos, enquanto na Rússia a baixa é bem mais sensível. Parece claro que haverá geração de excedentes na UE e fraco desempenho nas exportações dos EUA, Oceania e América do Sul.

Suinocultura: mais oferta e menores preços

No período de 1996 a 1999, a produção de suínos cresceu em mais de 1 bilhão em termos de toneladas em equivalente-carcaça, e a oferta excedente no mercado arrefeceu os preços. As maiores pressões da oferta vêm dos EUA, Canadá, União Européia e Polônia.

A China passa por uma reestruturação na atividade produtiva. Mais de 70% da sua produção são oriundos de pequenas criações de fundo de quintal. Não obstante, as granjas em escala voltadas aos segmentos industriais crescem celeremente. As empresas nacionais estão fazendo contratos de acesso a pacotes tecnológicos e genéticos com firmas dos EUA e do Canadá.

Depois da moratória decretada no segundo semestre de 1998 na Rússia, os países que para lá exportam ficaram temerosos e cortaram os créditos. As importações russas de carne de porco reduziram-se em mais de 500 mil toneladas. A Polônia foi bem afetada, já que teve que reduzir seus embarques, cujas metas eram para mais de 200 mil toneladas anuais. Para a UE a notícia foi má, pois envolve 30% de suas exportações.

Os rebanhos da Holanda e Espanha continuam sob controle e em redução devido a problemas com cólera. Na Alemanha, a legislação faz duro cerco em cima das granjas, o que faz com que o rebanho caia em 25%.

No Leste asiático a febre aftosa registrada em Taiwan – que teve de zerar suas exportações – alterou significativamente o fluxo comercial da região. O Japão aumentoua produção interna e buscou mercadorias nos EUA e na Dinamarca. A Coréia também aproveitou essa situação para aumentar o rebanho e exportar para o mercado japonês.

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

CARNE BOVINA

Crescimento com ressalvas

O negócio da carne bovina manterá o crescimento, mas certas variáveis ausentes no passado estarão cada vez mais presentes

O aumento na renda aliado a um ambiente de integração comercial entre diversas regiões do mundo têm facilitado substancialmente o crescimento do mercado internacional de carne bovina. Em 1998, as exportações chegaram perto de 5 milhões de toneladas: volume 45% superior ao verificado em 1980.

Sem perspectivas de grandes mudanças, acredita-se que para o primeiro qüinqüênio do próximo milênio o negócio com carne bovina manterá a tendência de crescimento mundial. Mas variáveis ausentes no passado, desde as barreiras estabelecidas em nome da sanidade, qualidade, tecnologia e cultural até as mudanças nas áreas de produção, processamento, *marketing* e vendas estarão cada vez mais atuantes.

Em termos geográficos, a carne bovina é produzida em grande parte do mundo. Sua comercialização em larga escala, no entanto, concentra-se em poucos países e representa uma parcela pequena e crescente do consumo total. Entre os principais países produtores e consumidores, as exportações representam hoje 11% da produção, contra 7% em 1980.

Rigor absoluto

Temendo a disseminação de pragas e doenças, e voltada para proteger o consumidor, a legislação sobre qualidade e sanidade desses produtos tem se tornado mais e mais rigorosa. O assunto já ganhou *status* de suma relevância.

Em decorrência das regulamentações governamentais o comércio internacional consolidou-se em dois segmentos distintos de mercado. Muitos países não aceitam animais vivos ou carne fresca, enlatada ou congelada, oriundos de territórios onde as doenças pecuárias são endêmicas. Países e regiões com tais problemas são discriminados em preços e seus excedentes exportáveis acham dificuldades para aproveitar oportunidades de mercado.

Em termos quantitativos e monetários, a transação de animais vivos é significativamente menor do que de carnes, e não ultrapassa 1% do rebanho. Esse tipo de comércio está basicamente circunscrito a países ou regiões de geografia fechada, como em negócios intra-regionais dentro do Nafta, da UE e da Austrália com o Sudeste asiático. Algumas exceções podem eventualmente surgir, com negócios envolvendo longas distâncias, em particular quando o valor da transação compensa o risco e o custo do transporte.

Padrão de qualidade

Como a produção mundial da pecuária bovina de corte varia segundo a genética animal e os métodos de alimentação, variam os padrões de qualidade. A pecuária basicamente requer terras para pastagens e produção de grãos forrageiros. Os países que dispõem de terras de baixo valor tendem a alimentar o gado em pastagens, enquanto ou-

Vaca louca, prejuízo e polêmica

Os negócios de carne bovina da Inglaterra sofreram enorme abalo depois da manifestação da encefalopatia espongiforme (EEB), chamada doença da vaca louca, em seus rebanhos. Para salvaguardar a saúde de seus consumidores, arriscados a contrair a doença de Creutzfeldt, um mal fatal que acarreta a degeneração do cérebro, a União Européia tomou decisão radical: a partir de março de 1996 ficava suspensa a entrada de produtos exportados pelos ingleses.

Com a deflagração da crise da doença – suspeita de ser transmissível ao ser humano por meio do consumo de animais contaminados –, o Reino Unido teve de tomar uma série de medidas amargas. Cerca de 3 milhões de animais foram sacrificados, enquanto carnes de animais com mais de 30 meses tiveram de ser retiradas do mercado. Para evitar a expansão, foi embargada a venda de carne com osso.

O tamanho da conta é indigesto. Somente em 1995, antes mesmo da imposição da sanção pela UE, com a suspensão decretada por conta própria pela indústria frigorífica britânica, deixaram de ser arrecadados mais de US$1 bilhão. Entre 1996 e 1997, gastaram-se US$2,5 bilhões para combater a enfermidade. Até 2001 o prejuízo deverá chegar a US$6,6 bilhões, cifra superior à da perda de mercados.

O custo de incinerar 257 mil toneladas de carnes e farelo de osso chegou a US$115 milhões. Por sua vez, os criadores abateram 2,6 milhões de cabeças de animais suspeitos: aqueles que estiveram em contato com a doença ou em idade de consumir rações que poderiam estar contaminadas. Para implementar o programa de erradicação, o governo britânico contratou 640 funcionários. Na UE, ante a queda da demanda, o contingente de mão-de-obra para trabalhar no Conselho de Intervenção, responsável pela compra dos excedentes gerados de carne, cresceu em 331 pessoas.

O ônus caiu sobre os orçamentos dos abatedouros, frigoríficos e usinas energéticas, enquanto o governo desembolsou verbas extras para os pecuaristas. A UE arca com cerca da metade das despesas. Ficam de fora os custos decorrentes do tratamento da doença, que provocou a morte de 30 seres humanos entre 175 mil casos registrados – 99,7% na Grã-Bretanha.

Mais recentemente, em novembro de 1998, a UE votou pelo fim do embargo. Dos 15 ministros, oito votaram a favor, dois se abstiveram (Holanda e Luxemburgo) e cinco (França, Alemanha, Espanha, Itália e Áustria) foram contra. A

tros com maiores disponibilidades internas, como os EUA e o Canadá, fazem a engorda e o acabamento com base em grãos forrageiros.

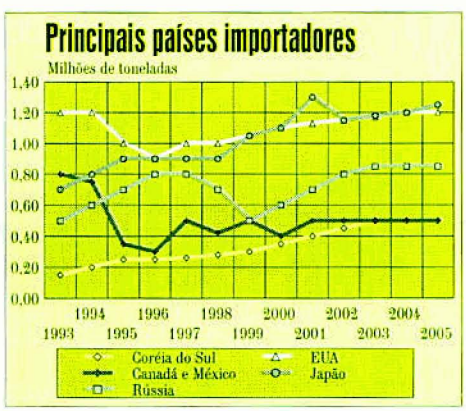
O gado alimentado com grãos forrageiros tem mais gordura interna (marmoreiro) e carne mais tenra, mais bem aceita pelo consumidor mais sofisticado, do que os animais engordados em regime de pasto. O Japão desenvolve uma criação mais cara usando grãos forrageiros importados na alimentação, apesar de não dispor de excedente de grãos, para satisfazer as preferências dos consumidores.

Em muitas partes do mundo, os criadores são produtores de carne e de leite. Apesar de o gado leiteiro ser menos eficiente para produzir carne, a especialização da bovinocultura em corte e leite muitas vezes não acontece, como haveria de se supor. Acontece que há fatores exógenos intervenientes na exploração. Na UE, por exemplo, as políticas governamentais estimulam a produção de carne, enquanto oferecem mecanismos de sustentação de preços e de comercialização para a produção de leite. Isso viabiliza artificialmente o *mix* carne e leite de produção.

As diferenças quanto ao tipo de carne produzida normalmente ditam o modelo de comercialização de cada país. Nesse sentido, os EUA são um caso à parte: por um lado, são o país que mais exporta carne bovina oriunda de alimentação à base de grãos, com produtos de maior valor agregado para mercados mais ricos; por outro, são o maior importador de produtos provenientes de animais criados em pastejo, para processamento industrial, principalmente hambúrguer.

A busca de qualidade é persistente. Os avanços tecnológicos em armazenagem, transportes, embarques e processamento promovem uma reengenharia completa no sistema de produção e comercialização de carnes. O uso de embalagens a vácuo ou com gases especiais, além do emprego de contêineres refrigerados para armazenagem, superam as limitações com transportes e embarques sem afetar a vida qualitativa do produto. Com isso, os consumidores situados a longas distâncias podem desfrutar de produtos frescos e de qualidade.





petição pela suspensão continha 38 mil assinaturas, inclusive do primeiro-ministro Tony Blair. A liberação atinge carnes de animais nascidos após 1º de agosto de 1996, quando o Reino Unido proibiu o uso de restos de bovinos e ovinos na composição da ração.

Mas o consumidor de carne da UE continua cauteloso – a demanda segue bem abaixo do nível de 1996, quando a doença foi constatada. A montanha de carne estocada subiu para 540 mil toneladas. Um desconforto maior ainda depois da crise econômica da Rússia, que deixará de importar e provocará uma sobra de mais de 300 mil toneladas. Os russos em 1997 importaram cerca de 427 mil toneladas de carnes, ou 41% das exportação de carne de vaca da UE.

Para enxugar o mercado interno, a UE elevou os subsídios para a exportação de carne bovina em 8%. Mas para alguns cortes dianteiros, o aumento chegará a 27%. A depender do tipo de carne, os subsídios crescerão de US$94 a US$2.463 a tonelada.

Como a vaca louca não é uma doença circunscrita à Inglaterra, o problema ultrapassa suas fronteiras e preocupa toda a Europa. Desde 1990 constataram-se 48 e 195 casos, respectivamente na França e em Portugal. Os registros continuaram em 1998 – 17 franceses e 67 portugueses – e pressionam a UE a prosseguir com medidas rigorosas: o projeto do comissário Frans Fishler, que regulamenta a venda de carne bovina, classifica os países conforme o risco de incidência de casos de EEB. Isso envolve até os exportadores, que terão de mudar a forma de abate ou serão excluídos do mercado da UE. O que reacende a discussão – protecionismo ou defesa sanitária?

Nesse barulho todo, as organizações não-governamentais (ONGs não se conformam e, de forma lacônica, acusam que as invenções na pecuária confinada perderam o senso de limite. A vaca louca é conseqüência disso: mudar a nutrição de um ruminante, transformando-o de essencialmente herbívoro em carnívoro, só poderia dar no que deu. Para esses casos, afirmam, não cabem medidas corretivas, mas sim preventivas.

As diferenças culturais entre os povos são outro fator que determina o fluxo dos produtos. Praticamente só a Índia limita o consumo de carne por motivos religiosos. Mas outros aspectos ligados às técnicas de cozimento (fritura, assado, grelhado etc.), às noções de saúde, a cor, tamanho, textura, maciez e sabor dos cortes determinam o fechamento das vendas.

A sofisticação dos processos de tratamento e produtos da carne bovina não tem limites. Exportadores programam embarques de acordo com o interesse do cli-

ente quanto a cortes especiais. Partes nobres e especiais, de alto valor agregado, vão para o Japão, enquanto os cortes mais depreciados destinam-se aos russos consumidores de salsicha e uma mistura de cortes destina-se ao México. Os exportadores norte-americanos utilizam o *marketing* para explorar as características alternativas de cortes e padrões de qualidade para os produtos. Através de estratégias bem planejadas e localizadas, fixam marcas, fazem promoções e desenvolvem propaganda. O resultado é maior fidelidade dos compradores e sucesso de vendas.

A produção se expande, cresce o consumo

Pelas estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção de carne bovina entre os principais países produtores bateu o total de 48 milhões de toneladas em 1997. Cresceu 20% entre 1980 e 1996. As projeções mostram uma expectativa de crescimento de 1,5% até 2005. Essas informações batem com as da Food and Agriculture Organization (FAO), que trabalha com um incremento de 18% na produção de 1980 a 1995 e projeta o patamar de 55 milhões de toneladas para 1996.

A produção de carne bovina tende a ficar concentrada entre EUA, Brasil, China, Argentina e Rússia, com uma participação superior a 60% do total. Mas devem ocorrer alternâncias significativas entre eles ao longo do tempo.

O consumo global de carne bovina está projetado para crescer até 2005. O incremento será maior em países de rápida industrialização ou em transição econômica no Centro e Leste europeus, onde aumenta a renda. Esperam-se ganhos no consumo *per capita* em muitos países asiáticos.

Cerca de cinco países – EUA, Japão, Rússia, UE e Canadá – representam de 70% a 75% do mercado mundial de importação de carne bovina. A liberalização de mercado favorece o aumento da demanda de países do Pacífico RIM. Coréia do Sul, Taiwan e México, normalmente pequenos importadores, assistirão a um substancial crescimento. As aquisições serão de produtos provenientes de criações alimentadas à base de grãos forrageiros, o que beneficiará as indústrias dos EUA e do Canadá e potencialmente a da Argentina.

Austrália, UE, EUA, Nova Zelândia e Argentina, 75% a 80% do comércio internacional de carne bovina, vêm mudando de lugar no *ranking* dos exportadores desde os anos 80. O Brasil, terceiro maior exportador, caiu para sexto lugar nos últimos 12 anos devido a uma série de fatores: aumento da demanda doméstica que reduziu o excedente de exportação; falta de estímulo governamental para a produção; incapacidade para eliminar a febre aftosa. **(L.A.P e R.A.)**

CARNE BOVINA

O mapa do negócio

Cai a produção, oscila o consumo e as importações declinam no mapa dos produtores e consumidores de carne bovina

Rússia – As reestruturações políticas e institucionais e a instabilidade econômica precipitaram a produção em 45%, correspondendo a uma queda líquida de 2 milhões de toneladas a partir de 1990.

China – A produção aumenta dramaticamente, e para os próximos anos o país deverá ter a maior taxa mundial de crescimento na produção, enquanto no mercado interno assiste-se a uma explosão no consumo, impulsionada pelo aumento da renda *per capita* e pela urbanização.

EUA – Maior produtor mundial de carne bovina, experimenta a fase de liquidação do rebanho no ciclo da produção. O pico da produção verificado em 1996 não deverá ser alcançado até 2005, enquanto o rebanho sofre contração no tamanho até o ano 2000

Argentina – Cai a produção. As políticas agrícolas priorizam os setores de cereais e oleaginosas. Contudo, a declaração de que o país está isento da febre aftosa trará novos estímulos para a produção.

UE – O mercado sofre desbalanceamento, com excedente na oferta em relação à demanda, desde meados dos anos 80. A produção leiteira mantém-se nos níveis de 1992 e os estoques estão sendo esgotados através de exportação.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que começou em 1992, promoveu uma drástica redução no rebanho, aumentando a produção de carne. As pressões aumentaram com a incidência da doença da vaca louca e os acordos para redução de subsídios na Organização Mundial de Comércio (OMC). Enquanto os estoques vão sendo desovados e o consumo prossegue fraco, é bem provável que a produção da UE sofra baixas nos próximos 10 anos.

A dança do consumo

Na **China, Coréia do Sul, Ásia** e **Japão**, o consumo deve se acelerar pela maior exploração do tamanho do mercado potencial, enquanto em outros países da região o consumo cresce alimentado pela inércia do próprio aumento populacional.

Na **América Latina**, o quadro é interessante. Os maiores ganhos de consumo acontecerão no Brasil e México por expansão da renda. Na Argentina haverá queda no consumo *per capita*. Embora os argentinos tenham uma das maiores taxas de consumo de carne bovina do mundo, o declínio do poder de compra nos segmentos das classes mais baixas poderá arrefecer a demanda e levar a uma substituição de produtos concorrentes na proteína animal.

Centro e Leste europeus – Depois de anos com taxa *per capita* de consumo cadente, espera-se uma reversão com pequeno aumento. Na Rússia o consumo vem em queda desde 1985, devido à reestruturação político-institucional e à recessão econômica, com perda de poder de compra. À medida que a economia russa for se recuperando, o consumo voltará a crescer. Mas em função da maior oferta de carne de frango e suínos, esses produtos tendem a ser ainda mais consumidos.

Nos **EUA**, o consumo de carne bovina deve cair nos próximos três anos, enquanto a produção declina e os preços relativos favorecem o consumo de outras carnes.

Na **UE** o consumo até ensaia alguma recuperação depois do impacto da crise da vaca louca, mas a demanda permanecerá fraca nos próximos cinco anos. Algumas descobertas de novos focos de incidência da doença e suas conseqüências sobre a saúde dos consumidores poderão retardar a recuperação da demanda. Especialistas acreditam que uma epidemia humana da doença não pode ser descartada num período de 10 a 15 anos.

O que deve mudar nas importações

Os **EUA** são o maior importador de carne bovina, com um volume perto de 1,2 milhão de toneladas em 1998. Em geral as mercadorias importadas competem com os criadores de leite e carne norte-americanos, cuja produção quase sempre vira hambúrguer. Desde a metade dos anos 80, as importações estão equilibradas entre 9% e 10% do volume total de consumo, apesar de dependerem do ciclo produtivo da bovinocultura de corte. Na fase atual de liquidação do ciclo, o abate de matrizes cresce e a tendência é de declínio nas importações.

As importações dos EUA vêm principalmente do Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Para produtos cozidos, o país restringe importações de regiões onde a febre aftosa é endêmica. É bem provável que os EUA assistam a um incremento das importações depois do ano 2000, quando o ciclo da produção do seu rebanho entrará na fase de reconstrução, com retenção de fêmeas. O país continuará sendo o principal importador de carne bovina até meados da próxima década

A **Rússia** é um substancial importador de carne bovina. No passado, esse fato ficava obscurecido pelo comércio interno entre os países da ex-União Soviética. Com o desmembramento da União, as importações caíram vertiginosamente. A queda de renda do consumidor e a reestruturação econômica na bovinocultura, inclusive com menor subsídio para a produção, provocaram um rápido declínio na atividade, chegando a 65% desde o final dos anos 80.

Sem o subsídio governamental, o consumo *per capita* caiu para o patamar dos países de nível econômico semelhante. Importa produtos de menor valor agregado oriundos de outros países da antiga União Soviética e da Europa ocidental.

Para a próxima década, a produção da Rússia começará a crescer e inibirá parcela das importações. Entretanto, na metade da década elas poderão recrudescer: os ganhos de renda provocarão uma expansão da demanda superior ao aumento da produção.

No *ranking* dos países, excluindo o comércio intra-regional, a **UE** é o terceiro na exportação e o quarto na importação. A política da UE é manter o mercado equilibrado através de exportações subsidiadas e limitações nas importações. As aquisições externas são feitas nos EUA, Argentina e Brasil. Em 1989 as exportações dos EUA foram excluídas porque a UE proibiu o uso de hormônios promotores de crescimento, tais como os anabolizantes. Em recente painel da OMC, a proibição foi derrubada, mas a UE deverá apelar e continuar embargando produtos oriundos do EUA.

Nos últimos anos, reduziram-se as importações de carne bovina na UE por dois motivos: estoques internos elevados e preocupações dos consumidores com relação à saúde, por causa da incidência da doença da vaca louca (todas as exportações da Grã-Bretanha para os países membros estão suspensas desde março de 1996). Na França têm-se registrado casos da doença, o que suscita o temor de um surto.

Com altos estoques, é muito pouco provável que a UE expanda o mercado de importação além dos limites acordados na OMC, e também que comercialize o produto disponível sem usar subsídios nas exportações ou redução dos preços para níveis próximos aos do mercado mundial. Para não violar o acordo assinado na OMC no tocante às exportações subsidiadas, é bem provável que a UE trabalhe com as indesejáveis alternativas de reduzir a produção ou carregar altos estoques.

O **Canadá**, como os EUA, só importa produtos frescos, enlatados e congelados de países fora do circuito da aftose. As importações são limitadas por quotas e tarifas. O México e os EUA recebem tratamento especial dentro das regras do Nafta (North American Free Trade Agreement), onde cada nação isenta a outra mediante limites quantitativos. As tarifas, dentro do programa acelerado de redução, deixaram de existir entre os três países. Como resultado, os EUA tornaram-se o principal fornecedor de carne bovina para o Canadá.

O ciclo da pecuária canadense entrou

em fase de liquidação e declínio para os próximos anos. A competição de enorme parte da produção doméstica com produtos importados só deverá aumentar quando a fase de recomposição do rebanho começar.

Os **EUA** tradicionalmente embarcam produtos de alto valor agregado, provenientes de animais alimentados à base de grãos, para o Centro e Leste do Canadá. Contudo, empresas dos EUA estão investindo nesse país, expandindo a capacidade de abate na região Oeste e comercializando produtos na região Leste. Esse processo, juntamente com o potencial de crescimento da pecuária do país, em função das mudanças nas políticas de grãos, fará com que as exportações norte-americanas para o país sofram maior competição.

Os números da exportação

Cada vez mais os EUA participam do comércio mundial. Do total da produção mundial, as exportações evoluíram entre 1980 e 1997 de menos de 1% para 8%. O país passou de oitavo para segundo no *ranking* exportador.

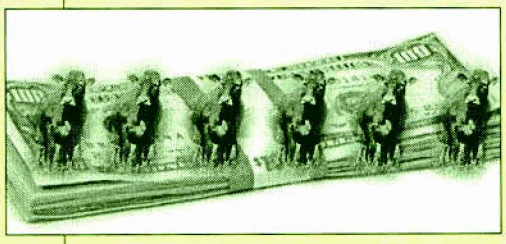
As exportações dos EUA estão estimadas em 8% a mais para 1998 (950 mil toneladas), acima do incremento de 2% em 1997 (870 mil toneladas). Tal crescimento das exportações é basicamente creditado à liberalização dos mercados. Isentos de febre aftosa e dispondo de carne de bom marmoreiro, os EUA capitalizam saldo positivo no quadro proporcionado pela liberalização dos mercados nos anos 80 e 90.

Os acordos de carnes e cítricos com o Japão e o Nafta ajudam a abrir novas oportunidades de mercado para os exportadores norte-americanos. Negócios envolvendo Canadá, México e Japão representam 80% dos embarques dos EUA. Mas as perspectivas de expansão do mercado da Coréia abrem às exportações dos EUA a possibilidade de crescerem mais de 12% até 2005. Em termos de volume, os EUA serão exportadores líquidos em meados da próxima década.

A **Austrália** é líder de exportações, mas espera-se em breve uma acirrada disputa com os EUA. A crise da vaca louca fez com que a UE reduzisse fortemente suas importações, que vinham em grande escala dos EUA. Desde 1983 as exportações australianas se expandiram em 60%. Os números preliminares apontam uma exportação de 1.095 mil toneladas em 1997, que deve sofrer um leve declínio em 1998, caindo para 1.075 mil toneladas em função do ciclo de reconstrução do rebanho bovino.

Como os criadores australianos são exportadores principalmente de animais alimentados em pastejo, a produção interna fica sujeita às incertezas climáticas e seu efeito na qualidade e quantidade das forrageiras. Isso afeta o programa das exportações plurianuais. A Austrália experimenta freqüentes períodos de seca que forçam à liquidação do rebanho e comprometem a produção futura, gerando menor oferta e tornando necessário reconstruir o rebanho.

Por ser exportador livre da febre aftosa, a Austrália é o supridor majoritário de bovinos alimentados em pastejo para as indústrias dos EUA e Canadá, além de ver crescer sua participação nos países asiáticos do Pacífico RIM, principalmente Japão e Coréia do Sul.



Apesar de a Austrália estar desenvolvendo criação estabular intensiva e confinada, tanto para compensar a escassez periódica de forrageiras como na orientação para o segmento de mercado de carne com maior valor agregado, a insuficiência de grãos constitui um problema. Acontece que as importações de grãos forrageiros estão proibidas na Austrália devido às regulamentações de defesa sanitária, diante do temor de trazer para o país pragas e doenças perniciosas. Assim, enquanto a regulamentação limitar a importação de grãos, o crescimento da criação intensiva será lento.

A **Nova Zelândia** é o quarto maior exportador do mundo, com um volume praticamente estável em torno de 500 mil toneladas. Como a Austrália, a Nova Zelândia está fora do circuito da aftose e a pecuária é baseada em pastejo. Entretanto, a bovinocultura privilegia fins leiteiros. A Nova Zelândia exporta produtos para serem industrializados nos EUA e Canadá, de pouco interesse até agora para o Pacífico RIM. Para os próximos 10 anos, a produção de carne do país cairá em termos de participação na produção mundial, enquanto os preços pouco estimulantes para carne e leite farão com que os criadores busquem alternativas de produção mais remuneradoras.

A **Argentina** ainda é o quinto maior exportador de carne, apesar da participação decrescente, de 13% em 1985 para 9% em 1996. Tradicionalmente, oferece carne fresca para os EUA e carne processada para a UE. Cerca de 70% das exportações são de carne resfriada, realizadas via cota Hilton.

Recentemente a Argentina tem levado vantagem no acordo de liberalização de mercado sob o guarda-chuva do Mercosul, que impõe entre seus membros o uso de uma tarifa externa comum e uma tarifa interna pequena e cadente, quase zero. As vendas argentinas para o Brasil estão se expandindo, enquanto as destinadas aos EUA estão limitadas pelas quotas acordadas na OMC.

Os argentinos aguardam concessão dos EUA para distribuir a cota de 230 mil toneladas anuais de carne fresca, já conseguida em 1994 de acordo com as normas do Gatt.

No passado, a febre aftosa bloqueava a expansão das vendas argentinas ao Pacífico RIM. Com a erradicação da doença, as portas para o mercado asiático se abrirão rapidamente. O país terá maior força para competir no Pacífico RIM, principalmente no que se refere a produtos oriundos das criações baseadas em grãos, como as carnes australianas e neozelandesas de animais criados em pastagens importadas pelo bloco. Na próxima década, a Argentina poderá ganhar o posto da Nova Zelândia no *ranking* das exportações. **(L.A.P. e R.A.)**

ESTADOS UNIDOS

Hora de abater

Sem sinais de uma provável reversão antes do ano 2000, a pecuária norte-americana passa pela liquidação do rebanho

Entre 1996 e 1997, os criadores retiveram menos fêmeas. Mesmo com os preços de grãos mais baixos que em 1996, as condições mantiveram-se adversas. No país, o inverno severo na região Nordeste conjugado com a seca do Sudoeste ao planalto central afetaram a oferta de forrageiras, cujos preços bateram níveis recordes. Os criadores preferiram abater as fêmeas ao invés de retê-las para reprodução.

A disponibilidade de animais para engorda será estreita entre 1998 e 1999, enquanto áreas de pastagens diminuem e mais fêmeas são retidas para reprodução. Se a taxa de retenção de fêmeas não subir muito ou tiver leve recuo, a queda na oferta prosseguirá a curto prazo.

A liquidação teve início em 1991, quando começou a recrudescer a quantidade de abates, depois do mínimo de 95,8 milhões verificado em 1990. O pico do ciclo corrente aconteceu em 1996: 103,5 milhões. Em 1997, o abate caiu para 101,2 milhões. Para 1998, reduz-se cerca de 2%.

A coleta de dados sobre o rebanho bovino norte-americano começou em 1867, série de 120 anos. Até o ciclo de 1968-79, cada pico de abate batia o anterior até o recorde de 132 milhões. A partir daí houve um período de ajustamento, devido aos ganhos de eficiência técnica, à economia na produção e à necessidade de competir com outras carnes (aves e suínos). Em conseqüência, o ponto de inflexão ficou mais baixo.

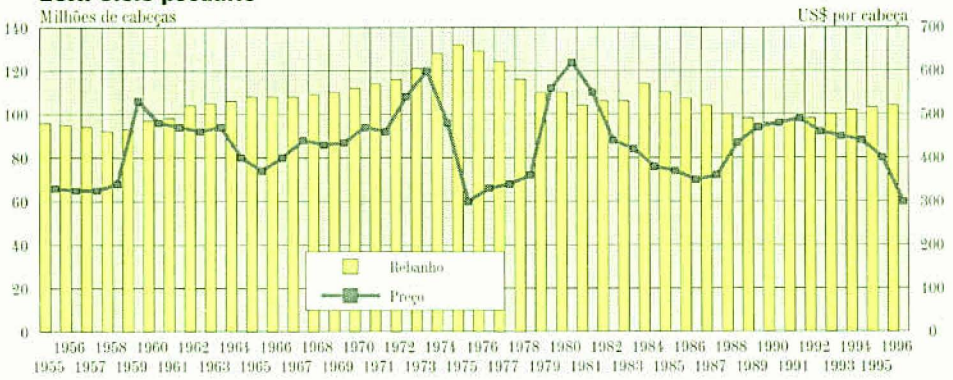
A atividade teve uma fase de perda de renda em meados dos anos 80. Houve oferta excessiva de animal acabado com mais gordura do que o desejado, enquanto o consumidor mudava sua preferência para os cortes magros. A grande ênfase em carne magra, com pagamento de prêmio, oferta controlada de carne marmoreada e de alta qualidade, provocaram abrupta mudança nos hábitos de consumo.

Expansão e contração

O ciclo pecuário compreende períodos intercalados de sete a 10 anos em que ocorrem expansão e contração do tamanho do rebanho. Um novo ciclo se inicia quando o gado começa a aumentar numericamente e vice-versa. Os criadores podem expandir ou contrair o rebanho em resposta aos sinais da economia de mercado atrelados a um fator



EUA: Ciclo pecuário



biológico: o tempo necessário para produzir novos animais prontos para abate.

Durante a fase de expansão, cresce a taxa de novilhas retidas para reprodução. As fêmeas são apartadas das atividades de recria e engorda na criação estabular confinada. Reduz-se a quantidade de animais destinados ao abate. Enquanto os criadores aumentam seus rebanhos, a oferta de carne diminui. Esse processo tem um ponto de inflexão, a partir do qual todo o mecanismo passa a trabalhar no sentido inverso.

Ciclo mais curto

O componente biológico do ciclo do frango é de longe o mais curto em relação aos outros animais importantes para a oferta de proteína animal: sete meses do alojamento da matriz, passando pela fase de criação e idade de postura, até os pintos de um dia atingirem o peso de abate. As matrizes retidas para a criação constituem uma minúscula proporção da produção potencial e podem ser vendidas antes de atingirem os seus períodos de criação. Com um ciclo biológico pequeno em termos de tempo e uma taxa tambémpequena de fêmeas para a criação, os criadores podem ajustar mais rapidamente a produção às necessidades de mercado.

O ciclo do suíno é um pouco mais longo do que o do frango: 20 meses desde a criação, cobertura e parição das avós, passando pela retenção de matrizes, até a engorda das crias atingirem o peso de abate. Em comparação com as aves, cada matriz retida para gerar cevados corresponde a menor produção de suínos durante 12 a 18 meses, antes de suas leitegadas serem vendidas. Esse intervalo vai caindo à medida que as fêmeas geram em dois anos cinco crias de nove leitegadas cada uma, possibilitando ao criador aproveitar melhor as oportunidades de mercado.

O ciclo da pecuária é bem mais longo do que o de suínos e aves. Cerca de 50 meses podem passar da parição e cria da matriz e a cria, recria e engorda de sua prole. As condições de manejo da criação – extensiva em pastejo ou confinamento estabular – têm grande influência na duração desse tempo.

Em função do longo ciclo biológico, os pecuaristas tomam decisões sobre produção para um horizonte de quatro anos, o que limita sua capacidade de ajuste às condições de mercado. Cada matriz retida reduz a produção de carne no curto prazo, mas aumenta o potencial de produção depois de quatro anos, pois gera um bezerro por ano. O ciclo da pecuária leva de sete a 10 anos, enquanto a decisão de reter ou abater fêmeas sofre influências não só dos preços das carnes e da disponibilidade e custo das forragens, mas também do nascimento e do longo componente biológico da sua produção. **(L.A.P. e R.A.)**

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

Em março, **PECUÁRIA LEITEIRA.**

ASSINE AGROANALYSIS

Sim! desejo assinar AGROANALYSIS por um ano (12 edições).
Assinatura anual – opções de pagamento:
Assinatura pessoa física ☐ Assinatura pela empresa ☐

☐ R$55,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)
☐ R$55,00 (ficha de compensação bancária)
☐ R$55,00 (cartão de crédito)

Nome: .....
Empresa: .....
Endereço: .....
CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....
Tel.: ..... Ramo de atividade: .....
Função na empresa: .....
Data: ..... / ..... / ..... Assinatura: .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido essa a opção escolhida)
Nome do cartão: ..... Nº do cartão: ..... Validade: ..... / ..... / .....

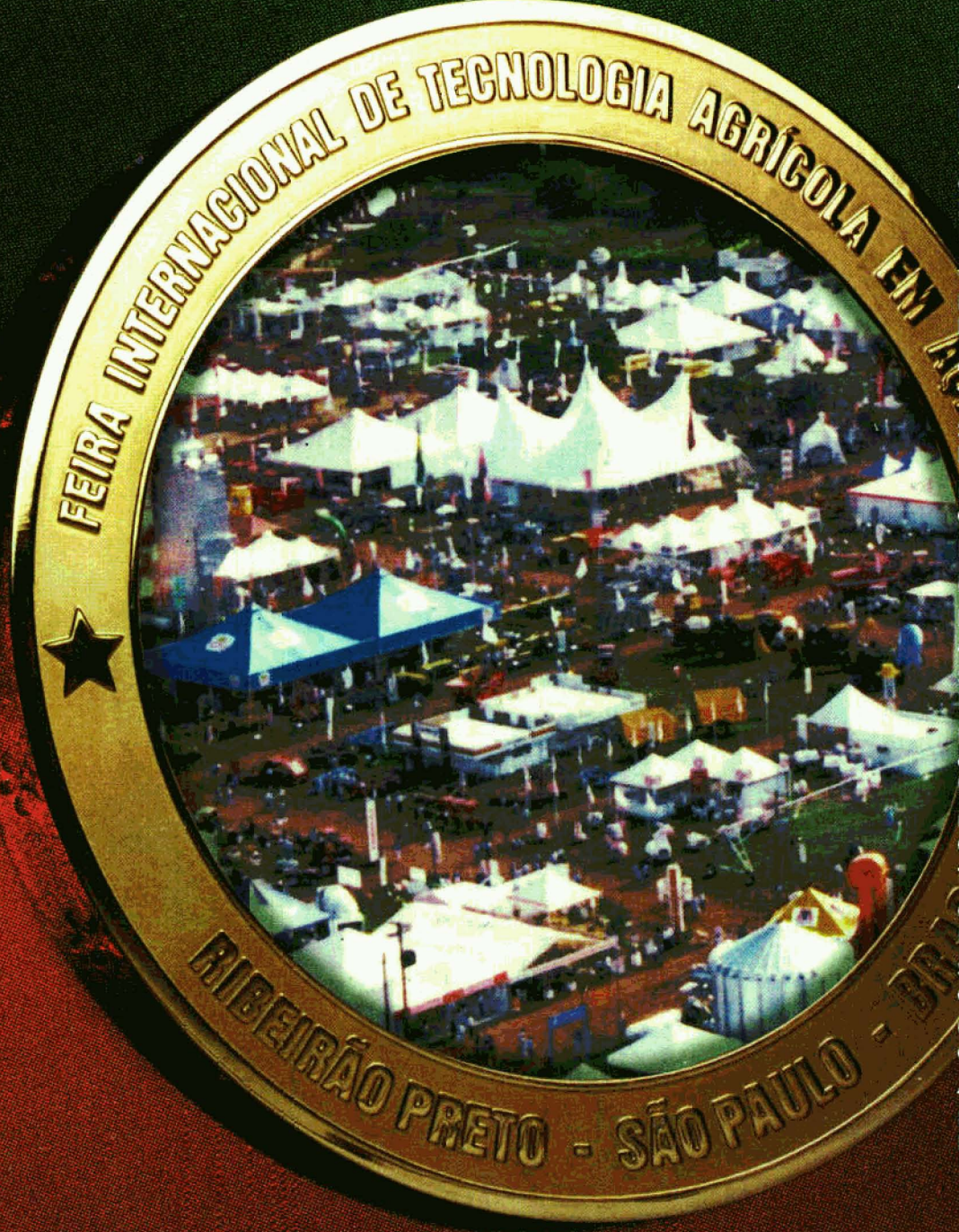
Visite nossa home page: http://www.fgv.br – E-mail: assine@fgv.br
Caixa postal: 62.591 – CEP: 22252-970; Endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 607,
Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22253-900 Tels.: (021) 536-9197/9196 – Fax: (021) 536-9155
Ligue grátis 0800-21-7777

AGRISHOW 99

O MELHOR DA AGRICULTURA

De 26 de Abril a 01 de Maio - Ribeirão Preto/SP

Local: Núcleo de Agronomia da Alta Mogiana (Antiga Estação Experimental "Ney Bittencourt de Araújo") do Instituto Agronômico - IAC



- Implementos Agrícolas
- Máquinas Agrícolas
- Sementes
- Corretivos, Fertilizantes e Defensivos
- Silos e Armazéns
- Equipamentos para Irrigação
- Aviões de Serviço
- Veículos Utilitários
- Softwares e Hardwares
- Peças Autopeças e Pneus
- Ferramentas
- Bombas e Motores
- Perfuração de Poços Artesianos
- Sacarias e Embalagens Agrícolas
- Equipamentos de Comunicação Rural
- Equipamentos de Segurança
- Telas e Arames
- Construções Pré-Fabricadas
- Sistemas de Informações
- Centros de Pesquisa e Universidades
- Antenas Parabólicas
- Revistas e Publicações Técnicas

Realizadores: ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB **Co-Realizadores:** ABC - ABRASEM - ACIRP - ACI - AEASP - ANDEF - FAESP MAA - OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS **Apoio:** BNDES/FINAME - CNA - ESALQ/USP - FINEP - IAC - SDR/DENACOOP (MAA) - UNESP JABOTICABAL **Agência Oficial:** BBTUR

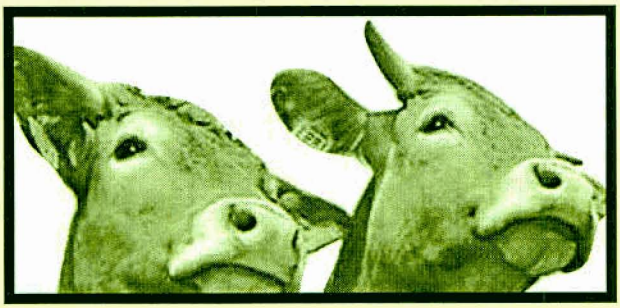
Patrocinadores:

BANCO DO BRASIL · Bradesco · Banco Real · banespa

ABIMAQ - Av. Jabaquara, 2925 - 4º andar - 04045-092 - SP - Brasil - Tel.: (011) 5582.6421- Fax: (011) 5582.6429
E-mail: agrishow@abimaq.org.br - Home Page: http://www.abimaq.org.br/agrishow

CIA IDEIAS

Um país de contrastes



A pecuária brasileira mudou muito de 1985 para cá. Com aporte tecnológico e gestão empresarial, surgiu uma verdadeira reengenharia nas atividades de produção. Na avicultura e suinocultura assiste-se ao avanço incessante das integrações, enquanto na bovinocultura de corte e leite a criação estabular coloca essas atividades em novos patamares tecnológicos e econômicos.

Mas ainda há o que fazer. Nas próximas páginas, o leitor de AGROANALYSIS vai conhecer melhor as perspectivas para a pecuária de corte brasileira.



O TAMANHO DO REBANHO

Luz na escuridão

O Censo Agropecuário 1995/96 tardou 11 anos e veio em boa hora. Mas na pecuária restam ainda cantos escuros

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou enfim os resultados do oportuno Censo Agropecuário 1995/96, preenchendo uma lacuna depois de 11 longos anos.

Os dados trazem registros fundamentais para análises e estudos, instrumentos para melhorar o funcionamento das cadeias produtivas. A informação que realmente leva a algum resultado é a que se combina ao conhecimento prático. Pode parecer muito pouco, mas para quem estava na escuridão, tendo como referência somente a argumentação especulativa, é um aspecto positivo.

O Censo é um serviço de alto custo, de amplitude e abrangência que exigem estrutura e organização complexas. Mas seus benefícios se espalham por toda a sociedade.

O Censo da pecuária

No caso específico da pecuária, muitas questões encontram agora respostas mais confiáveis. É possível fazer um novo mapeamento do rebanho, discutir sua distribuição, concentração e dispersão. Entender melhor que forças impulsionaram o surgimento, a consolidação e o desaparecimento da atividade nessa e naquela região.

Bem típica dos anos 90 foi a incorporação de tecnologia, que permitiu que a produção permanecesse em trajetória ascendente, ainda que o rebanho não se expandisse. A taxa de desfrute subiu, mas quanto? O abate clandestino, no subterrâneo da economia informal, encobre o tamanho real da produção. Para quem quer competir na economia globalizada, como os grandes complexos agroindustriais brasileiros do ramo, o fato é gerencialmente bem negativo. Como se defender de acusações de natureza sanitária, grande argumento das medidas protecionistas não-tarifárias?

Uma parte do público quer saber se o plantel bovino e suíno do país cresceu ou diminuiu. Essa dúvida, para frustração de muitos, continuará a existir. Um outro censo terá que aferir a quantidade de cabeças nesses rebanhos. É impossível ainda saber se houve um ponto de inflexão entre 1985, quando todas as evidências apontavam para o aumento, e 1995, em que se emitiram sinais de queda.

Para uma primeira e rápida interpretação do Censo do IBGE, AGROANALYSIS fez algumas incursões em seus dados. Algumas conclusões são bem interessantes e explicam tendências em curso. Consolidaram-se dados estaduais e regionais, e calculou-se a participação regional do rebanho em relação ao país. Algumas constatações podem ser observadas nas tabelas e no quadro síntese, a seguir, que mostra a evolução e distribuição do rebanho brasileiro, de 1985 a 1995.

Aves

- Crescimento de 164%.
- Maior crescimento no Ceará, com 1.067%.
- Mato Grosso do Sul e Mato Grosso também tiveram crescimento expressivo.
- Participação no total do país:
  - no Sul o rebanho está em queda, apesar de ainda ser o maior do país (37,8%);
  - o Nordeste quase dobrou seu rebanho: foi de 22,5% para 39,8%.

Bovinos

- Crescimento de apenas 11%.
- Maior crescimento do Centro-Oeste, com 41%, principalmente Mato Grosso.
- Participação no total do país:
  - Sul, Sudeste e Nordeste perdem;
  - Centro-Oeste e Nordeste crescem.

Suínos

- Queda de 17%.
- Maiores quedas no Sudeste e Nordeste.
- Santa Catarina teve o maior crescimento, com 42%.
- Participação no total do país:
  - Sul quase dobra: 37,8% para 68,6%;
  - Sudeste também cresce: de 13,5% para 17,8%;
  - Nordeste perde e Centro-Oeste fica estável.

Brasil: participação regional do rebanho

Região	*Aves*		*Suínos*		*Bovinos*	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Norte	4,4%	330,0%	770,0%	140,0%	410,0%	760,0%
Nordeste	22,5%	39,8%	28,2%	4,0%	18,8%	17,5%
Sudeste	18,8%	13,5%	17,8%	24,7%	27,5%	22,8%
Centro-Oeste	6,3%	6,1%	8,4%	1,4%	30,5%	35,5%
Sul	48,0%	37,4%	37,8%	68,6%	19,1%	16,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Brasil: evolução quantitativa do rebanho (cabeças)

Região/estado	Aves		Suínos		Bovinos	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Norte	15.854.199	24.450.069	2.428.226	2.515.243	5.361.796	12.058.479
Acre	1.414.225	1.415.540	158.558	161.181	334.336	847.208
Amapá	308.559	83.000	21.016	14.213	46.986	59.700
Amazonas	2.051.723	2.130.000	180.582	230.803	425.053	733.910
Pará	8.222.977	15.867.000	1.256.746	1.116.731	3.478.875	6.080.431
Rondônia	3.812.804	4.896.000	502.814	410.315	770.531	3.937.291
Roraima	43.911	58.529	308.510	582.000	306.015	399.939
Nordeste	80.891.872	298.383.000	8.881.241	7.355.441	24.507.495	27.594.333
Alagoas	2.092.592	4.497.000	85.466	93.865	755.992	968.462
Bahia	13.795.412	18.269.000	1.511.601	1.211.160	9.315.074	8.729.953
Ceará	17.728.491	206.980.000	1.245.467	1.047.451	2.475.423	2.382.474
Maranhão	11.500.149	11.470.000	2.552.834	1.936.874	3.247.206	3.902.609
Paraíba	8.222.977	15.867.000	1.256.746	1.116.731	3.478.875	6.080.431
Pernambuco	15.890.389	24.646.000	545.659	378.910	1.872.494	1.930.672
Piauí	6.564.733	8.271.000	1.476.047	1.394.406	1.588.208	1.704.389
R. G. Norte	2.411.652	4.165.000	133.255	97.235	909.613	954.347
Sergipe	2.685.477	4.218.000	74.166	78.809	864.610	940.996
Sudeste	67.581.897	101.568.419	5.606.691	4.496.643	35.741.878	35.953.897
Espírito Santo	6.663	7.629	434.578	266.238	1.759.823	1.788.748
Minas Gerais	45.184.865	67.998.000	3.008.826	2.631.321	19.983.506	20.044.616
São Paulo	12.210.369	12.306.790	1.888.394	1.429.746	12.210.369	12.306.790
Rio de Janeiro	10.180.000	21.256.000	274.893	169.338	1.788.180	1.813.743
Centro-Oeste	22.522.901	45.495.000	2.644.293	2.471.505	39.720.108	55.984.638
D. Federal	2.446.186	5.778.000	34.981	69.321	75.866	85.615
Goiás	11.448.259	13.281.000	1.142.031	1.004.074	14.476.565	16.488.390
Mato Grosso	3.673.103	13.066.000	671.150	671.789	6.545.956	14.438.135
M. G. Sul	2.800.828	10.971.000	400.656	508.813	15.017.908	19.754.356
Tocantins	2.154.525	2.399.000	395.475	217.508	3.603.813	5.218.142
Sul	172.106.070	280.197.000	11.892.862	12.495.608	24.826.784	26.219.533
Paraná	57.490.000	94.466.000	4.482.258	4.026.192	8.574.564	9.900.885
Sta. Catarina	54.051.203	85.657.000	3.185.301	4.535.571	2.742.896	3.097.351
R. G. Sul	60.564.867	100.074.000	4.225.303	3.933.845	13.509.324	13.221.297
Total	358.956.939	750.093.488	31.452.353	182.394.440	1.301.580.661	157.810.880

Brasil: evolução do rebanho por região (cabeças)

Região	Aves		Suínos		Bovinos	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Norte	15.854.199	24.450.069	2.428.266	2.515.243	5.361.796	12.058.479
Nordeste	80.891.872	298.383.000	8.881.241	7.355.441	24.507.495	27.594.333
Sudeste	67.581.897	101.568.419	5.606.691	44.966.643	35.741.878	35.953.897
Centro – Oeste	22.522.901	45.495.000	2.644.293	2.471.505	39.720.108	55.984.638
Sul	172.106.070	280.197.000	11.891.862	124.995.608	24.826.784	26.219.533
Total	358.956.939	750.093.488	31.452.353	182.304.440	130.158.061	157.810.880



ESTADOS UNIDOS E BRASIL

Cresce o consumo de proteína animal

Tanto os brasileiros como os norte-americanos aumentaram o consumo de proteína animal, no que diz respeito a ovos, aves, bovinos e suínos após os anos 80. Os derivados desses produtos, seja em *in natura*, processados ou semiprocessados, representam parcela significativa do consumo e grande referência desse aumento.

Nos dois países, a avicultura foi a atividade cujo desempenho mais se destacou. Em 1980, a carne avícola participava em 23,9% no Brasil e 34% nos EUA do consumo *per capita* total. Esses percentuais subiram de maneira expressiva e hoje alcançam 35,4% e 48,6%.

Os EUA estão bem perto do ponto de saturação em termos de consumo *per capita* de proteína animal, com 100,5 kg/ano. Acrescentando-se as carnes de ovelha e carneiro, a expansão chega a mais 10%.

O Brasil ainda tem um largo espaço para ampliar o consumo. A partir de 1994 incorporou-se às estatísticas da produção de bovinos uma estimativa do abate clandestino, o que resultou em um salto apurado no consumo.

Os ovos mostraram uma trajetória de queda nos anos 80, estabilizada na década de 90. No Brasil, o consumo está em equilíbrio, depois do movimento de alta entre 1980 e 1987.

No complexo de proteína animal, a linguagem do *marketing* chegou com força total. A palavra de ordem é desenvolver uma série de ações mercadológicas para conquistar a preferência do consumidor. Os produtos se sofisticam e mudam. As empresas agregam valor e levam formas criativas de conveniências para as gôndolas das lojas de varejo. Estima-se que das aves se extraiam mais de 1.200 produtos, uma quantidade inimaginável no passado.

Brasil e EUA: consumo 'per capita' de proteína animal

Ano	*Ovos (unidades)*		*Aves (kg)*		*Bovinos (kg)*		*Suínos (kg)*		*Total carnes*	
	EUA	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*
1980	273	77	29,6	8,9	32,8	17,2	23,9	8,2	86,3	34,3
1981	265	72	30,2	8,9	33,1	15,4	22,9	8	86,2	32,3
1982	264	92	30,4	8,5	33	16	20,6	7,7	84	32,2
1983	261	84	30,7	9,3	33,6	14,7	21,6	7,4	85,9	31,4
1984	261	79	30	8,1	33,5	12,2	21,5	7,1	85	27,4
1985	255	87	33,1	8,9	33,9	12,1	21,8	6,9	88,8	27,9
1986	252	94	33,8	10	33,8	12	20,7	7,3	88,3	29,3
1987	249	109	35,8	12,4	31,6	11,8	20,9	8	88,3	32,2
1988	244	103	36	11,8	31,2	12	22,3	7	89,5	37,1
1989	237	83	36,3	12,4	29,8	12	22,2	6,6	88,3	36,6
1990	235	89	37,5	13,4	29,1	12,5	21,2	7	87,8	38,2
1991	234	88	39,5	15	28,7	13	21,5	7	89,7	35
1992	236	88	41,5	16	28,6	14,5	22,7	7,3	92,8	37,8
1993	235	86	43,5	17	28	14,2	22,3	7,6	93,8	38,8
1994	234	92	44,2	18,3	29	25,1	22,7	7,8	95,9	51,2
1995	235	101	44,1	23,2	29	26,7	22,3	8,2	95,4	58,1
1996	238	101	45,2	22,1	29,5	29,2	20,8	8,6	95,5	59,9
1997	239	82	46,5	23,8	29	29,6	20,7	9,1	96,2	62,5
1998	243	81	48,9	24,7	29,2	35,9	22,4	9,2	100,5	69,8

Fonte: Brasil: IBGE-IEA-APA-UBA; EUA: Usda.

CARNE BOVINA

Melhor que a encomenda

Os resultados positivos da exportação de carne bovina refletem melhores práticas de manejo e nutrição adequada

Os embarques de carne bovina totalizaram US$588 milhões, correspondentes a um incremento de 35% em relação ao ano anterior. Durante todos os meses do ano, praticamente, o desempenho foi favorável. No primeiro semestre a *performance* foi melhor, já que entre janeiro e junho a arrecadação foi 41% superior à de um ano antes.

Diante das altas taxas de juros praticadas no mercado interno, muitos pecuaristas aumentaram o envio de animais para abate. Tanto assim que o preço da arroba do boi gordo teve pequena variação entre a safra e a entressafra. Em reais, por exemplo, no estado de São Paulo, os maiores valores foram alcançados em setembro, em torno de R$29,50, enquanto os menores aconteceram em maio e junho, com R$26,70. Ou seja, uma diferença inferior a 11%.

A tecnologia aparece nos índices zootécnicos. A melhora é sentida a cada exercício. Melhores práticas de manejo e uma nutrição mais adequada, principalmente durante o período frio e a maior seca, refletem-se no mercado. As ofertas de animais prontos sofrem apenas pequenas quedas e os preços variam menos. Além da boa performance na exportação, a produção e o consumo domésticos também cresceram no Brasil, ainda que de forma inexpressiva.

Os preços médios competitivos no quilo vivo do bovino no Brasil em comparação aos seus parceiros de Mercosul –Uruguai e Argentina (respectivamente, US$0,85, US$1,10 e US$1,20) – fizeram crescer as entregas nacionais. Outro ponto que contribuiu para tal desempenho foi a redução da produção argentina para retomada do crescimento de seu rebanho, combinada com um aquecimento na demanda interna. A atividade da Argentina ainda se ressente

Febre aftosa, o rifle sanitário

Um dos grandes entraves para que o Brasil possa de fato aumentar suas participações no mercado mundial de carne bovina consiste nas barreiras sanitárias impostas pelos EUA e UE, em especial as decorrentes da febre aftosa. A doença é virótica e de fácil disseminação pelo vento, água, rodas de veículos, botas e de animal para animal.

Trabalho radical

Para superar tal problema, os EUA desenvolveram um trabalho radical. O primeiro surto da doença no país foi constatado em 1870. A partir daí foram registradas oito grandes epidemias. A mais devastadora foi em 1914, em Michigan. A infecção se alastrou por 22 estados. O governo tomou a dura decisão de sacrificar mais de 170 mil animais, pelo que o mal ficou conhecido como rifle sanitário. Um novo surto tomou força em 1924, quando foram abatidas mais de 109 mil cabeças na Califórnia.

Essa doença, de longe, é a que desperta mais atenção dos países importadores, menos pelos seus efeitos à saúde humana e mais pela falta de cuidados com o rebanho que a revela. Os números da Comissão Sudamericana para la Lucha Contra Fiebre Aftosa dão a dimensão dos prejuízos comerciais acarretados pela febre. No chamado mercado limpo – livre da doença – a tonelada de carne vale em média de US$2,7 mil a US$2,9 mil. Em contrapartida, no mercado sujo, o preço sofre brutal deságio e cai para US$1,4 mil a US$1,8 mil. A diferença cresce ainda mais na tonelada dos cortes especiais: de US$6,5/7 para US$2,7/2,9 mil.

Falta pouco

Em nível nacional, depois de mais de 30 anos de vacinação obrigatória, houve grandes progressos, mas ainda não se chegou à erradicação total. Argentina e Brasil combatem a doença há mais de 100 anos. Em 1997, os argentinos foram declarados país livre de infestação pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), em sua reunião anual de Paris.

Nos três circuitos pecuários brasileiros, constatam-se diferentes realidades e situações.

O Sul, onde se encontram Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ambos com mais de dois anos sem registro de foco, foi reconhecido pela OIE, em maio de 1998, como livre de febre aftosa.

No Centro-Oeste e Leste – Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás – onde os focos escasseiam mas persistem, a pretensão é obter a declaração da OIE de área livre por vacinação. Os registros de foco em Naviraí, MS, neste ano, dificultam as negociações.

Em São Paulo não se detecta nenhum foco desde março de 1996. Noutros estados as ações de controle melhoraram sensivelmente. No total os registros vêm caindo: de 831 em 1993 para 701em1994 e 174 em 1995; para a casa das dezenas entre 1996 e 1998.

No Norte e Nordeste, concentram-se quase 905 focos do país desde 1996.

Com a criação da Agência Nacional de Defesa Agropecuária, a responsabilidade do controle dos agentes que atuam na produção passou aos governos estaduais e municipais. Mudam os papéis da área pública e privada. As Organizações não-governamentais também têm sua função. Ao Ministério da Agricultura cabe a formulação e acompanhamento das políticas sanitárias executadas pelas agências. A idéia é aumentar a eficiência e a rapidez dos trabalhos sanitários.



e se recupera da forte seca de 1996, quando foi necessário aumentar o abate de animais – quantitativamente, o rebanho é o mais baixo desde meados dos anos 60. Entre 1990 e 1996, o rebanho caiu de 52,8 para 50,8 milhões de cabeças enquanto os abates diminuíram de 12,2 para 11,4 milhões de cabeças.

Novidades no cenário de 1999

Em 1999, o cenário que se monta para a pecuária traz elementos interessantes e toques de novidade. A desvalorização do real amplia a competitividade do país

Brasil: exportação de carne bovina

Ano	*Carne* in natura		*Carne industrializada*		*Total*	
	Quantidade[1]	*Valor*[2]	*Quantidade*[1]	*Valor*[2]	*Quantidade*[1]	*Valor*[2]
1990	100	93	149	141	249	234
1991	74	138	252	260	326	398
1992	124	281	320	353	444	634
1993	102	225	290	291	392	516
1994	88	226	270	296	358	522
1995	44	158	225	287	269	445
1996	52	159	209	233	261	392
1997	86	205	201	231	287	436
1998*	134	210	244	296	378	588

Fontes: Abiec (representa 95% das exportações nacionais) e Secex.

* Sujeito a revisão.

[1] Em mil toneladas.

[2] Em US$ milhões.

Os "status" do boi

Em termos de demanda, o mercado mundial de carne bovina se divide de um lado em um nicho de mercado de alta qualidade, como o que demanda animais precoces – Cota Hilton – e o que estabelece exigências sanitárias rigorosas – Cota Gatt. Do outro lado está a Índia, que por questões religiosas não trata comercialmente a produção nem o consumo, embora tenha o maior rebanho do mundo.

A menina dos olhos da indústria brasileira de exportação de carne bovina é a Cota Hilton, que se refere a uma demanda anual dos países membros da UE de 50 mil toneladas de cortes especiais *in natura*, cujos preços podem variar de US$5 mil a US$13 mil por tonelada, a depender do tipo de corte, ou seja, cerca de 35% acima dos cortes comuns.

Entre os países do Mercosul, a maior fatia cabe à Argentina, que está apta a vender 28 mil toneladas até julho de 1999. O Uruguai participa com 6,4 mil, ficando o Brasil com uma parcela de 5 mil. Uma das grandes vantagens da Cota Hilton consiste no fato de que o produto pode ser exportado resfriado, em vez de congelado, o que assegura maior valor de revenda.

Aproximadamente 23 frigoríficos brasileiros estão habilitados a exportar pela Cota Hilton. A liberação da cota obedece ao desempenho anual de cada empresa frigorífica. Em 1998, com quase metade das cotas, os cinco principais foram: Independência Ltda. (MS) – 14,7%, Betim (MS) – 13,6% , Swift Armour (MS) – 11,9%, Gejota (SP) – 8,7% e Friboi (GO) – 7,8%.

A Cota Gatt totalizou 52 mil toneladas anuais em 1998, num sistema em que os importadores europeus podem, mediante apresentação da licença Gatt, comercializada ao redor de US$1.500 a tonelada, negociar diretamente com os exportadores.

Modernizar é preciso

A Portaria n.º 304, editada em abril de 1996, abriu um novo horizonte para a cadeia produtiva da pecuária, ao prever a desossa e a embalagem do produto no estabelecimento frigorífico, além da sua identificação e resfriamento.

Mais recentemente, em 1º de setembro de 1998, o Ministério da Agricultura avança sobre a matéria, através da Portaria n.º 145, que estabelece um prazo para que a desossa seja implantada definitivamente no país. Efetivamente, todo um cronograma de trabalho foi estabelecido de forma que em janeiro de 2000 esteja implantado o sistema de tipificação de carcaça para efeito de pagamento da matéria-prima.

Nessa ordem, desde 1º de janeiro deste ano, em mais de 180 municípios onde se aplica a Portaria n.º 304 a desossa passa a ser obrigatória.

Até agosto de 2000, essa legislação entra em vigor em todo o país. Seja por indicação dos governos estaduais ou iniciativa dos próprios municípios, todos terão de se enquadrar.

O governo mostrará em um livro como são os diferentes cortes. Os setores institucionais, que representam o varejo, deverão subsidiar o governo com informações para a tarefa.

Em suma, a Portaria n.º 145 surge como mais um instrumento de pressão contra o comércio irregular.

Estabelecendo um padrão de relacionamento entre a indústria e os canais de distribuição varejista, ela cria uma meta de conduta, dificultando a ação dos sonegadores e desinteressados em melhorar o produto e o serviço para o consumidor.

nas exportações, mas os pecuaristas serão levados e recompor o valor em dólar do seu patrimônio – rebanho e preço de venda do animal. Do lado da exportação, os negócios sofreram a influência de três variáveis:

- a retomada das exportações argentinas;
- a continuidade da recessão e esfriamento da demanda de carne por parte dos países do Leste asiático;
- a política de subsídio de exportação da União Européia (*dumping* com preço de US$1 mil por tonelada, correspondente a uma subvenção de 60%), ante o aumento dos seus excedentes.

Concorrência especula

Aos olhos dos concorrentes do Brasil, a estabilidade econômica do Plano Real trouxe novas prioridades de investimento, inclusive na pecuária de corte. Os pecuaristas viram suas margens de lucro cair e as terras, que serviam de garantia contra a inflação, perderam liquidez. A aposta é de que o rebanho nacional vem se reduzindo e que as exportações também vão encolher. No tocante ao primeiro ponto, o IBGE divulgou o Censo de 1995, objeto de análise nesta edição de AGROANALYSIS. Quanto ao segundo, os números dos dois últimos anos são um balde de água fria na efervescência dos boatos. **(L.A.P. e R.A.)**

CARNE BOVINA

O que é bom deve durar

Com preços competitivos em relação a seus concorrentes diretos, o Brasil precisa fortalecer sua posição em 1999

VICENTE NOGUEIRA E PAULO MUSTEFAGA

Pelas expectativas em torno da desvalorização cambial, 1999 deverá ser um bom ano para vendas externas de carne e outros produtos de origem agropecuária. Além disso, as possibilidades em torno da ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação para o Circuito Pecuário Centro-Oeste permitirá ao país negociar o acesso da carne brasileira a novos mercados.

A desvalorização cambial abre perspectivas para que o bom desempenho das exportações de carne bovina do ano passado se repitam em 1999. As cotações em dólares do boi gordo no Brasil estão muito inferiores às praticadas na Argentina e no Uruguai, seus principais concorrentes, o que irá favorecer a colocação do produto brasileiro no mercado internacional.

A instabilidade da economia e a possibilidade de retorno da inflação, no entanto, não permitem avaliar ainda o ganho real de competitividade da carne brasileira, pois os custos de produção estão aumentando.

Por outro lado, as vendas externas do setor só refletirão plenamente a desvalorização do real a partir de março, uma vez que muitos frigoríficos ainda exportam de acordo com contratos vinculados ao câmbio anterior à desvalorização cambial. Os frigoríficos geralmente financiam suas vendas ao exterior mediante adiantamento de contrato de câmbio (ACC), antecipando suas receitas junto aos bancos. Essa operação é realizada normalmente com câmbio prefixado por 90 dias em média, o que não permite aos exportadores se beneficiarem de imediato no caso de uma eventual desvalorização do real.

Outro fator que deverá favorecer as exportações da carne brasileira este ano, caso se confirme, é a expectativa de que os preços na Argentina voltem a subir a partir de março, quando deve ocorrer uma redução na oferta de bois para abate naquele mercado. A desvalorização do real somada à elevação de preços na Ar-



gentina tornarão o produto brasileiro mais competitivo no mercado internacional, proporcionando um aumento de receitas com exportações.

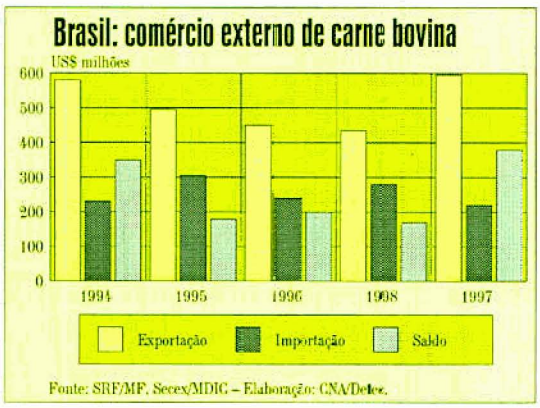
Crescimento de exportações em 1998

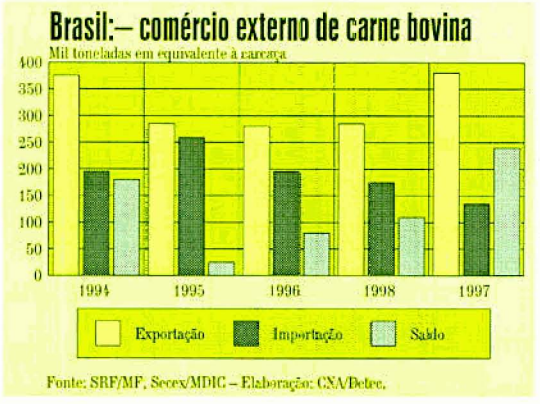
Em 1998 houve uma retomada no crescimento das exportações de carne bovina. Foram embarcadas 377,6 mil toneladas, em equivalente-carcaça, correspondentes a uma receita de US$588,5 milhões. Esse resultado significa um volume 32% maior e um valor acrescido de 35% sobre o alcançado em 1997. Foi o melhor desempenho desde 1994. Somadas às vendas externas de couro – US$671,2 milhões –, as exportações do setor chegaram a cerca de US$1,26 bilhão em 1998.

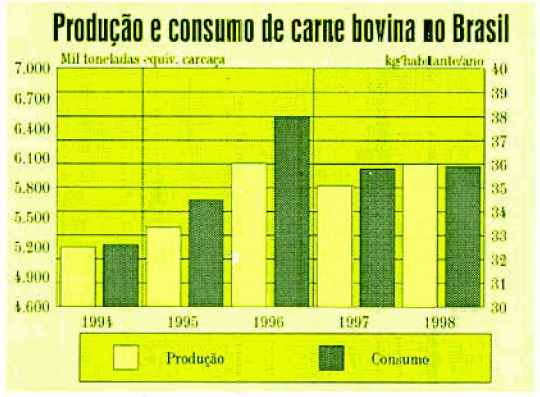
As importações, por sua vez, foram de US$220 milhões para um total de 135 mil toneladas em equivalente-carcaça, o que representa uma redução de 19% em valor e de 23,3% em volume sobre o importado em 1997. As importações de couro somaram US$145 milhões. O resultado foi um superávit de aproximadamente US$ 895 milhões para a balança comercial brasileira.

O crescimento da participação brasileira nos mercados interno e externo em 1998 foi possível, de um lado, em função da crise da pecuária na Argentina, onde nos últimos anos houve uma substituição de pecuária por agricultura em algumas áreas, causando redução do rebanho, além de problemas climáticos relacionados a secas e enchentes. Um quadro de baixa oferta de animais para abate e elevados preços prejudicou as exportações portenhas. Por outro lado, a pecuária brasileira vem avançando em produtividade, favorecendo maior oferta de carne a preços competitivos em relação a seu parceiro do Mercosul.

Nos últimos quatro anos o Brasil vem reduzindo anualmente suas importações de carne e ao mesmo tempo aumentando as exportações. Em 1995, o balanço entre exportações e importações registrou um saldo de 23,4 mil toneladas; a produção brasileira naquele ano seria suficiente apenas para abastecer o mercado interno com pequena margem, caso não houvesse importações. Em 1998, o resultado entre exportações e importações foi de 242,6 mil toneladas.







De 1995 a 1998 as exportações saltaram de 285 mil toneladas para 377,6 mil, enquanto as importações passaram de 261 mil para 135 mil toneladas. Por outro lado, estima-se que o consumo de carne bovina no Brasil tenha passado de cerca de 33 para 35,9 kg/habitante/ano entre 1994 e 1998, reafirmando que o setor é mesmo o maior fornecedor de proteína animal para a população brasileira.

Com a crise na pecuária argentina, o Brasil aumentou sua participação na fatia de mercado que deixou de ser abastecida por aquele país, aumentando suas vendas de carne bovina *in natura* para tradicionais compradores da União Européia (Países Baixos, Itália, Alemanha, Espanha e França, entre outros), para o Chile e para países do Oriente Médio e África (Israel, Irã e Egito). Houve também expressivo aumento nas vendas de carne industrializada, principalmente para o Reino Unido e Estados Unidos, nossos maiores compradores.

Febre aftosa ainda é o maior desafio

Embora as exportações tenham crescido tanto em 1998, a participação brasileira no comércio mundial de carne bovina ainda é pequena, tendo em vista a vocação natural do país e o imenso potencial para aumentar a produção e gerar excedentes exportáveis. Isso decorre, em grande parte, das dificuldades de acesso que a carne brasileira ainda enfrenta no mercado internacional.

Alegando razões que falam da febre aftosa, vários países impõem restrições à importação de carne bovina *in natura*, bovinos e sêmen bovino provenientes do Brasil, especialmente no circuito não-aftoso, formado pelos principais importadores mundiais, como Estados Unidos,

Canadá, União Européia, Japão e Coréia, que respondem por quase 70% das importações mundiais do produto.

Perspectivas para ampliação da zona livre

Em maio de 1998 o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram reconhecidos como zona livre de febre aftosa com vacinação, pelo Escritório Internacional de Epizootias (OIE). O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, coordenado pelo Ministério da Agricultura e com participação das secretarias estaduais de agricultura e da iniciativa privada, possibilitou também o controle da zoonose no Circuito Pecuário Centro-Oeste, formado pelos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Está previsto para este ano o início do inquérito soro-epidemiológico no circuito pecuário Centro-Oeste e a declaração de zona livre de febre aftosa com vacinação pelo governo brasileiro, a ser reconhecida em maio de 2001 pela Organização Internacional de Epizootias (OIE).

O início da sorologia implica o fechamento das fronteiras dos estados desse circuito com os estados dos circuitos Leste (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe), Nordeste e Norte. Ficará proibido o ingresso de bovinos e subprodutos provenientes das áreas classificadas como de alto risco no circuito Centro-Oeste. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul vem coordenando um estudo com objetivo de avaliar os impactos socioeconômicos decorrentes do fechamento dessas fronteiras.

Não obstante o avanço do controle sanitário do rebanho no circuito Centro-Oeste, alguns problemas ainda precisam ser solucionados para que a região possa integrar a zona livre de febre aftosa brasileira. Alguns requisitos previstos na Portaria n.º 546, de 16.11.98, do Ministério da Agricultura, que estabelece as condições para a ampliação da zona livre de febre aftosa, ainda não foram plenamente cumpridos por alguns estados. Entre esses requisitos estão a aprovação de legislação estadual de defesa sanitária animal, contratação de profissionais qualificados e construção de postos de fronteiras. É importante que os novos governos estaduais dêem continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos serviços de defesa sanitária animal, sob pena de prejudicar o cumprimento do programa e comprometer todo o esforço e os investimentos já realizados pelos setores públicos e privados para erradicação da doença.

Preocupa as autoridades sanitárias da região a recente ocorrência de foco de febre aftosa em Naviraí (MS), em janeiro deste ano. O código zoossanitário internacional estabelece, entre outras coisas, que uma região deve estar há no mínimo 24 meses sem foco para que possa ser declarada zona livre de febre aftosa com vacinação. A avaliação dos técnicos do Ministério da Agricultura é de que a ocorrência da doença no início do ano poderá alterar o cronograma para o estado.

A condição de zona livre de febre aftosa facilitará o acesso do Brasil aos mercados não-aftosos, abrindo perspectivas de aumento de exportações e melhores preços para a carne brasileira. Mas para que o país possa lograr o pleno êxito na erradicação da febre aftosa, é necessário ainda estruturar os serviços de vigilância sanitária dos estados do Nordeste e do Norte, onde ocorre a maior parte dos focos da doença, visando incluí-los na zona livre. O apoio dos governos estaduais e da iniciativa privada ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa não pode ser dispensado.

A REDUÇÃO NA OFERTA de bois para abate com elevação de preços na Argentina pode se somar à desvalorização do real para tornar o produto brasileiro ainda mais competitivo no mercado internacional, proporcionando aumento de receitas com exportações.

Outros problemas da pecuária de corte

Além da questão da febre aftosa, outros pontos merecem especial atenção dos setores públicos e privados quanto ao desenvolvimento da pecuária de corte brasileira e à abertura de novos mercados.

Rastreabilidade – A União Européia aprovou recentemente a obrigatoriedade de sistema de rastreamento para importação de carne bovina a partir do ano 2001. O sistema foi desenvolvido na Europa após a crise desencadeada pela encefalopatia espongiforme bovina (eeb) ou doença da vaca louca, objetivando proporcionar aos consumidores garantias quanto à procedência e qualidade da carne bovina comercializada. A rastreabilidade consiste em informações que permitem identificar todo o histórico do animal que deu origem ao produto, como origem, sistema de criação, idade e local de abate entre outros.

Essa nova exigência no comércio de carne bovina impõe ao Brasil a necessidade de desenvolver, com a máxima urgência, um modelo de rastreamento, sob pena de ficar fora de importantes mercados num prazo de dois anos. O Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da Confederação Nacional da Agricultura tem feito gestões para que o Ministério da Agricultura promova estudos, em parceria com a iniciativa privada, para implantar um sistema de rastreamento para a carne brasileira.

Tipificação de carcaças – Outro fator que tem afetado o desenvolvimento da pecuária de corte brasileira é a falta de parâmetros que induzam o mercado ao pagamento por qualidade. Produtores que investem em técnicas avançadas, como melhoramento genético e produção de novilho precoce, geralmente não têm nenhum incentivo e recebem por seus animais os mesmos preços pagos por animais de qualidade inferior ou até mesmo de descarte.

É essencial implantar a tipificação de



carcaças no país, forma de instituir parâmetros referenciais para pagamento por qualidade. O primeiro passo para isso foi dado com a edição da Portaria n.º 145, de 1-9-1998, do Ministério da Agricultura, que prevê para janeiro do ano 2000 a instituição da tipificação de carcaças. É necessária ainda a realização de estudos, com participação da iniciativa privada, para o desenvolvimento da legislação pertinente.

Informalidade – A cadeia agroindustrial da pecuária bovina de corte brasileira vem atravessando uma fase de sérias dificuldades, entre outros fatores por causa da elevada tributação que onera o setor, estimulando a sonegação fiscal e o abate clandestino e causando prejuízos às empresas legalmente constituídas, que sofrem a concorrência desleal.

A crise se manifesta em forma de falências e fechamento de diversas indústrias, e os pecuaristas sofrem conseqüências como a inadimplência de algumas indústrias e insegurança na comercialização da produção.

No início do ano passado em Goiás, para proporcionar maior segurança ao pecuarista na comercialização de bovinos, um acordo entre produtores, indústrias frigoríficas e seguradoras desenvolvia um modelo de seguro de crédito ao produtor, a ser financiado pelo repasse de um percentual cobrado sobre o abate de cada animal. A idéia ainda não prosperou porque as empresas de seguros encontraram dificuldades em obter todas as informações de que precisam para dar andamento ao negócio.

O elevado grau de informalidade da atividade de abate ainda é o maior responsável pelas distorções ao longo da cadeia agroindustrial da carne bovina brasileira. Gera desestímulo e incertezas que inibem o desenvolvimento do setor. Governo e iniciativa privada têm que se unir para combater o problema, avançar na implantação do sistema de desossa nos frigoríficos e comercialização de carne embalada em todo o país e fortalecer os serviços oficiais de inspeção sanitária.

Paulo Sérgio Mustefaga é assessor do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA. Vicente Nogueira Netto é chefe do Departamento Técnico e Econômico da CNA.

CARNE BOVINA

Zebu à brasileira

O modelo que deu certo no Brasil está baseado na inseminação artificial e na importação do zebu indiano

DIRCEU BORGES

O Brasil detém uma pecuária bovina das mais destacadas e de maior potencial de desenvolvimento em todo o mundo: temos o maior rebanho bovino comercial, as melhores raças tropicais, uma seleção com objetivos bem determinados, excepcionais condições humanas e físicas.

Mas no início do século, essa pecuária praticamente não existia, o gado que sobrevivia em nossos campos agrestes era o resquício dos animais trazidos pelos colonizadores portugueses. Raças européias sem definição, de sucessivos cruzamentos, raquíticas, improdutivas, sofrendo com o calor e as doenças tropicais.

Pressionados pela necessidade de sobrevivência, os fazendeiros, principalmente de Uberaba, tiveram que buscar na Índia, onde as condições ambientais são semelhantes às nossas, animais que suportassem o clima, as doenças e as pastagens precárias do Brasil colonial. Com grandes dificuldades, conseguiram trazer pouco mais de 6 mil cabeças dessa espécie exótica chamada zebu, composta de várias raças, como o nelore, o guzerá e o gir. O zebu indiano foi uma verdadeira bênção para nosso país; se adaptou maravilhosamente aqui, deu nova perspectiva à nossa pecuária, tornou rapidamente azebuado todo o nosso rebanho.

Encontrado o gado certo para o lugar certo, o próximo passo dos criadores foi retornar à Índia nos anos 60 para buscar reprodutores puros nelore, gir e guzerá destinados a dar padrão a essas raças. Eram apenas quatro criadores, e poucos os animais que trouxeram. Utilizaram esses reprodutores para melhorar seus rebanhos, e algumas vezes os emprestavam a outros criadores, mesmo de longas distâncias, cobrando-lhes a cobertura das vacas.

Inseminação: fácil e econômica

Durante muitos anos prevaleceu essa prática, criando a elite do zebu. A tecnologia da inseminação artificial permitiu que os bons touros pudessem ser multiplicados pelo Brasil inteiro.

Os benefícios dessa tecnologia são óbvios e os resultados evidentes. Para

melhorar seu rebanho, o criador não precisa comprar aquele touro de altíssima seleção genética, que custa muito – cerca de R$200 mil – e gasta muito para ser mantido – cerca de R$300 por mês, além do capital empatado. Hoje, o criador simplesmente escolhe nas centrais de inseminação o touro, geralmente produto de cuidadosa seleção genética, e compra palhetas de seu sêmen – que custa cerca de R$10 a unidade –, conseguindo animais de melhor qualidade genética, com maior possibilidade de ganho de peso e um custo comprovado de 40% a menos que o do animal produzido por monta natural.

Algumas pesquisas constatam as vantagens da inseminação artificial num rebanho comercial. Na mesma propriedade, bezerros produtos de monta natural pesaram na desmama – oito meses de idade – 180kg em média. Bezerros da mesma idade, produtos da inseminação artificial, pesaram 210kg em média. Os produtos de monta natural foram abatidos com uma idade média de 38 meses, com peso médio de 490kg ou 17 arrobas. Os produtos de inseminação foram abatidos com o mesmo peso, porém aos 30 meses, ou seja, oito meses antes.

O modelo brasileiro

Está comprovado que a tecnologia é o caminho da conquista de uma pecuária de altíssimo nível, altamente produtiva e desejada por todos. E é o caminho que a pecuária brasileira está seguindo, enfrentando seus naturais empecilhos. Um deles é convencer os criadores, que reagem contra as evidentes vantagens da tecnologia.

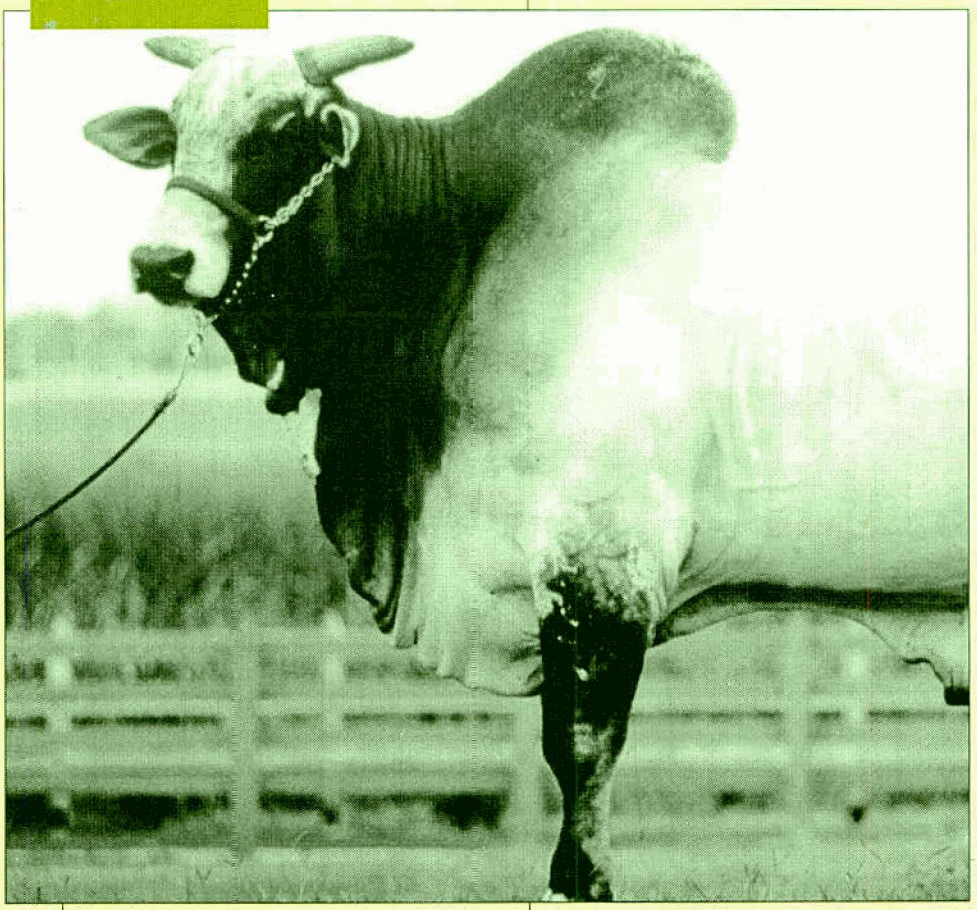
A inseminação, introduzida no país há 35 anos, é utilizada por muito poucos criadores. Dos quase 60 milhões de fêmeas bovinas do rebanho brasileiro, apenas cerca de 3,6% são inseminadas. Concorreu também para isso o primitivo processo antiquado e caro de ensino da técnica de inseminação. A moderna tecnologia – Nova Índia-Embrapa – criou no Brasil um método inédito e supereficiente de treinar inseminadores utilizando vacas artificiais. Com a popularização da prática, espera-se uma boa divulgação da técnica.

O grande e intenso trabalho da Embrapa está convencendo os criadores que seu sucesso não depende apenas da melhora genética, mas também de boas pastagens e sanidade. Só tem bons resultados quem se dedica à fazenda de maneira empresarial, como negócio.

Outro problema é o modismo. Mesmo sabendo que a natureza criou um gado para os trópicos e um totalmente diferente para as regiões frias, alguns criadores seguidamente voltam a tentar nos trópicos a criação de raças européias. Tentativas que aparecem em ondas, resultam na produção de híbridos terminais – os chamados cruzamentos industriais – e representam grandes prejuízos pessoais.

O Brasil já tem um modelo para sua pecuária, que é o gado tropical zebuíno. Graças a esse modelo, as constantes tentativas de europeizar nosso rebanho e os coquetéis de raças inventados pelos americanos não chegam a causar grandes danos e continuamos sendo conhecidos como o país detentor do melhor gado tropical do mundo.

O ZEBU INDIANO foi uma verdadeira bênção para nosso país; se adaptou maravilhosamente aqui, deu nova perspectiva à nossa pecuária e tornou rapidamente azebuado todo o nosso rebanho.



Dirceu Borges, da Nova Índia Genética e Fundação Peirópolis.



CARNE BOVINA

Pedras no caminho

Alguns fatores impedem que se mantenha o ritmo desejado para as mudanças no setor de pecuária de corte

PAULO FAVERET FILHO

Muito tem sido dito sobre a necessidade de a cadeia da carne bovina desenvolver novas formas de coordenação vertical, que permitam aumentar sua competitividade em relação às demais carnes. Várias iniciativas estão em curso, quase todas partindo de grupos de produtores. O governo adota medidas que, indiretamente, devem reforçar tais iniciativas, ao reduzirem o espaço da carne clandestina e criarem as bases para a adoção de marcas. Enfim, o setor se movimenta numa escala nunca vista, tentando recuperar sua competitividade, abalada pela competência da indústria do frango.

Este artigo procura definir termos como "integração", utilizado em um sentido diferente do sugerido pela teoria econômica.

Conceitos que importam

Coordenação vertical pode ser definida como o conjunto de transações entre os agentes que compõem a cadeia produtiva, desde os insumos até a distribuição final. A coordenação pode se dar de diferentes maneiras:

- Nas transações *spot*, ou seja, de mercado, impessoais, o principal atributo do produto é o preço e as relações não são estáveis (ao menos não necessariamente).
- Arranjos informais baseiam-se na confiança e dependem da existência de vantagens recíprocas para os participantes: a valorização da estabilidade relacional pode levar os agentes a atribuírem menos valor aos preços e mais importância à regularidade e à qualidade da oferta.
- Arranjos formais podem assumir várias formas, desde contratos de fornecimento de longo prazo até programas governamentais compulsórios. Os contratos tradicionais definem os requisitos comerciais clássicos de uma transação – preço, quantidade, qualidade e data de entrega. Há também contratos que incorporam controle sobre métodos de produção e contratos com fornecimento de insumos considerados fundamentais para atender aos requisitos produtivos.
- A integração vertical é a forma de coordenação pela qual várias etapas das transações são realizadas dentro de uma mesma firma. Exemplo típico é a produção integrada de madeira, celulose e papel. Os incentivos para tanto decorrem de requisitos do processo produtivo (seja em fluxo ou qualidade) ou de restrições quanto à rentabilidade da produção independente do insumo.

Na avicultura, predominam os contratos do terceiro grupo, onde a firma processadora tem controle praticamente total sobre o avicultor. Ele funciona como um prestador de serviços, com a segurança de um contrato de longo prazo. Todas as decisões relevantes sobre custos, insumos, qualidade e quantidade dos produtos são tomadas pela firma integradora. Trata-se de um arranjo contratual que acabou sendo denominado "integração", embora esta conceitualmente represente a internalização da etapa primária pela agroindústria.

Na cadeia da carne bovina prevalecem amplamente as relações do primeiro grupo. Não há contratos de longo prazo vinculando produtores e indústrias. Quando muito, verificam-se alguns arranjos informais, geralmente bastante frágeis.

Estilos de coordenação e competitividade das cadeias

Há um crescente entendimento de que a prevalência de relações de mercado gera alguns obstáculos à competitividade da carne bovina. Dentre eles destacam-se:

- O consumidor não consegue estabelecer as ligações entre o produto que adquire e o fornecedor. Os frigoríficos, em sua maioria, trabalham sem marcas. Os produtores entregam animais em situações diferenciadas (idade, raça, sexo, teor de gordura etc.). A falta de um agente estruturador, capaz de organizar desde as opções genéticas até a apresentação dos produtos, limita a capacidade de atendimento das demandas do consumidor.
- Subaproveitamento das economias de escala: as incertezas quanto ao volume e à qualidade de matéria-prima impedem a maximização das economias de escala pelos frigoríficos. Os custos médios de produção são afetados negativamente pelos custos fixos, reduzindo a rentabilidade das empresas.
- Falta de diferenciação e de seg-mentação de produtos: como as relações entre pecuaristas e frigoríficos se baseiam exclusivamente em preço, as empresas não conseguem assegurar um fluxo contínuo de produtos diferenciados ao mercado.
- Descoordenação dos esforços de ajuste: a adaptação da cadeia às mudanças de mercado é lenta, pois a transmissão de informações se faz quase exclu-

sivamente via preço e os pecuaristas desfrutam de relativa autonomia quanto aos frigoríficos e demais elos da cadeia.

Algumas características das cadeias de carne bovina e de frango, destacando os efeitos das formas de coordenação vertical sobre seu funcionamento.

Estratégias empresariais

Matéria-prima	*Boi*	*Frango/suíno*
Regularidade de oferta	Baixa/ safra	Alta
Produtividade	Baixa	Alta
Controle da indústria s/progresso técnico	Nenhum	Alto
Tipo de relação com a indústria	Mercado *spot*	Contrato
Pagamento por qualidade/produtividade	Raro	Freqüente
Sanidade do rebanho	Crescente	Grande
Indústria		
Atualização tecnológica	Heterogênea	Homogênea
Padrão sanitário	Heterogêneo	Bom
Economias da escala	Limitadas	Grandes
Custos de coordenação	Baixos	Altos
Esforço para a diferenciação de produtos	Fraco	Grande
Canais de comercialização		
Atacadistas	Sim	Não
Supermercados	Sim	Sim
Equipes de venda	Não	Sim
Grau de intermediação	Decrescente	Baixo

Elaboração: Gerência de Estudos de Agroindústria do BNDES.

Os obstáculos no caminho

Tais fatores sugerem que a recuperação da competitividade da cadeia da carne bovina passa por um aumento de arranjos formais. Entretanto, há várias pedras no caminho:

Fragilidade dos frigoríficos – A má situação financeira de boa parte dos frigoríficos limita esforços mais decididos de venda, necessários para que o consumidor fixe as diversas marcas. Os investimentos de propaganda e *marketing* são caros, pouco acessíveis às empresas do setor. Falta experiência de relacionamento com o consumidor final. As escalas de produção parecem insuficientes para uma estratégia de abrangência nacional, e o porte reduzido diante dos supermercados fragiliza sua posição comercial.

Insuficiência dos sistemas públicos de certificação de origem e/ou qualidade – Tais sistemas de certificação são muito utilizados na Europa, especialmente na França. Possibilitam diferenciação de produtos e obtenção de preços mais elevados sem intermediação de grandes empresas. Tornaram-se ainda mais importantes depois do episódio da doença da vaca louca. Encontra grandes dificuldades operacionais no Brasil pela indefinição legal sobre o tema e pela fragilidade institucional do Estado brasileiro.

Concorrência predatória dos frigoríficos clandestinos – Tudo indica que as baixas margens de lucro do negócio são incompatíveis com os atuais níveis de tributação. Ainda que as empresas organizadas tenham vantagens não-acessíveis aos informais – como pleno aproveitamento dos subprodutos e industrialização – as alíquotas parecem ser superiores aos lucros normais do setor. Com isso, as empresas que poderiam funcionar como elementos de coordenação da cadeia têm sua competitividade reduzida, dificultando as iniciativas em curso.

Relativa autonomia dos produtores frente à indústria processadora – Os fornecedores de bovinos têm mais poder de barganha que a maioria dos produtores rurais; eles podem adiar a entrega do produto à agroindústria. De um lado, o boi pode ser mantido no pasto sem necessidade de equipamentos de armazenagem. Por outro lado, no sistema tradicional os desencaixes monetários são relativamente baixos. As perdas são sentidas mais lentamente do que na avicultura, onde os gastos com rações se transformam em prejuízo imediatamente após o ponto ótimo de abate.

A crescente utilização de técnicas intensivas como o confinamento e a disseminação de uma mentalidade empresarial entre os produtores reduz o espaço para o comportamento tradicional. Mas, como os prazos no setor contam-se em anos, os conflitos entre fornecedores e frigoríficos deverão persistir por um bom tempo.

Longo ciclo produtivo da matéria-prima – Quanto mais longo o ciclo produtivo, maior o risco do produtor, em face da possibilidade de variação de preços e dos custos de produção. Se o risco é maior, o produtor escolherá não se subordinar a uma empresa integradora, preferindo gerenciar seu negócio de forma a maximizar sua receita. Os contratos de fornecimento reduzem sua independência, mas oferecem maior segurança na comercialização, ainda que ao custo de margens mais baixas. Por isso têm pouca aceitação no setor de bovinos.

É difícil imaginar que os pecuaristas se disponham voluntariamente a aceitar um grau de subordinação semelhante ao da avicultura. A não ser que as dificuldades os levem a tanto, o mais provável é que o setor desenvolva esquemas contratuais mais frouxos do que na avicultura, provavelmente fixando apenas volumes, prazos e qualidade sem especificação de preço.

Mudar é preciso, porém toma tempo

As mudanças em curso ainda levarão um bom tempo para produzir efeitos em larga escala. Não se mudam rapidamente comportamentos e instituições sedimentados em séculos. A luta desenvolve-se em várias frentes de batalha e os avanços se dão desigualmente. A tarefa exige fôlego; é imprescindível, mas sujeita a recuos e desvios que ainda podem frustrar muitos projetos.

Paulo Faveret Filho é gerente de estudos de agroindústria do BNDES.

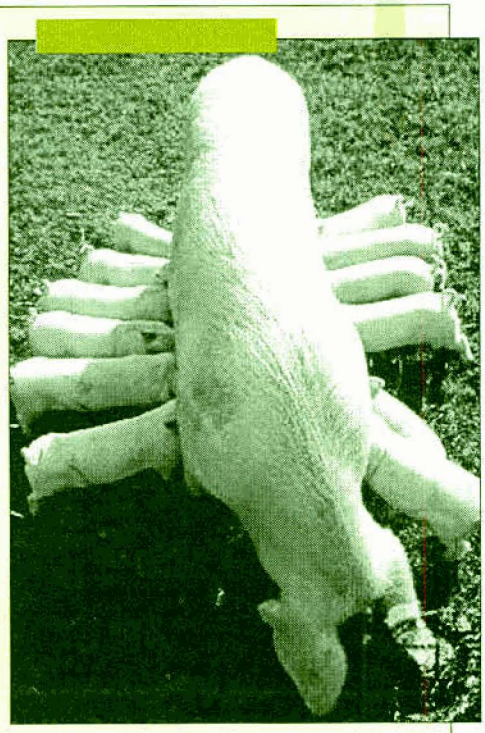


SUINOCULTURA

Competição estimulada

As margens de ganho conquistadas no ano passado desapareceram com a desvalorização cambial

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO



Pelo menos em termos de produção, a suinocultura operou dentro das bases previsíveis em 1998 e cresceu 5%. Depois de anos de margem bastante estreita, como no triênio 1995/96/97, com seguidos períodos no vermelho, houve um alívio dos custos do setor em relação aos preços de mercado.

A oferta das matérias-primas para rações, principalmente farelo de soja a preços históricos, na base de R$180,00 a R$200,00 a tonelada, serviu para con-

ESTADOS UNIDOS

Excesso de produção derruba preços

Os mercados sempre reservam alguma surpresa, seja de natureza estrutural ou conjuntural. A suinocultura norte-americana deu uma grande virada em 1998. O impacto tecnológico e a busca excessiva de escala de produção, duas características típicas dos anos 90, alteraram o perfil tradicional da estrutura de produção.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) fez uma pesquisa com 14,3 mil criadores para traçar um diagnóstico e uma leve projeção sobre a atividade.

Em 1995, os preços do suínos chegaram a níveis elevados e altamente estimuladores. As granjas ampliaram a capacidade de produção e adotaram as melhores técnicas disponíveis. Tudo isso resultou num acréscimo da produção tanto do lado da produtividade como da estrutura. O aumento da oferta, em compensação, não teve contrapartida na demanda. Em nome da recessão, os mercados asiáticos minguaram, suspendendo compras que vinham aumentando a cada ano, e cresceram os excedentes de carnes de ave e suíno. A competição se acirrou em todo o complexo carnes.

O relatório da pesquisa do Usda mostra que o rebanho atingiu seu maior porte desde dezembro de 1980 – passou de 61,495 para 62,156 bilhões de cabeças. Os *traders* projetavam um número ainda maior, de 62,4 bilhões de cabeças.

A baixa dos preços no transcorrer de 1998 fez com que os criadores caíssem no vermelho. Os valores correspondiam a 1/3 do praticado em 1995. No mercado de Iowa-Southern, Minnesota, despencaram para 16,5 centavos de dólar por libra-peso, o menor nível dos últimos 57 anos. A perda para cada suíno vendido é de US$57. Nos contratos futuros registraram-se as maiores baixas dos últimos 27 anos.

Mais drástica do que normalmente acontece em tais situações, a decisão de reduzir o rebanho de matrizes ou de produção chegou em dezembro de 1998 a 6,672 bilhões, contra 6,957 bilhões existentes no mesmo mês do exercício anterior. O corte superou as expectativas de mercado, que apostavam num declínio para 6,8 bilhões.

Diante do fechamento das unidades processadoras na região do Meio-Oeste dos EUA e das restrições quanto às instalações da Carolina Foods em Bladen County, na Carolina do Norte, a oferta excede a demanda. Para minimizar a crise, o Usda tomou três providências importantes. A primeira: criou uma linha especial de crédito e emprestou em 1998 US$45 milhões para a construção de fábricas de processamento. A segunda, de incentivar a indústria frigorífica a estabelecer um preço mínimo, para evitar maior deterioração das cotações. E uma terceira, de encorajar os banqueiros a serem mais flexíveis com reembolsos feitos por suinocultores.

Para 1999 a quantidade de animais disponíveis para comercialização certamente vai decrescer. Ainda é cedo para afirmar se isso será ou não suficiente. A situação de moratória dos criadores deve durar até quatro anos. As ações governamentais visam impedir uma exacerbação nas negociações e sensibilizam para que se aumente o consumo da carne suína.

Números da suinocultura brasileira

Ano	Rebanho (milhões de cabeças)	Matrizes (milhões de cabeças)	Produção mil t	Abate SIF (milhões de cabeças)	Abate total (milhões de cabeças)	Exportação mil t
1990	30	1,87	1,04	8,4	16	19
1991	31	1,94	1,11	9,2	17	17
1992	32	2	1,2	10	17,1	44
1993	32,5	2,03	1,23	10,2	17,5	35
1994	33,1	2,07	1,33	10,8	18	33
1995	34	2,13	1,44	12	19,2	32
1996	35,1	2,19	1,53	13,5	20,4	55
1997	35,8	2,24	1,54	13,6	20,5	56
1998	36,5	2,28	1,62	14,2	21,5	80

Fonte: ABCS/Abiecs.

Custo de produção de suínos

Mês	Custo		Preço	
	Variável[1]	Total[2]	Mercado[3]	Bonificado[4]
Janeiro	0,833	0,952	0,88	0,942
Fevereiro	0,826	0,944	0,87	0,931
Março	0,813	0,929	0,86	0,92
Abril	0,81	0,926	0,86	0,92
Maio	0,809	0,924	0,86	0,92
Junho	0,802	0,917	0,86	0,92
Julho	0,776	0,887	0,87	0,931
Agosto	0,751	0,858	0,86	0,92
Setembro	0,745	0,851	0,83	0,888
Outubro	0,748	0,855	0,8	0,856
Novembro	0,755	0,863	0,82	0,877
Dezembro	0,764	0,873	0,85	0,91

[1]Alimentação, mão-de-obra, produtos veterinários, transporte, energia e combustível, manutenção e conservação, despesas financeiras, Funrural e eventuais (equivale a 5% dos custos variáveis, exceção ao Funrural – 2,5% da receita).

[2]Produtividade de 20 leitões terminados por porca-ano, com peso médio de 95,5kg e conversão alimentar do rebanho de 3,39.

[3]Praças de Chapecó e Concórdia.

[4]Animal entregue no frigorífico com 70kg de carcaça e 54% a 55% de carne, avaliados na tipificação com pistola eletrônica.

trolar os despesas. Isso valeu até mesmo para o milho, com toda a expectativa nervosa pelo quadro de déficit interno; a complementação da oferta pela produção argentina manteve os preços em níveis suportáveis.

A cadeia produtiva da suinocultura vai fazendo a sua parte em termos de *marketing* institucional, como instrumento de promoção das vendas para o mercado doméstico. Desde janeiro de 1998 vigora o fundo de promoção da carne suína e seus derivados, com recursos oriundos da contribuição de R$0,10 por produtor, no esforço de elevar o consumo *per capita* do brasileiro de nove para 12kg até 2001.

Ao ritmo da abrupta desvalorização do câmbio em janeiro, as atenções se voltam para o cenário de 1999. A suinocultura envolve o uso de ingredientes importados. Os reajustes acontecem nos *premix*, núcleos e no próprio farelo de soja. As melhores margens proporcionadas pela subida dos preços de dezembro de 1998 desapareceram. O mercado trabalha com uma perspectiva de crescimento na produção de mais 5% e um incremento nas exportações, que ficaram bem mais competitivas.

Exportações e importadores

Na área de exportação, a crise asiática e mais a moratória da Rússia frustraram a meta de 100 mil toneladas. Até o final do primeiro semestre se prenunciava um resultado expressivo: embarques de 35,8 mil toneladas, cerca de 44,4% mais do que no mesmo período em 1997.

Hong Kong, Argentina e Uruguai continuam a ser os grandes importadores. A Argentina representa uma dupla preocupação para o setor. Uma pelo fato de emitir sinal verde para a importação de carnes dos Estados Unidos a partir de 1999. Outra por barrar produtos brasileiros sob o argumento de vestígios de sulfa – antibiótico comumente usado pelos plantéis.

O Japão, na condição de maior importador mundial, é visto com carinho pelos exportadores nacionais. Mas quando se trata de áreas livres da ocorrência da febre aftosa, os japoneses só reconhecem o conceito de país, não o de região ou estado. É um embaraço a ser resolvido, já que no Brasil somente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem o certificado da Organização Internacional de Epizootias.

E-mail:pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br



SUINOCULTURA

Setor em crescimento

As exportações de carne suína em 1998 foram recorde absoluto e a meta para este ano é de 100 mil toneladas

CLÁUDIO MARTINS

A suinocultura brasileira possui um rebanho de 36,5 milhões de cabeças. A exploração suína é tradicional no Brasil e foi efetivamente modernizada nas últimas duas décadas, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Hoje a suinocultura dessas regiões possui elevado padrão de eficiência e qualidade. A maior parte da produção provém de sistemas integrados entre estabelecimentos de criação e indústria. A participação brasileira no mercado internacional de carne suína é pequena, porém tende a aumentar sensivelmente.

Como se fez a suinocultura brasileira de exportação

A história dessa atividade pode ser dividida em duas fases: antes e depois da declaração da OIE de áreas livres de doenças infecto-contagiosas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Se, na primeira fase, as barreiras sanitárias impostas ao nosso produto pelos principais importadores somente permitiam que exportássemos para a Argentina, Hong Kong e Uruguai, a partir da declaração da OIE, em maio de 1998, pudemos desenvolver a abertura de novos mercados.

O mercado internacional de carne suína é estimado em US$17 bilhões/ano e o Brasil tem potencial para conquistar um *market share* de pelo menos 5% nos próximos anos. Estamos trabalhando em parceria com o Ministério da Agricultura e Abastecimento e o Ministério das Relações Exteriores, para acessar mercados importantes como o Japão, primeiro importador mundial desta proteína animal, e a União Européia, igualmente destacado importador.

A REPRESENTATIVIDADE das exportações em relação à produção nacional cresceu 22%, contribuindo decisivamente para melhorar a relação entre oferta e demanda no mercado doméstico. Em 1998 as exportações representaram 5% do total produzido. Em 1997 esse índice era de 4,1%.

A Abipecs já acessou o mercado da Rússia, o segundo maior importador mundial, e estamos iniciando entendimentos com o mercado japonês, primeiro importador mundial.

É meta do setor, para os próximos cinco anos, exportar algo em torno de meio bilhão de dólares FOB em produtos da suinocultura.

Exportações em 1998 e perspectivas

Embarcamos, em 1998, 81.565 toneladas, recorde absoluto de vendas, representando crescimento relativo positivo de 28% sobre os embarques realizados em 1997.

O resultado sinaliza que o setor caminha a largos passos rumo à inserção definitiva do Brasil no mercado internacional como um dos principais exportadores dessa proteína animal.

Temos que comemorar os resultados alcançados, pois, segundo o último relatório do Usda, o Brasil já se coloca entre os sete maiores exportadores mundiais, superado pela União Européia, Estados Unidos, Canadá, Polônia, China e República da Coréia.

A posição se torna mais representativa quando observamos que, hoje, exportamos para somente três mercados, Argentina, Hong Kong e Uruguai, e temos grandes oportunidades de acessar mercados importantes em 1999, dentro de um planejamento setorial organizado em parceria com o governo brasileiro, em especial os Ministérios da Agricultura, Relações Exteriores e Camex (órgão da Presidência da República).

O coeficiente de representatividade das exportações em relação à produção nacional, ou seja, variação percentual da taxa de participação das exportações em relação à produção, cresceu 22%entre1997 e 1998, contribuindo decisivamente para melhorar a relação entre oferta e demanda no mercado doméstico.1998, as exportações representaram 5% do total produzido, emquanto em 1997 este índice era de 4,1%.

A receita cambial gerada pelos volumes exportados atingiu US$153,802 milhões, igualmente recorde, representando crescimento de 4% sobre 1997.

O menor crescimento relativo apresentado pela receita cambial em relação aos volumes se deve principalmente à queda dos preços dos produtos da agricultura no mundo, em função da crise

financeira da Ásia e da moratória da Rússia. Também teve influência nos preços a concorrência desleal de subsídios que enfrentamos no Mercosul por parte de terceiros fornecedores.

Estamos otimistas para o corrente ano, e a meta estabelecida é a de vendermos 100 mil toneladas de carne suína, que corresponderão a divisas cambiais de US$200 milhões – crescimento de 23% nos volumes e 30% nos valores.

Para a viabilização dessa meta, serão necessários:

- agressiva ação de promoção comercial do suíno brasileiro no mercado internacional, em parceria com a Apex – Agência de Promoção de Exportação, tentando atingir, em 2002, algo em torno de meio bilhão de dólares com as exportações;
- busca incessante de mercados, através de ações diplomáticas nas negociações de acesso aos mercados-alvo;
- aumento da competitividade das exportações em função da recente alteração da política cambial, da reforma fiscal e do desgravamento de impostos na exportação.

A próxima rodada do milênio da OMC disciplinará o acesso a mercados, combatendo as práticas desleais de comércio como subsídios, barreiras sanitárias etc., o que aumentará as vantagens comparativas que o suíno brasileiro detém.

Cláudio Martins é presidente executivo da Abipecs.

AVICULTURA DE CORTE

O difícil sucesso

Contradizendo prognósticos iniciais, o desempenho da avicultura brasileira deixou um saldo positivo em 1998

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

À crise econômica enfrentada pelos países do Leste asiático, tradicionais importadores do Brasil, somaram-se problemas sanitários com o rebanho, decorrentes da incidência da leucoce, considerada o último dos males aviários do século XX. Até o fim do primeiro semestre os resultados da avicultura de corte eram preocupantes.

Percalços e parcerias

Entre janeiro e junho, clientes importantes como o Japão e a Rússia reduziram suas compras. Para piorar, os EUA e a França prosseguiram subsidiando as exportações em mais de 50%. A Tailândia, cuja moeda tinha sido desvalorizada, ficou mais competitiva e abocanhou alguns mercados.

Em termos de volume físico os embarques se reduziram 11% em relação a 1997 – convertendo em dinheiro, menos 23%.

A derrota no painel do frango na Organização Mundial de Comércio, em julho, engrossou a onda de pessimismo. A cota de isenção fiscal para as exportações destinadas à UE manteve-se em 7,1 mil toneladas, embora o Brasil pleiteasse um volume 46% superior, segundo os acordos bilaterais assinados no âmbito da Rodada Uruguai. Ademais, os importadores europeus se beneficiam da isenção fiscal, pois são eles que negociam esses direitos no continente. O exportador brasileiro não sabe se a venda faz parte da cota ou não.

"O frango não pode pagar o pato"

A Apinco – Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte – divulgou no fim de janeiro um *newsletter* intitulado *O frango não pode pagar o pato,* de José Carlos Godoy, secretário executivo da entidade.

O trabalho esclarece a verdadeira posição da avicultura de corte no contexto da economia brasileira. Em face da atualidade do assunto, a CartaJox está disponibilizando o acesso ao artigo através da Internet.

Para recebê-lo, basta enviar um e-mail para cartajox@jox.com.br e na linha subject (assunto) escrever somente jgfran. Os dados abaixo são parte integrante do trabalho.

Brasil: avicultura de corte no contexto da economia

Item	*1998 – Realizado*		*1999 – Potencial instalado*	
	Volume anual	*Variação*	*Volume*	*Variação anual*
1. Matrizes de corte (milhões de cabeças)	25,058	8,40%	27,5	10%
2. Pintos de corte (bilhões de cabeças)	2,858	-0,18%	3	5%
3. Carne de frango				
Produção – milhões t	4,498	0,84%	4,8	7%
Exportação – mil t	612	-5,68%	700	15%
Cons. interno – milhões t	3,885	1,95%	4,1	5%
Cons. *per capita* – kg	24	0,68%	25	4%

Fonte: Apinco. *O frango não pode pagar o pato . CartaJox.*



Brasil: números do frango de corte

Ano	Produção (cabeças)	Produção (t)	Mercado interno (t)	Exportação (t)	Consumo per capita (kg/ano)
1988	1.307.373.488	1.974.197	1.710.594	236.603	12
1989	1.378.981.034	2.055.295	1.811.396	243.899	12
1990	1.603.214.004	2.267.358	1.968.069	299.289	13
1991	1.781.657.439	2.521.911	2.200.211	321.700	15
1992	1.930.385.701	2.727.267	2.350.567	376.425	16
1993	1.981.746.052	3.142.998	2.709.500	433.498	17
1994	2.151.934.323	3.411.026	2.929.997	481.029	19
1995	2.539.700.141	4.050.449	3.616.705	433.744	23
1996	2.578.832.467	4.051.561	3.482.767	568.794	22
1997	2.829.596.987	4.460.925	3.811.569	649.356	24
1998	2.853.000.000	4.498.000	3.885.000	612.000	24

Fonte: Anab.

Brasil: evolução do alojamento

(cabeças)

Ano	Matrizes de corte	Pintos de corte
1988	12.423.490	1.369.903.413
1989	13.843.154	1.475.239.648
1990	15.794.681	1.621.194.435
1991	17.011.970	1.819.823.604
1992	17.276.364	1.974.640.703
1993	18.718.979	2.112.920.140
1994	20.817.702	2.323.191.148
1995	22.068.612	2.537.191.148
1996	22.800.000	2.593.095.682
1997	22.800.000	2.863.792.000
1998	25.058.000	2.858.640.000

Fonte: Apinco.

Mundo: números da avicultura

Países	1996	1997
1. Produção	33.956	35.976
EUA	11.909	12.552
Brasil	4.130	4.400
China	4.400	5.100
Japão	1.150	1.140
Inglaterra	1.016	1.042
França	1.150	1.190
México	1.050	1.120
Tailândia	825	860
2. Exportação	4.628	5.121
EUA	2.090	2.302
Brasil	530	560
França	381	385
Hong Kong	501	600
China	390	480
Tailândia	165	160
Holanda	195	195
3. Importação	3.543	3.812
China	700	850
Japão	520	520
Hong Kong	714	821
Arábia Saudita	296	247
Fed. Russa	855	900
México	98	110

Fonte: Usda. Mil t de equivalente-carcaça.

Brasil: produção de pintos de corte

(em milhares de cabeças)

Mês	1997 (A)	1998 (B)	(A=100)
Janeiro	226.350	223.629	98,7
Fevereiro	212.857	210.338	98,8
Março	229.601	226.733	98,7
Abril	233.725	229.119	98,0
Maio	239.639	237.369	99,1
Junho	234.925	235.619	100,2
Julho	245.525	244.597	99,6
Agosto	250.214	245.952	98,2
Setembro	252.163	249.177	98,8
Outubro	260.419	258.725	99,3
Novembro	237.350	243.423	102,5
Dezembro	241.024	253.959	105,4
Total	2.863.792	2.858.640	100,20

Fonte: Apinco.

Brasil: produção de pintos

(%) base jan.-ago.1998

Região	Integrado	Independente
Sudeste	48,10	51,90
Sul	80,08	19,92
Centro-Oeste	61,10	38,90
Nordeste	54,47	45,53
Norte	71,99	28,01
Total	64,40	35,60

No fim do ano, as exportações se encerraram com baixas de 6% em quantidade e 16% na receita, comparativamente aos resultados de 1997. Novos clientes passaram a fazer parte das agroindústrias nacionais: Cuba, Irã, Antilhas Holandesas e República Dominicana.

O setor vem adotando uma postura mais agressiva nas vendas externas, desenvolvendo campanhas de valorização do produto brasileiro, em parceria com a Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), a Agência Nacional de Exportação (Apex) e a Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Do lado da produção, no transcorrer do ano a oferta esteve extremamente ajustada com a demanda, sem os grandes saltos de 1997.

Cresce a participação dos integrados

A Associação Brasileira de Pintos de Corte (Apinco), em 17 anos de existência, registrou pela segunda vez – a primeira foi em 1984 – um decréscimo na produção de pintos de corte. A produção do primeiro semestre foi de 1,4 bilhão, cerca de 1,04% abaixo do alcançado em idêntico período de 1997.

Para a produção de pintos de um dia estima-se um aumento de quase 10%, o

mesmo nível de crescimento verificado na quantidade de matrizes para corte em 1998, embora teoricamente tenha havido um ligeiro recuo para 1999.

No cômputo geral de 1998 a produção de carne de frango se expandiu apenas 0,8%. Foi uma variação mínima, e se as exportações tivessem mantido o ritmo de 1997 a disponibilidade para o mercado interno seria bem estreita. A produção de pintos de um dia, após registrar ligeiro recuo em 1998, deve ter um aumento de quase 10% ao longo de 1999, o mesmo nível de crescimento verificado na quantidade de matrizes para corte em 1998.

Os levantamentos da Apinco mostram um crescimento contínuo do segmento das integrações na produção de frango. Ao longo desta década houve uma inversão do quadro verificado nos anos 80. A posição registrada em 1998 é praticamente inversa à registrada em 1981.

Na verdade, a cada dia aumenta o número de vozes que reforçam o argumento de que esse percurso não tem mais volta. A integração participa com 64% da produção nacional de carne de frango. Na região Sul a relação é maior, chegando a 80,08%. A menor se verifica na região Sudeste.

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

AVICULTURA DE CORTE

Mercado minguante

Embora competitiva, a carne de frango brasileira ainda esbarra nas práticas desleais do comércio internacional

CLÁUDIO MARTINS

Desde a década de 70 a avicultura brasileira vem se organizando para o mercado externo. Entre 1974 (ano do início das exportações) e 1998, sua produção de carne de frango se elevou em 840%.

O sistema caracteriza-se pela estrutura em granjas, com predominância de mão-de-obra familiar e forte integração com a agroindústria. A atividade emprega cerca de 1,8 milhão de pessoas e representa um movimento econômico anual da ordem de R$11,5 bilhões.

A balança comercial da avicultura é extremamente favorável, pois importa apenas 2,5% do total de divisas cambiais carreado com suas exportações.

No plano externo, a avicultura brasileira vem, nos últimos anos, ocupando lugar de destaque no comércio internacional de carne de frango, onde sobressaem os Estados Unidos, a França e a China.

Apesar das dificuldades, conseguimos exportar 612 mil toneladas de carne de frango em 1998, equivalentes a US$739 milhões em divisas geradas para o país.

Resultados menos promissores

Mas o que foi obtido com muita dificuldade está sendo gradualmente perdido, principalmente em decorrência dos seguintes aspectos:

- Falta de uma política estrutural consistente para o comércio exterior no ano passado, o governo lançou a Camex, Câmara de Comércio Exterior, que vem timidamente tentando suprir a lacuna.

- Programas de subsídios às exportações de aves patrocinados pelos EUA, através do Export Enhancement Program (EEP), pela União Européia, mediante as restituições igualitárias proporcionadas a seus empresários e políticas protecionistas adotadas pela China, força emergente no cenário internacional;

- Perda de competitividade dos preços de exportação brasileiros pela agregação de impostos elevados e concorrência desleal de subsídios.

Mesmo com a busca constante de maior eficiência pelo setor produtivo de carne de frango no Brasil, atendendo com presteza o mercado interno e transferindo para o consumidor nacional os ganhos de produtividade alcançados (em 1974, o preço de um quilo de frango custava R$4,20 e hoje custa R$1,00), e com a evidente presença no mercado internacional, uma análise do ocorrido nos últimos 14 anos entre os principais exportadores demonstra involução do produto brasileiro no comércio mundial a partir de 1984 (tabela 1).

Sobressai, na tabela, o expressivo crescimento da participação americana de 1.050%, em comparação com o mercado global, que cresceu 339%. O segundo maior crescimento pertence a Hong Kong, com 458%, seguido da China com 184%, Brasil com 113% e a França com 9% (lembrando-se que os números franceses não levam em consideração o grande comércio intracomunitário).

Os efeitos sobre o Brasil, das mutações ocorridas no mercado se fizeram sentir de duas formas. Uma foram os prejuízos em termos de divisas, geração de empregos e distribuição de renda. A outra foi a influência negativa sobre a balança comercial brasileira, já que deixamos de expor-



tar um volume médio no período de 456 mil toneladas/ano, o que equivaleria a uma receita cambial de aproximadamente US$0,55 bilhão por ano.

Essa performance contribuiu para que o setor deixasse de gerar cerca de 30 mil empregos diretos na atividade avícola.

Caso o Brasil tivesse mantido a participação de 26% sobre as exportações mundiais de carne de aves que detinha em 1984, em 1998 suas vendas teriam atingido 1.277 mil toneladas, o equivalente a uma receita cambial em torno de US$1,54 bilhão.

O futuro

O resultado final de nossas vendas em 1998, confirmado em embarques de 612.477 toneladas equivalentes a uma receita cambial de US$738,925 milhões, pode ser considerado bom, apesar das quedas de 6% no volume e 16% nos valores. As previsões iniciais apontavam para recuos de 15% no volume e 25% na receita cambial por conta da crise financeira da Ásia, moratória da Rússia e queda dos preços dos produtos da agricultura.

Foi possível minimizar as perdas estimadas no início do ano porque buscamos atingir novos mercados, principalmente consumidores de frangos inteiros.

Ao longo do ano, mercados alternativos como Irã, Cuba, Angola, Antilhas Holandesas, República Dominicana e Egito foram incorporados ao extenso rol de consumidores do frango brasileiro.

É imperioso que continuemos alargando o universo de compradores de nossos produtos e para tal contaremos, em 1999, com um forte estímulo às nossas vendas externas. Refiro-me ao projeto de promoção comercial que assinamos com a Apex – Agência de Promoção de Exportação, no final do ano passado.

O programa terá abrangência nacional e prevê ampliação das exportações de frangos até 2002, passando dos atuais US$739 milhões para US$1,2 bilhão, gerando, no período, 20 mil novos empregos, a grande maioria no meio rural.

Entre as ações a desenvolver estão a criação de evento internacional para discutir os grandes temas que afetam o mercado internacional; participação em feiras no exterior; controle da qualidade e desenvolvimento tecnológico; estudos de mercado-alvo; missões governamentais de países importadores; e promoção comercial intensa no exterior.

Esperamos, também, contar com a redução do custo Brasil, fator igualmente importante para aumentar a competitividade de nossos produtos no exterior.

A recente mudança na política cambial brasileira vai, sem sombra de dúvida, incentivar as exportações. Mas, para que o efeito de desenvolvimento seja o desejado, terá que ser acompanhada da reforma fiscal e da redução dos níveis internos de juros, maior inibidor do crescimento da produção.

Há razões de otimismo quanto ao futuro, já que a demanda de carne de aves continua crescendo no mundo. O Brasil, por suas vantagens comparativas importantes em termos de custos de produção, tem todas as condições de se manter como segundo maior exportador mundial desta proteína animal.

Cláudio Martins é diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos – Abef.

Aves: produção brasileira no comércio internacional

	Global		*Brasil*		*França(*)*		*EUA*		*China*		*Hong Kong*
Ano	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume
1984	1.119	26	287	26	288	16	185	–	–	–	–
1992	2.058	18	372	13	269	33	675	6	132	5	104
1993	2.466	18	433	13	317	36	891	6	145	7	178
1994	3.086	16	481	10	315	42	1.304	6	177	9	285
1995	3.936	11	429	9	357	45	1.766	7	288	11	435
1996	4.455	13	569	8	344	44	2.005	7	312	12	544
1997	4.790	14	649	7	321	44	2.115	9	405	12	557
1998	4.706	13	612	7	315	45	2.124	8	375	12	580

* Não inclui o comércio intrapaíses da União Européia.

Projeções das exportações x perdas brasileiras

Ano	*Exp. projetada*	*Exp. efetivada*	*Perdas*
1984	287	287	–
1992	535	372	163
1993	641	433	208
1994	820	481	339
1995	1.040	429	611
1996	1.179	569	610
1997	1.248	649	599
1998	1.277	612	665

Foi possível minimizar as perdas estimadas no início do ano porque buscamos atingir novos mercados, principalmente consumidores de frangos inteiros.

AVICULTURA DE POSTURA

A multiplicação dos ovos

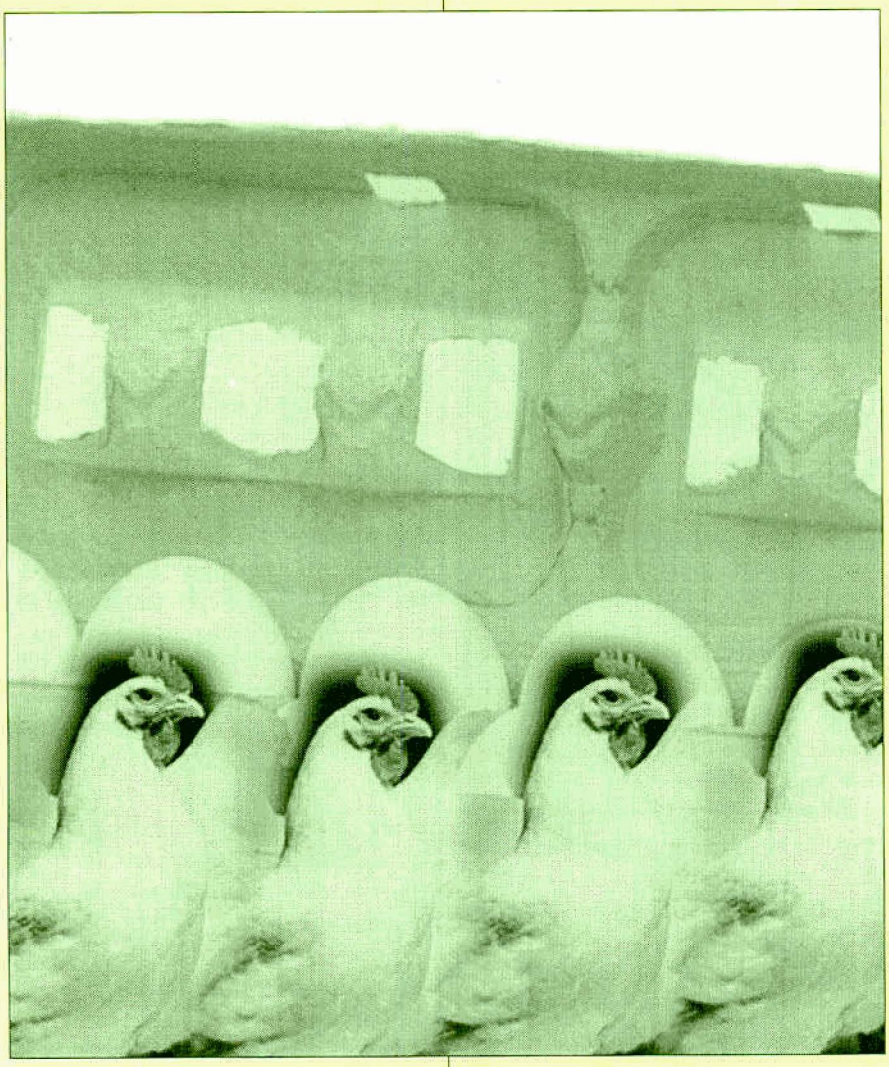
Ovos pasteurizados duram mais nas gôndolas e propiciam grandes negócios para os processadores internacionais

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Depois do duro ajustamento na oferta realizado em 1997, o setor de postura operou de forma moderada em 1998. Com o crescimento de 4,1% na produção de ovos, retomaram-se os níveis de equilíbrio do começo dos anos 90. Entre os criadores, as seqüelas da crise não foram totalmente superadas – ao contrário, são ainda visíveis – mas já podem ser administradas.

De dezembro de 1994 até fevereiro de 1989, a situação no segmento produtor esteve bem complicada e desfavorável. Os seguidos aumentos nos custos de insumos não eram repassados integralmente para os preços. Em determinado momento, as margens positivas desapareceram e os prejuízos avolumaram. A oferta era crescente e os preços ficavam frouxos, sem sustentação.

Entre 1996 e 1997, era deplorável o quadro de incremento do descarte de poedeiras e redução do alojamento de aves comerciais. Em 1998 esse processo foi interrompido e tudo indica que não deve retornar em 1999.



Os recursos do produto

Assim como acontece com os outros produtos, os ovos também adotam os recursos da tecnologia e do *marketing* para criar diferenciações e desfazer-se da imagem de *commodities*. Estima-se que 10% a 40% dos ovos sejam hoje processados, o que multiplica seu leque de utilização. Menos frágeis, os ovos pasteurizados têm vida mais longa nas gôndolas e alavancam grandes negócios para os

Brasil: produção de ovos

(milhares de cx de 30 dz)

Ano	*Produção*
1978	20,579
1979	23,753
1980	25,571
1981	24,696
1982	32,232
1983	30,307
1984	29,017
1985	32,774
1986	36,091
1987	42,833
1988	41,299
1989	33,817
1990	37,370
1991	37,930
1992	39,411
1993	35,183
1994	37,369
1995	44,628
1996	44,255
1997	35,404
1998	36,850

Fonte: UBA /APA.



Brasil: avicultura de postura

Ano	Alojamento de matrizes de postura				Comercialização de pintos[1]	Plantel de poedeiras[2]
	Ovos vermelhos		Ovos brancos			
	Interno	Externo	Interno	Externo		
1989	274.014	62.600	698.105	31.000	52.276.174	50.673
1990	247.290	64.350	661.107	27.260	52.640.951	55.472
1991	231.142	39.568	555.561	18.200	47.771.011	66.500
1992	205.278	-	484.463	15.760	48.038.634	58.280
1993	201.870	42.868	507.825	15.650	51.952.934	52.696
1994	230.495	24.520	659.518	852	53.473.773	55.603
1995	335.512	44.900	503.883	8.000	48.930.560	58.250
1996	188.971	79.240	438.744	26.040	48.958.488	58.002
1997	241.480	60.400	470.835	32.040	52.845.569	52.074
1998	268.452	90.600	582.949	-	57.606.000	56.500

Fonte:UBA/APA.
[1] Cabeças. [2] Milhões de cabeças.

Brasil: plantel estimado de poedeiras

(milhões de cabeças)

Mês	1995	1996	1997	1998	Média 95/98
Janeiro	54,10	60,70	50,50	55,30	55,20
Fevereiro	55,00	60,50	51,00	55,70	55,60
Março	56,00	58,60	51,20	55,60	55,40
Abril	56,50	57,50	50,80	55,50	55,10
Maio	57,80	56,30	51,00	55,30	55,10
Junho	58,20	54,90	51,20	54,90	54,80
Julho	59,20	54,30	51,30	55,60	55,10
Agosto	59,50	53,80	52,00	56,10	55,40
Setembro	60,50	53,80	53,20	57,30	56,20
Outubro	59,90	53,50	53,60	58,00	56,30
Novembro	60,50	53,70	54,20	58,80	56,80
Dezembro	61,00	54,00	54,30	59,40	57,20
Média ano	58,20	56,00	52,00	56,50	55,70

Fonte: UBA.

Brasil: produção de pintos para postura

Linhagens brancas e vermelhas (milhares de cabeças)

Mês	1997 (a)	1998 (b)	(a=100)
Janeiro	3.959	4.314	108,9
Fevereiro	3.522	3.797	107,8
Março	4.066	4.574	112,4
Abril	4.261	4.623	108,4
Maio	4.582	4.914	107,2
Junho	4.356	4.978	114,2
Julho	4.839	5.135	106,1
Agosto	4.325	5.238	121,1
Setembro	5.261	5.419	103,0
Outubro	5.023	5.422	107,9
Novembro	4.342	4.696	108,1
Dezembro	4.307	4.496	104,4
Total	52.843	57.606	109,0

Fonte: UBA.

Com o crescimento de 4,1% na produção de ovos, retomaram-se os níveis de equilíbrio do começo dos anos 90. Entre os criadores, as seqüelas da crise não foram totalmente superadas – pelo contrário, são ainda visíveis – mas já podem ser administradas.

processadores internacionais.

Apesar de ter suas propriedades nutritivas reconhecidas, em nome da saúde e do bem-estar o ovo leva a pecha de possuir alto teor de colesterol. Sendo a primeira causa da mortalidade no mundo desenvolvido, as doenças cardiovasculares têm relação com a nutrição lipídica. Os consumidores buscam esclarecimentos.

As granjas respondem e lançam no mercado ovos enriquecidos com o ácido graxo poliinsaturado ômega-3. Trata-se de uma substância que age diretamente no sistema cardiovascular, melhora a circulação sangüínea e diminui a taxa do chamado colesterol ruim. Na forma natural, o ômega-3 é encontrado no óleo de certos vegetais como canola, girassol e linhaça, além dos peixes marinhos de água fria.

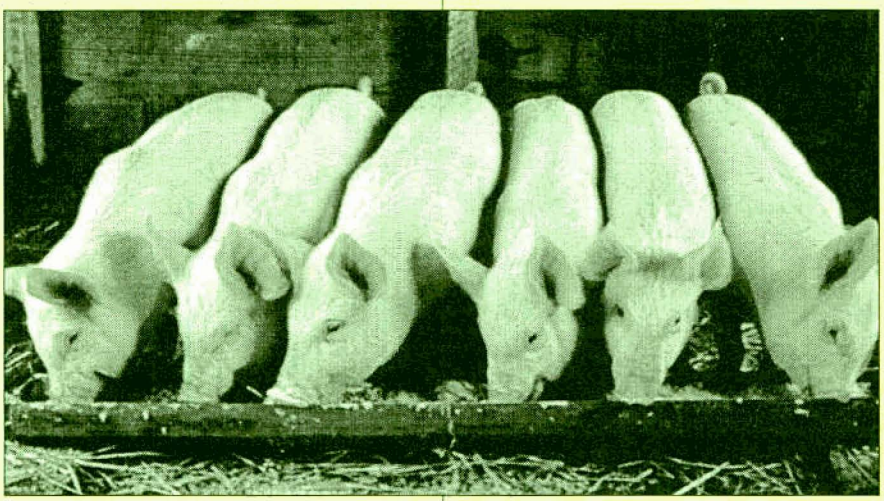
Pintos de postura

A União Brasileira de Avicultura (UBA) informa que a produção nacional de pintos comerciais para postura em dezembro de 1998 foi de 4,496 milhões de cabeças, sendo 3,462 milhões de pintos de linhagens produtoras de ovos de casca branca e 1,033 milhão de pintos de linhagens produtoras de ovos de casca vermelha. Na tabela, uma comparação da produção nos últimos 12 meses.

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

Promessa de expansão

Apesar da concorrência acirrada entre as empresas, o mercado de rações teve desempenho bem positivo



Em termos de volume, estima-se que a produção de rações cresceu 4%. O faturamento subiu para US$6,2 bilhões, contra US$ 5,8 bilhões no ano anterior.

A grande vedete dos anos 90 tem sido a expansão contínua e significativa no segmento da suinocultura, cujo consumo mais do que dobrou após 1990 – atualmente representa quase 1/3 do total. O desempenho na avicultura de corte também convence, já que praticamente dobrou entre 1990 e 1998. Na avicultura de postura assiste-se a uma retomada dos níveis de 10 anos atrás, após a gravíssima crise durante o primeiro qüinqüênio desta década. A bovinocultura também cresce e poderá melhorar sua participação no mercado, com o aprimoramento técnico das explorações leiteiras e a expansão do confinamento para engorda.

Na parte referente a custos, para 1999 a probabilidade de pressões virá por conta do farelo de soja, cuja formação de preço incorpora influência das bolsas internacionais. Da parte do milho, o quadro é de déficit interno, com preços balizados pelo custo de importação, principalmente durante o segundo semestre. A demanda será puxada pelo aumento das exportações no complexo carne, que ficou mais competitivo com a desvalorização cambial. Resta saber, porém, se o consumo interno da proteína animal não enfraquecerá, em decorrência de diminuição da atividade econômica do país.

Promissor é o mercado pet. Existem no Brasil 23 milhões de cães e 10 milhões de gatos, cujo consumo diário estimado de rações é, respectivamente, de 300g e 55g. É um mercado potencial de 2,7 milhões de toneladas, para uma produção que já passa de 25% dessa quantidade. Pelos cálculos da Associação Nacional dos Fabricantes de Ração (Anfar), a comercialização de rações poderá movimentar anualmente mais de US$700 milhões no segmento de cães e US$100 milhões em produtos para gatos. **(L.A.P. e R.A.)**

Brasil: produção nacional de rações

(mil t)

Ano	*Avicultura de corte*	*Avicultura de postura*	*Bovino*	*Suínos*	*Outros*	*Total*
1988	6.176,0	3.007,9	921,5	3.778,9	330,0	14.214,3
1989	6.520,7	2.753,8	830,0	3.631,2	436,6	14.172,3
1990	7.491,6	2.192,2	853,6	3.865,2	423,8	14.826,4
1991	8.035,9	2.225,1	812,2	4.526,7	519,9	16.119,8
1992	8.614,2	2.311,9	790,7	4.598,1	517,2	16.832,1
1993	9.313,2	2.062,9	1.057,5	5.011,4	617,6	18.062,5
1994	10.234,7	2.195,3	1.106,6	5.526,0	507,5	19.570,1
1995	12.074,0	2.618,0	1.050,0	7.992,0	794,4	24.528,4
1996	11.854,6	2.588,0	1.239,0	8.493,0	1.028,9	25.203,5
1997	13.889,0	2.452,0	1.780,0	8.950,0	1.605,0	28.676,0
1998	14.300,0	2.575,0	1.958,0	9.400,0	1.767,0	30.000,0

Fonte: Sindirações.

Produção nacional de rações

Linha *pet* – mil t

Segmento	*1997*	*1998*
Cães e gatos	550	850
Peixes	60	80
Eqüinos	250	260
Total	860	1090

Fonte: Sindirações.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Faturamento estável e produção crescente

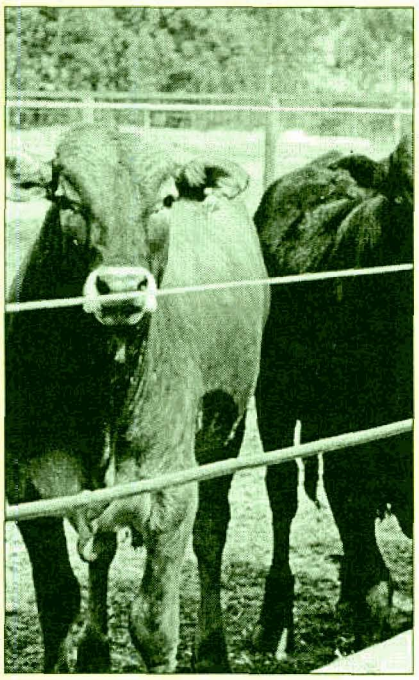
O mercado nacional de inseminação artificial opera sob padrões de conhecimento técnico bem melhores que antes

A entrada de grandes centrais estrangeiras no país dinamizou o mercado e aumentou tremendamente a competição entre as empresas. No ano de 1998 as estimativas apontavam crescimento de cerca de 10% nas vendas, enquanto o faturamento do setor não saía do patamar de US$50 milhões.

Hoje o mercado nacional de inseminação artificial opera sob padrões superiores de conhecimento técnico e com equipamentos bem melhores que os de bem pouco tempo atrás. A técnica é importante, pois aumenta o patrimônio genético dos rebanhos, trabalhando com reprodutores devidamente provados, dos quais já se conhece a performance.

Os serviços acompanham as vendas, sendo remunerados somente quando o exame de toque revelar que a vaca está prenhe. O preço de uma dose de sêmen pode variar de US$5 a US$100. Em termos de valores médios, de 1997 a 1998 houve uma queda de R$15,7 para R$11,20.

Do total de animais inseminados no Brasil, cerca de 55% correspondem à pecuária de corte; o nelore representa 25% das doses, enquanto a leiteira fica com 45% e o gado holandês, 65%. Tais percentuais estão sujeitos a variações em cada exercício e servem apenas como referência sobre o setor.



Compras e vendas de empresas alteram o *ranking* no setor. Após comprar as ações do grupo financeiro Boa Safra, a Pecplan ABS, controlada pela ABS Global, busca uma participação de 30%. Já a Central Alta/VR, empresa do Grupo Canadense Alta Genetics, pretende chegar perto de 15% do faturamento registrado pelo mercado. Também disputando seu espaço vem a Lagoa da Serra, que fazia parte do espólio do grupo Bandeirantes, estava sob intervenção do Bacen e foi adquirida em janeiro de 1998 pela Holland Genetics, por US$5,7 milhões. A empresa rompeu o contrato de exclusividade que tinha com a Accelerated Genetics e passou a manter sete diferentes fornecedores estrangeiros para o gado de leite.

Diante do potencial existente, a exploração do mercado de inseminação artificial praticamente se encontra no início, em que pese ao esforço de empresas como Yakult, Nova Índia Genética, Natura Genética e Agropivet, entre outras. O negócio cresce a 10% ao ano nesta década. Apenas 4,5% das fêmeas que compõem o rebanho nacional são beneficiados com a técnica – um índice bem baixo, já que nos EUA chegam a 80% e na Nova Zelândia a 90%. **(L.A.P. e R.A.)**

Brasil: inseminação artificial em bovinos

Ano	*Nacional*	*Importado*	*Total*
1991	2.000	517	2.517
1992	2.100	509	2.609
1993	2.640	642	3.282
1994	2.896	704	3.500
1995	2.800	1.400	4.200
1996	2.300	1.800	4.100
1997	2.370	2.780	5.150
1998	2.600	3.000	5.600

Fonte: Associação Brasileira de Inseminação Artificial.

INDUSTRIA VETERINARIA

Números em queda

O setor não vive os seus melhores momentos. E para 1999 há poucas possibilidades de esse quadro ser alterado

A projeção de uma ano difícil e de possível retração no faturamento em 1998 acabou se confirmando na prática. O setor não vive os seus melhores momentos. Em 1997, depois de anos seguidos de bons desempenhos, houve uma tênue expansão. E para 1999 nada indica que esse quadro será alterado, com uma mudança significativa para melhor.

Com a desvalorização do real com relação ao dólar, a situação se complica um pouco mais. Muitos produtos veterinários incorporam elementos importados que ficaram mais caros em moeda nacional. Seus preços terão de ser reajustados e repassados para as vendas de atacado e varejo. Um desafio, diante do contexto adverso de inadimplência e dilatação dos prazos de comercialização que as empresas estão enfrentando.

Resta saber como ficará a capacidade de compra dos criadores. A grande concorrência entre as agroindústrias do complexo carne dificulta as políticas de reajuste puro e simples do valor de produtos *in natura* e derivados avícolas, de suínos e bovinos. Esses produtos vêm com preços quase estáveis desde a implantação do Plano Real.

A principal clientela dos produtos veterinários é a pecuária, impulsionada pelas vacinas para tratamento da febre aftosa, com 59% do total. A seguir, respectivamente com 19% e 10%, aparecem a avicultura e a suinocultura. Os pequenos animais apresentam uma participação relativamente pequena de 6%. Por sua vez, a população eqüina representa 4%. As outras explorações ficam com os 5% restantes.

O Brasil ocupa a terceira posição no âmbito mundial, junto com a França e a China, com uma diversidade de linhas de produtos. Os Estados Unidos lideram o *ranking*. Estima-se que o mercado total tenha um faturamento da ordem de US$15 bilhões.

Mundo: indústria veterinária

Participação dos países no faturamento

País	*(%)*
Estados Unidos	28%
Japão	7%
Brasil, França e China	6%
Alemanha	5%
Grã-Bretanha, Espanha e Itália	3%

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

POLOS REGIONAIS: SUL

Hora de crescer

Expande-se a produção de aves e suínos no Sul, e a busca de outros espaços aponta para o cerrado de Goiás e Minas Gerais

ANTÔNIO MARQUES

A produção de frango, que antes da década de 70 era quase restrita a sítios e quintais urbanos, cresceu a taxas excepcionais a partir de então, principalmente no Sul do Brasil e em particular no estado de Santa Catarina. O país tornou-se grande exportador do produto e as empresas, hoje líderes do setor, desenvolveram a atividade através do sistema de parceria com pequenos produtores. A produtividade alcançada está entre as melhores do mundo.

Também na região Sul, a suinocultura aumenta sua produtividade, substituindo o rebanho, que era composto em sua maior parte por animais sem definição de raça, por animais desenvolvidos geneticamente para a produção de carne e de melhor *performance* em ganho de peso, conversão alimentar, quantidade de carne na carcaça e maior número de leitões por parto.

Ao mesmo tempo, a região tornou-se a maior produtora de grãos do país. Mas no seu balanço interno, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm déficit no abastecimento de milho, principal insumo para aves e suínos. A complementação é feita pela produção do Paraná, que ainda exporta para outros estados, principalmente São Paulo. Com o passar do tempo, em função da expansão da demanda, dentro e fora da região, a oferta de grão passou a ser feita também pela região Centro-Oeste, e até por importações em anos de grandes quebras de safras.

Nos últimos anos, após a estabilização da economia brasileira e a retomada dos investimentos, muitos projetos novos foram anunciados pelo setor de aves e suínos. Alguns efetivamente se realizaram; outros estão em fase de consolidação. Também se expandiram as unidades existentes na maioria das empresas. Daí se pode prever uma demanda de grãos mais intensa na região.

Em busca de espaço

A questão agora consiste em definir se a expansão deve ficar na região Sul ou se devem buscar-se alternativas em outros locais.

Um diagnóstico da região indica um esgotamento da capacidade de expansão física da atividade de aves e suínos pelo lado da oferta de grãos e por outros fatores.

A expansão da área agricultável é limitada e alto o custo de frete imposto aos grãos, quando o atendimento é feito por regiões distantes como o Centro-Oeste.

A grande concentração de rebanhos de aves e suínos na região exige maior controle fitossanitário, que implica aumento dos custos de produção. O controle é condição básica para a boa produtividade animal.

A questão ambiental já é um problema na região: o que fazer com os dejetos, sobretudo de suínos, quando há uma disparidade entre o volume de dejetos produzidos diariamente e a capacidade de sua absorção como adubo pela pequena propriedade? Além disso a topografia acidentada da região condiciona a distribuição das pocilgas quase sempre na parte mais baixa da propriedade, enquanto as lavouras podem estar localizadas na parte superior, dificultando a distribuição dos dejetos, que seria de baixo custo se feita por gravidade. A criação de um mercado para esses dejetos fica limitada pela inviabilidade de transportá-los a mais de 2km de distância da sua origem.

Num cenário de globalização irreversível, a sobrevivência e o crescimento de uma empresa passam necessariamente por sua capacidade de se ajustar aos novos e cada vez mais mutantes patamares de sua eficiência, para conseguir uma competitividade efetiva nos mercados. Os preços finais tendem a ser reduzidos. Portanto, reduzir os custos de produção em toda a cadeia produtiva é primordial para ser competitivo.

Dado o cenário de esgotamento da capacidade de expansão da atividade em condições de competitividade, a melhor alternativa é crescer fora da região Sul.

ESGOTOU-SE A CAPACIDADE DE EXPANSÃO FÍSICA PARA AVES E SUÍNOS NO SUL. A ÁREA AGRICULTÁVEL É LIMITADA; O FRETE DOS GRÃOS QUE VÊM DO CENTRO-OESTE, ELEVADO. A CONCENTRAÇÃO DE REBANHOS DE AVES E SUÍNOS NA REGIÃO EXIGE MAIOR CONTROLE FITOSSANITÁRIO, E A QUESTÃO AMBIENTAL É UM PROBLEMA.

A localização de um complexo agroindustrial que atenda ao objetivo da competitividade exige uma análise criteriosa dos fatores que compõem a cadeia produtiva, com base no impacto direto desses fatores sobre os custos de produção.

Primeiramente, procede-se a uma análise eliminatória das regiões, a partir das restrições que ofereçam para o desenvolvimento pleno das atividades; a seguir, faz-se a análise classificatória, elegendo as regiões nas quais a implantação do projeto tenha maior probabilidade de êxito.

Uma indústria de transformação tem como alternativas localizar-se próxima à produção de matérias-primas principais ou ao mercado consumidor.

Para o setor, a localização é função direta da comparação entre os custos de frete dos insumos e dos produtos finais. O estudo confirma a localização de um complexo agroindustrial de transformação de aves e suínos junto à produção de grãos.

A busca de novo local para implantação de um projeto aponta em termos macro para a fronteira agrícola, mais especificamente para o cerrrado. Foi nesse ecossistema que a produção agrícola brasileira experimentou seu maior crescimento nos últimos 25 anos. Mas o cerrado é vasto e diversificado, exigindo, portanto, um estudo apurado que, por uma questão de logística de distribuição dos produtos elaborados, indicou a região que cobre Goiás e Minas Gerais.

As vantagens do cerrado

As diferenças que ocorrem dentro do cerrado e que podem ter influência em termos de custos de produção e no valor dos investimentos dizem respeito às condições climáticas, manejo agrícola, concentração e alta produção de grãos, topografia e infra-estrutura.

Quanto mais ao Norte, maior a tendência de elevação da temperatura média. No entanto, a altitude modifica o clima, resultando numa temperatura média anual de 21°C a 22°C. A amplitude térmica varia, nessas condições, de 7°C a 8°C em média durante o ano. Esse clima propicia mais conforto térmico aos animais do que o do Sul, onde durante o ano a temperatura chega abaixo de 0°C e pode subir a temperaturas superiores a 30°C, o que influi na produtividade do animal. Tal condição não é encontrada em todo o cerrado, mas somente onde a altitude é próxima ou superior a 800m. É o caso de uma vasta região que se estende do Oeste de Minas Gerais para o Sudoeste de Goiás.

É possível criar aves e suínos em temperaturas mais elevadas. Mas tendo em vista as estreitas margens praticadas no setor, o custo do investimento do aviário ou da pocilga – que têm que ser plenamente climatizados – com certeza não

dará retorno ao criador. Em um clima como o daquelas regiões do cerrado, a semiclimatização exige um investimento menor, dentro do limite de viabilidade econômico-financeira do projeto.

Outro fator de influência positiva na produtividade animal é a qualidade do milho produzido no cerrado. Por ter um regime de chuva bem definido (outubro a abril), a colheita, realizada na seca, resulta em um produto com menor umidade, sem os problemas de contaminação do grão por fungos, como é comum no Sul.

O cerrado tem um potencial agrícola incontestável, porém é um ecossistema delicado e a forma de manejo agrícola empregada vai determinar a manutenção de sua potencialidade ao longo de anos e anos de exploração. A prática do plantio direto, com um mínimo de revolvimento do solo que o protege de perdas físicas e de fertilidade, não é generalizada em todas as regiões. Em certos locais do Sudoeste goiano, como em Rio Verde, atinge no entanto cerca de 85% da área cultivada com soja e milho. Nessa região específica está o produtor profissional de grãos, que se desenvolveu na atividade a ponto de deter a maior produtividade média do país.

Nessa mesma região a área cultivada atualmente com grãos ocupa apenas parte da área potencialmente agricultável, o que dá espaço para futuras expansões. Em função do patamar de produtividade, da prática preservacionista que garante a perenidade da atividade e do potencial para expansão física da produção, a perspectiva é de oferta futura a preços satisfatórios. Além disso, o solo do cerrado é carente de matéria orgânica, e as propriedades têm área suficiente para absorver grande quantidade de dejetos tratados, que só vão contribuir para a manutenção ou mesmo a elevação da produtividade agrícola.

O Sudoeste goiano leva vantagem em relação a outras regiões devido a uma alta produção de grãos. Num raio de 200km, tendo Rio Verde como centro, têm-se obtido safras de milho com volume entre 1,5 e 2 milhões de toneladas.

Os preços praticados atualmente na região são inferiores aos do Sul, até mesmo pela ausência de grandes demandantes. Com o tempo, a presença de compradores constantes e de grandes volumes, a tendência é que essa diferenciação de preços diminua, embora permaneça a vantagem do custo do frete no abastecimento da indústria, em função da concentração da produção.

Na fase de produção de animais para abate ganha-se também em custo de frete, em função de se conseguir implantar o critério mais próximo do abatedouro. Como o perfil do produtor no Sudoeste goiano é o de médio ou grande, é possível utilizar instalações com maior capacidade de alojamento de animais, possibilitando maximização no transporte de rações e animais para abate. A melhor condição das estradas em função da topografia plana ou suavemente ondulada permite o uso de caminhões com maior capacidade de carga, que junto com a menor quilometragem rodada resulta em redução de custo do frete.

É claro que todos esses fatores seriam pelo menos parcialmente inviabilizados se não se contasse com uma infra-estrutura minimamente razoável de rede viária, energia elétrica, telecomunicações, armazenagem, educação, mão-de-obra e até mesmo de receptividade da comunidade na implantação de um projeto de grande porte. Todos esses quesitos e algumas das vantagens citadas são encontrados de maneira satisfatória, tanto no Oeste e no triângulo mineiro como em algumas regiões de Goiás.

Antônio Roberto Marques é engenheiro agrônomo da Perdigão Agroindustrial SA, com pós-graduação em desenvolvimento rural e abastecimento alimentar.

CENTRO-OESTE

No ponto

Primeiro no ranking nacional de rebanho de corte, o Centro-Oeste brasileiro só precisa de infra-estrutura

Pedro Ferreira Arantes e Christiane de Paula Rossi

A pecuária de corte tem passado por mudanças significativas, principalmente após a abertura da economia. Deixou de ser uma atividade extrativista e extensiva, adotou um novo modelo de tecnologia e capacidade de gerenciamento, capaz de gerar maior eficiência e aumentar a produtividade e a qualidade, fatores fundamentais para a competitividade. Alguns segmentos no entanto ainda resistem às mudanças.

Os números do Centro-Oeste

A região concentra 35% dos bovinos do país, 28% de frangos de corte e 10% de suínos. Mato Grosso do Sul continua a ser o estado que possui o maior rebanho bovino desde 1993, quando ultrapassou Minas Gerais. Goiás vem em seguida, com o terceiro maior rebanho, e Mato Grosso com o quarto. O Distrito Federal, apesar de compor a região com os maiores efetivos do país, não possui um rebanho expressivo.

Com seu rebanho de corte, a região

é a primeira no *ranking* nacional, com uma estimativa de 45,7 milhões de cabeças de bovinos.

O abate de bovinos cresceu 50% na região nos últimos 10 anos, enquanto o abate nacional crescia 25% e nas demais regiões crescia menos de 20% (tabela e gráfico). O Centro-Oeste detém 31% do total de abates no país, o que levou a uma produção de 1,9 milhão de toneladas equivalente-carcaça de carne bovina em 1997.

Por conta dessa expansão, os frigoríficos se deslocaram da região Sudeste para o Centro-Oeste, onde o crescimento da produção de carne foi de 48% de 1990 a 1997, enquanto, graças ao melhoramento genético, o rebanho crescia apenas 7%. Raças especializadas têm sido introduzidas através do cruzamento industrial, e representam hoje 13,4% dos animais de corte na região.

Com a adesão de vários produtores à criação de novilhos precoces, aumenta a oferta de carne em menos tempo e com qualidade superior, atraindo mercados e expandindo a comercialização da carne e seus derivados.

O programa do novilho precoce, que tem como um dos atrativos o incentivo de 50% do ICMS em Goiás, já repassou em torno de R$3,2 milhões para 1.500 produtores inscritos no programa. O abate em 1997 foi de 216.987 cabeças, representando 11% do rebanho abatido no estado sob inspeção federal, contribuindo com 54 mil toneladas de carne para o estado.

Crescimento modesto

Nos últimos nove anos a taxa de abate nos estados do Centro-Oeste cresceu 4,8% no Mato Grosso do Sul, 4,9% no Mato Grosso, 4% em Goiás e 12,1% no Distrito Federal – enquanto no país crescia 3,9% no mesmo período.

Comparando a taxa de abate do Brasil – 20% em 1997 – com a de outros países como a Argentina, os Estados Unidos e o México (24%, 38% e 32%, respectivamente), verifica-se a necessidade de todos os estados se empenharem em ampliar seus abates.

COMPARANDO A TAXA de abate do Brasil – 20% em 1997 – com a de outros países como a Argentina, os Estados Unidos e o México (24%, 38% e 32%, respectivamente), verifica-se a necessidade de todos os estados se empenharem em ampliar seus abates.

Os índices de crescimento observados na região Centro-Oeste derivam também do melhoramento da infra-estrutural, da implantação de indústrias, que, em Goiás, são incentivadas pelo governo através do Fomentar (programa que isenta as empresas do pagamento de 70% do ICMS por 40 anos).

Tal programa tem atraído várias empresas, como é o caso da Perdigão, com projeto de US$500 milhões na cidade de Rio Verde. A Perdigão pretende, para o ano 2003, quando estiver com sua capacidade máxima, abater e industrializar diariamente 3.500 suínos e 280 mil aves.

Outros atrativos fizeram com que frigoríficos e curtumes se instalassem em Goiás, como o Friboi, que faturou aproximadamente US$500 milhões em 1998.

Outro importante empreendimento no setor foi a criação do Canal do Boi, que leiloa por volta de 1.000 a 1.500 cabeças diariamente, via satélite, no Mato Grosso do Sul.

A bovinocultura de corte, tanto no Centro-Oeste como em outras regiões, vem ganhando dimensões em relação à conquista de mercado externo. A título de exemplo, Goiás conseguiu a liberação do produto oriundo do frigorífico Goiás Carne para exportação ao Chile. Essa conquista vem sendo conseguida em função do empenho em erradicar a febre aftosa dos rebanhos brasileiros.

Aves e suínos

A avicultura se destaca pelo aumen-

Rebanho abatido

Produção por região (cabeças)

Ano/região	*1989*	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998**
NE	3.677.850	3.749.447	4.250.706	5.004.078	4.753.507	4.373.261	4.468.895	4.594.569	4.309.965	4.380.414
SE	7.614.364	7.670.307	8.385.659	8.764.413	8.405.590	8.434.585	8.781.084	9.098.557	8.445.401	8.498.016
S	4.657.170	4.622.819	5.100.680	5.225.990	5.058.172	5.062.089	5.452.352	5.698.222	5.414.935	5.412.042
CO	6.298.555	6.451.264	7.200.848	7.612.461	7.594.225	8.241.165	8.997.152	10.068.632	9.477.659	9.508.360
Brasil	22.247.939	22.493.837	24.937.893	26.606.942	25.811.494	26.111.100	27.699.483	29.459.980	27.647.960	27.798.832

Fonte: FNP (estimativa).

*Projeção.

Elaboração: Detec/Faeg.

to de produtividade experimentada em todo o país. Não poderia ser diferente na região Centro-Oeste, onde a produção de carne chegou a ter um aumento de 213% nos últimos 10 anos, um índice maior do que o verificado para todo o Brasil (129%). O rebanho local de frangos de corte, que era de 15.432 em 1988, evoluiu para 82.496 cabeças em 1997 (crescimento de 430%).

A suinocultura, que predominava no Sudeste e no Sul do país, rompeu divisas e está conquistando a região de cerrados. A grande extensão territorial, juntamente com clima favorável para o aumento da produção de grãos, favorece a produção de carne suína, já que diminui os custos com transporte de matéria-prima para a fabricação de ração devido à proximidade das zonas de produção. Assim, vários projetos de médio porte têm-se instalado no Centro-Oeste no setor de suínos e aves: em Campo Grande, Dourados e Aparecida do Taboado, no Mato Grosso do Sul; Lucas do Rio Verde, Chapada dos Guimarães e Rondonópolis, em Mato Grosso; Varjão, Jataí e Rio Verde, em Goiás.

Entretanto, o crescimento da suinocultura na região ainda é lento, com apenas 6,8% de acréscimo na produção da carne desde 1989.

O Centro-Oeste é a segunda região que mais cresce economicamente no Brasil e acredita-se que continuará nesse ritmo com a introdução de indústrias e a construção de ferrovias, hidrovias, gasodutos e usinas de energia elétrica. O impulso na economia da região será maior se for acompanhado de infra-estrutura adequada.

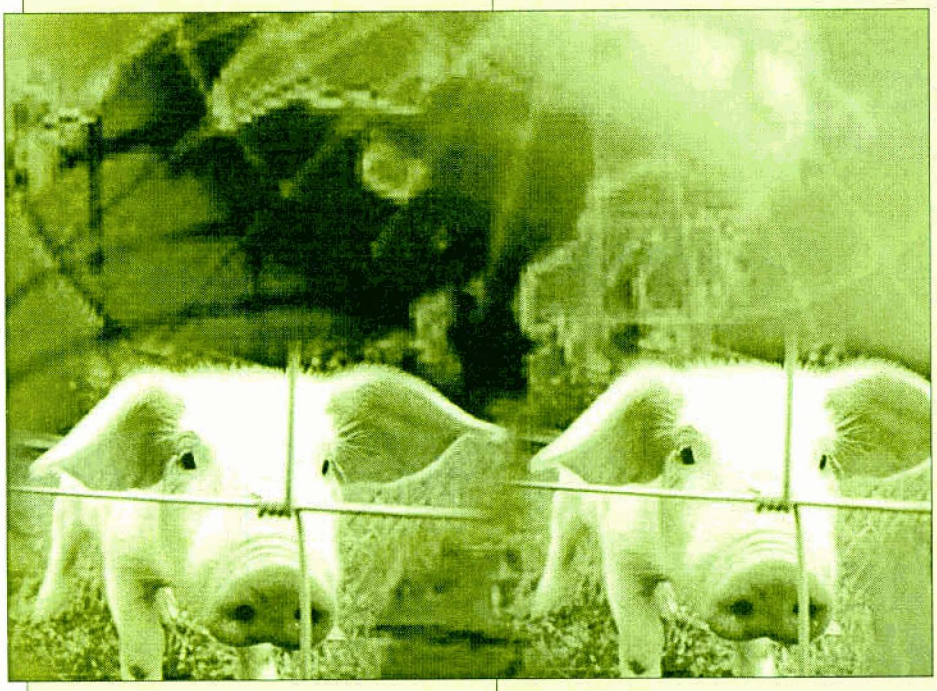
Pedro Ferreira Arantes é consultor Faeg e professor da Faculdade Anhanguera; Christiane de Paula Rossi é assessora técnica da Faeg.

CENTRO-OESTE

Pode melhorar

Tudo leva a crer que pode acontecer uma verdadeira explosão da suinocultura no Centro-Oeste brasileiro

Cloves F. Vettorato



Ouvir falar na expansão da suinocultura no Centro-Oeste deixava os suinocultores do Sul e Sudeste arrepiados. E não era para menos. Mato Grosso e Goiás transformaram-se em grandes produtores de grãos, como milho, soja, sorgo e milheto, matérias de baixo valor agregado, essenciais para a nutrição de pequenos animais. Qualquer analista de tendências do mercado afirmaria com segurança que tais atividades teriam deslocamento natural para o Centro-Oeste.

A despeito de todas as previsões, isso não aconteceu. E por que não aconteceu? Que fatores brecaram investimentos nessa área? Teriam desaparecido as vantagens comparativas que o Centro-Oeste oferecia?

Analisando a situação

A suinocultura tecnificada está estagnada no Mato Grosso em 18 mil matrizes há mais de quatro anos. Nenhuma granja nova foi implantada nesse período. Em Goiás, o grande projeto da Perdigão está em ritmo lento, quase parando.

A primeira consideração a ser feita é de que, na suinocultura especialmente, quem investe é produtor rural e não banqueiro, industrial ou profissional liberal. E o Plano Real retirou do produtor qualquer possibilidade de investimento. Suas dívidas foram corrigidas em

quase 200% de 1994 até 1999. Por essa mesma razão, sua capacidade de tomar empréstimos para investimentos no processo de diversificação ficou reduzida a níveis muito reduzidos.

Além disso, outros fatores devem ser considerados:

Juros em níveis incompatíveis.

- O real, sobrevalorizado diante do dólar, inibia as exportações e favorecia as importações. Haja vista que, em qualquer supermercado brasileiro, poderiam ser encontrados derivados de suíno procedentes do exterior.
- Os poucos mercados que se abriam para a carne suína, como o sudeste asiático e a Rússia, desabaram com a crise econômica.
- O consumo interno pós-Real estagnou nos 10kg *per capita*.
- Os produtores do Centro-Oeste, especialmente no Mato Grosso, encontraram no algodão uma saída para diversificar e aumentar seus ganhos.
- As políticas de PEP – Prêmio de Escoamento (ou Equalização) de Produto (ou de Preços) – sobre o milho privilegiaram os produtores de outros estados, transferindo as vantagens comparativas para o Nordeste e o Sudeste

Enquanto não for solucionado o problema da dívida dos produtores brasileiros, não vemos muita possibilidade de esse quadro se alterar. Ainda é um pouco cedo para falar em otimismo com as mudanças na política cambial brasileira. Há esperança de que a atividade possa se tornar atraente. De qualquer forma, temos ainda que transpor algumas barreiras típicas de país de Terceiro Mundo nessas atividades. Não resolvemos ainda problemas como a febre aftosa e a peste suína clássica – PSC, que limitam nossos mercados, mesmo que possamos ser altamente competitivos. Nesse sentido, o Mato Grosso está na frente, prestes a ser declarado como livre de aftosa e PSC simultaneamente.

E o futuro?

Já em relação ao futuro, voltamos a ser otimistas. Por sinal, é o otimismo do produtor mato-grossense que leva o estado a se transformar no maior produtor de soja e algodão do país. Se a situação está ruim, tem esperança que melhore, e se está boa, acredita que vai ficar melhor ainda. E com esse espírito vai superando as dificuldades.

Algumas premissas justificam o otimismo quanto ao futuro dessa atividade:

- As vantagens comparativas da suinocultura no Mato Grosso continuam as mesmas. Não há outro lugar no mundo onde se possa produzir carne com menor custo, seja pela abundância de grãos, seja pelo custo baixo das instalações.
- Com as últimas mudanças na política cambial, ganhamos competitividade nos mercados mundiais e um certo freio nas importações.
- Há uma tendência de queda nos juros.
- Os investimentos externos no Brasil passam a ser mais atrativos, viabilizando produtores de outros países a se instalarem no Mato Grosso.

A vez e a hora do produtor estrangeiro

Independente dos últimos acontecimentos econômicos, já percebíamos que as vantagens comparativas da região poderiam ser aproveitadas por produtores estrangeiros capitalizados.

É o caso da Carrol's Foods, da Carolina do Norte, EUA, segundo maior suinocultor do mundo, que estabeleceu *joint venture* com empresários locais, para implantar um projeto inicial de 10 mil matrizes e que pode chegar a 50 ou 60 mil num prazo de cinco anos. O projeto está em fase inicial de implantação.

Ultimamente temos recebido a visita de portugueses, espanhóis e holandeses com a intenção de produzir suínos em Mato Grosso.

Os holandeses têm vindo por força de decisão de seu governo. A Holanda, com 14 milhões de habitantes, possui um rebanho de aproximadamente 20 milhões de suínos. Os problemas ambientais que o país enfrenta são de tal magnitude que o governo holandês determinou um corte de 50% na produção de suínos, o que deixará mais de 1.500 produtores fora da atividade. Eles têm duas alternativas: mudar de atividade ou de país. Muitos querem continuar produzindo suínos. E estarão sendo recebidos de braços abertos no Mato Grosso.

A suinocultura, um problema para a Holanda, é a solução para o Mato Grosso. Pois, além de agregar valor às nossas matérias-primas, vai gerar milhares de empregos, diversificar nossa produção e acumular renda e divisas para o estado.

Para que isso aconteça, o governo do estado apresenta um leque de incentivos fiscais e de infra-estrutura. Aqui foi criado o Programa Granja de Qualidade, concedendo incentivos fiscais ao suinocultor que ofereça pré-requisitos de qualidade, sanidade e observância de normas ambientais em sistema produtivo.

Não é por outro motivo que os holandeses falam em implantar granjas que, somadas, deverão abrigar 100 mil matrizes, para produzir 2,4 milhões de suínos por ano e investir aproximadamente US$240 milhões.

Essa é a nossa vocação: produzir alimentos de alta qualidade e baixo custo.

Cloves F. Vettorato é diretor da Fundação MT e ex-presidente da Acrismat – Associação dos Produtores de Suínos de Mato Grosso.

CONEXÃO BRASILEIRA

Na mesa do mundo

Empresas citrícolas paulistas se antecipam aos acontecimentos e adquirem plantas industriais na Flórida, EUA

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Ao longo dos anos 90, a Flórida tem assistido a uma profunda alteração no perfil de sua agroindústria citrícola, por conta da mudança de mãos de oito plantas industriais produtoras de suco de laranja concentrado congelado (SLCC).

A norte-americana Cargill adquiriu duas unidades, uma na cidade de Frostproof (anteriormente de propriedade da Proctor & Gamble) e a outra na cidade de LaBelle (anteriormente pertencente à Berry Citrus); a japonesa Toyota adquiriu uma unidade em Howey-in-the-Hills à Silver Springs Citrus; a francesa Louis Dreyfus comprou uma unidade em Winter Garden à cooperativa do mesmo nome; a brasileira Cutrale adquiriu da Coca-Cola duas plantas industriais (tradicionalmente dedicadas à fabricação do suco Minute Maid), respectivamente nas cidades de Auburndale e Leesburg; a também brasileira Citrosuco comprou uma unidade processadora em Lake Wales à Alcoma; e a norte-americana SunPure Citrus adquiriu uma unidade na cidade de Fort Pierce, anteriormente pertencente à Indian River Foods.

É forte a presença brasileira, representada não só pelas duas maiores empresas citrícolas do Brasil, como também por duas multinacionais (Cargill e Louis Dreyfuss), cujos braços citrícolas originalmente se instalaram em São Paulo. Não é para menos que pesquisadores do Departamento de Citrus da Universidade da Flórida batizaram a presença local dessas quatro empresas de conexão brasileira.

Superando o próprio desempenho

O grande motivo para o súbito e inédito aporte no solo da Flórida é simples: o mercado do suco de laranja está mudando – e rápido. Nada mais natural, portanto, que as empresas paulistas produtoras de SLCC para exportação, que pretendem sobreviver nesse negócio e dispõem de capital para iniciativas mais arrojadas, tenham se antecipado aos acontecimentos.

Um dos motivos para a nova configuração à vista no mercado mundial do suco é o crescimento da produção de laranja na Flórida (ver AGROANALYSIS de janeiro último). Com ele, delineia-se a meta norte-americana de alcançar a auto-suficiência no suco e também passar a concorrer com o Brasil no maior mercado importador mundial de SLCC – a Europa.

Ao longo dos anos 90, a Flórida tem assistido a uma profunda alteração no perfil de sua agroindústria citrícola, por conta da mudança de mãos de oito plantas industriais produtoras de suco de laranja concentrado congelado (SLCC).

No entanto, esse aumento da oferta da matéria-prima serve para explicar apenas parcialmente a instalação das empresas brasileiras na Flórida. O que elas buscam, em última instância, é estarem geograficamente muito bem posicionadas para atender o grande público consumidor do Primeiro Mundo mais rápida e ainda mais eficientemente do que conseguem hoje. Além disso, não perdem de vista a oportunidade de lucrar com a arbitragem que poderão realizar, observando, por exemplo, se é mais interessante exportar, para a Europa, o suco produzido na Flórida ou em São Paulo.

Bebendo saúde

As empresas também estão atentas para o aumento da preferência pelo suco natural nos países desenvolvidos, às expensas do suco concentrado. Dispostos a pagarem mais por produto de melhor qualidade, os consumidores europeus e norte-americanos vêm aumentando seu consumo daquela bebida. Nos EUA, por exemplo, o preço ao consumidor do suco natural é cerca de 65% superior ao do suco concentrado e 40% maior do que o do suco reconstituído pronto para beber.

Em meados de 1997, segundo a A C Nielsen, as vendas do suco natural, em super-

Suco de laranja concentrado congelado no Brasil e na Flórida

Custos de produção e processamento em US$/libra sólida – 1998

Item	*Brasil*[1]	*Flórida*[2]
Custos agrícolas	0,24	0,32
Custos de capital	0,11	0,15
Colheita e transporte	0,13	0,29
Custo total para fruta entregue na fábrica	0,48	0,76
Custos de processamento	0,15	0,18
Taxa para suporte de *marketing*[3]	0,00	0,03
Transporte do porto à fábrica	0,02	0,00
Custo total para suco concentrado congelado	0,65	0,97

Fonte: Departamento de Citrus da Flórida.

[1] Porto de Santos.

[2] Fábrica na Flórida.

[3] Taxa paga pelos citricultores norte-americanos ao Departamento de Citrus da Flórida para cobertura dos custos de propaganda, promoção, pesquisa científica e atividades de pesquisas econômicas e de mercado.

mercados norte-americanos com faturamento anual igual ou superior a US$4 milhões, já alcançavam 30% das vendas do suco de laranja sob todas as formas.

Instalando-se na Flórida, os produtores brasileiros contornam o problema da exportação do suco natural de laranja à América do Norte. Sem a viagem por mar, o sabor do produto só pode melhorar, já que a duração da viagem obrigava a transportar a bebida congelada.

Além disso, aumentam as margens de lucro dos fabricantes, já que, sob a forma natural, o suco alcança volume seis vezes maior do que sob a forma concentrada, implicando muito maior custo de transporte marítimo e de estocagem.

Instalando-se na Flórida, os produtores brasileiros contornam o problema da exportação do suco natural de laranja à América do Norte. Sem a viagem por mar, o sabor do produto só pode melhorar, já que a duração da viagem obrigava a transportar a bebida congelada.

Mudando o modelo

O estabelecimento das empresas brasileiras na Flórida está contribuindo para mudar a configuração tradicional do mercado de suco. Composta por dois pólos distintos de produção – Brasil e EUA – essa configuração historicamente supria a Europa com o suco brasileiro, que complementava ainda a produção norte-americana.

A entrada das empresas brasileiras em solo norte-americano rompe definitivamente com esse paradigma, na medida em que os mercados mundiais do suco e da laranja para processamento tornam-se mais estreitamente interconectados e mais eficientes em termos de transferência de preço e de fluxos de produtos. Assim, qualquer eventual mudança no preço do suco congelado em Roterdã, por exemplo, terá impacto maior e mais rápido nos preços das laranjas brasileira e norte-americana, assim como sobre o faturamento dos esmagadores independentes na Flórida.

O Departamento de Citrus da Universidade da Flórida vem manifestando preocupação a respeito deste último ponto. Seu temor se deve ao fato de o tradicional perfil citrícola floridiano, composto de diversas esmagadoras de menor porte, ser totalmente diverso do modelo paulista de oligopólio. Além do mais, embora ainda não tenham chegado a esse ponto na Flórida, tanto a Citrosuco como a Cutrale possuem pomares próprios em São Paulo, característica incomum às esmagadoras da Flórida.

Maior concentração do parque industrial floridiano vem sendo vista como prejudicial ao poder de barganha dos agricultores norte-americanos, levando inclusive às primeiras previsões de que o processo possa vir a ser barrado pela legislação antitruste daquele país. Para reforçar o argumento, cálculos preliminares dão conta de que a conexão brasileira já se responsabiliza por cerca de 30% da produção de SLCC na Flórida.

E-mail: irene@fgv.br

Extra!

FEIJÃO

Não dá para o gasto

Apesar de segundo maior produtor mundial, o Brasil não consegue produzir feijão em quantidade suficiente

Jane Mary Gondim de Souza

No Brasil são cultivados anualmente cerca de 45 milhões de hectares com lavouras temporárias. Oito culturas utilizam 95% dessa área: milho (30%), soja (23%), feijão (11%), arroz (10%), cana-de-açúcar (9%), trigo (5%), mandioca (4%) e algodão herbáceo (3%).

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de feijão. Aqui são colhidos anualmente, em média, 5 milhões de hectares. A produção brasileira atinge cerca de 3 milhões de toneladas por ano e encontra-se estacionada nesse patamar desde a safra 1993/94. Isso representa 17% da produção mundial do grão. O único país a superar o Brasil é a Índia, com cerca de 3,9 milhões de toneladas (24% da produção mundial).

Infelizmente, o rendimento médio da lavoura de feijão no Brasil é um dos mais baixos do mundo. Enquanto, no Brasil, são colhidos cerca de 600kg/ha, outros países chegam a produzir 700kg/ha (Venezuela e Tailândia), 900kg/ha (Peru e Colômbia), 1000 kg/ha (Bolívia, Argentina e China) e 1.700 kg/ha (Japão e Estados Unidos).

Trajetória

A produção nacional apresentou tendência crescente de 1990 a 1994. A partir de então tem havido declínio sistemático, tendo a safra 1996/97 totalizado 2,9 milhões de toneladas, segundo a Conab. A previsão para a safra 1997/98 situa-se em torno de 2,2 milhões de toneladas, 24% menor do que a anterior. Diferentemente do Brasil, a tendência crescente no Nordeste prolongou-se de 1990 até 1996, a partir de quando começou a declinar. Em agosto, a Conab projetava a safra 1997/98 em 475 mil toneldas, embutindo uma queda em torno de 56% com relação à colheita anterior.

Um dos pontos que distinguem a produção nordestina da nacional é a sua maior instabilidade, influenciada especialmente pelas secas. No intervalo 1990/98 verificam-se produções de 479 mil a 1.244 mil toneladas (variação de 160%), enquanto essa oscilação, no Brasil, foi de 45%.

Considerando-se o período de 1987/88 a 1997/98, o consumo brasileiro segue praticamente a mesma trajetória da produção, ou seja, consumimos quase tudo o que produzimos. A partir do ano-safra 1994/95, observa-se uma tendência decrescente tanto do consumo quanto da quantidade produzida. O brasileiro consome *per capita*, em média, 20kg de feijão por ano.

Em 1992 e 1993 elevaram-se os preços no varejo acima do índice geral de preços, e o feijão rareou nas refeições das classes de renda mais baixa. Após o Plano Real, o aumento da renda e a queda dos preços do feijão restabeleceram o consumo. Nos últimos três anos de novo o consumo decaiu, provavelmente por um novo aumento de preços e pelo consumo de produtos mais sofisticados, como as proteínas de origem animal.

Declínio

Nesse período, o declínio da produção nacional contribuiu para reduzir os estoques governamentais. A safra 1996/97 terminou com cerca de 135 mil toneladas de feijão em estoque, o menor volume desde 1988/89. Os fatores climáticos adversos enfrentados em 1998 ocasionaram um volume menor ainda ao final da safra 1997/98. Segundo a Federação da Agricultura do Ceará, não existem estoques reguladores no Nordeste; deixaram de existir conforme passaram a ser consumidos com as cestas básicas distribuídas às vítimas da seca.

Com estoques menores e a produção em queda, será necessário importar mais para atender o consumo. No ano passado estimava-se que as compras externas para o período 1997/98 ficassem em torno de 160 mil toneladas, devendo ser adquiridas 130 mil da Argentina, 18 mil dos Estados Unidos e 11 mil do Chile. Até junho haviam sido internalizadas cerca de 18 mil toneladas provenientes do Chile e dos Estados Unidos da variedade cores, e um total aproximado de 42 mil toneladas de feijão-preto, originário da Argentina.

Aquém do necessário

A população brasileira cresceu 50% nos últimos 20 anos, enquanto o feijão teve um aumento de produção (43,8%) aquém do necessário para manter estável o consumo *per capita* no mesmo período. Apesar de segundo maior produtor mundial, o Brasil não consegue produzir feijão em quantidade suficiente para suprir suas necessidades internas, pois somos os maiores consumidores do mundo, na faixa de 3,2 milhões de toneladas. No resto do mundo, o feijão é produto de importância secundária. Os números no mercado internacional mostram-se inexpressivos quando comparados ao consumo e à produção brasileiros.

Feijão de fora

A Argentina é o maior fornecedor de feijão para o mercado brasileiro. Em 1995, as importações da Argentina ultrapassaram 80 mil toneladas (63.063 de feijão-preto, 7.008 de feijão-branco e 10.844 de feijão comum).

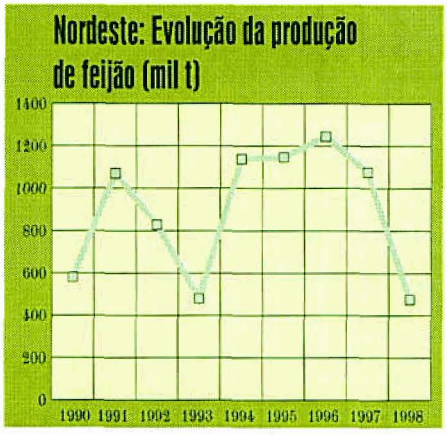
Brasil: feijão – oferta e demanda (mil t)

Discriminação	*1987/88*	*1988/89*	*1989/90*	*1990/91*	*1991/92*	*1992/93*	*1993/94*	*1994/95*	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98**
Produção	2752	2386	2340	2806	2902	2379	3244	3158	2992	2914	2253
Consumo	2600	2600	2371	2638	2795	2772	3200	3300	3250	3200	2518
Exportação	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Importação	10	25	70	88	58	55	156	190	82	150	160
Estoque final	265	77	116	373	537	199	400	447	271	135	30
Cons. *per capita*	18,6	18,27	16,38	17,97	18,78	18,38	20,93	21,31	20,71	20,13	16

Fonte : Conab.

*Dados parciais em 1998.







Brasil: importações de feijão

Principais fornecedores em 1995 (t)

País	*Quantidade*
Argentina	80.915
México	66.485
EUA	9.245
Chile	7.659
China	2.468

Fonte: FNP/Secex/Decex.

O México aparece como segundo maior fornecedor, com mais de 66 mil toneladas no mesmo período, predominando o feijão comum (52.230). Os Estados Unidos vêm gradativamente aumentando suas exportações para o Brasil, as quais, em 1993, alcançavam apenas 246 toneladas; em 1995, ultrapassaram as 9 mil toneladas, constituídas principalmente de feijão-preto (7.650 toneladas).

A produção brasileira de feijão concentra-se nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, que representam quase 90% do total produzido no país.

dos do Nordeste, apresenta uma produtividade média de 500kg/ha, com um percentual de produção em torno de 69,2% do total, destacando-se o estado da Bahia (44% do total de feijão-mulatinho produzido na região). A produtividade média do feijão macassar é de 400kg/ha, um pouco inferior à do feijão-mulatinho; mas a variedade é mais resistente à mosca branca, uma das pragas que mais vêm preocupando os produtores ultimamente.

Uma considerável parcela da população nordestina consome preferencialmente o feijão macassar, fato que não se verifica nas demais regiões. Por isso, a variedade macassar tem participação expressiva na produção regional de feijão (em média, 30,8% do total), com destaque para Ceará, Pernambuco e Paraíba, que, em conjunto, produzem 87,5% daquela variedade. Embora seja a maior da região, a produção total de feijão da Bahia tem uma participação estadual relativamente baixa (10,8%) na produção de feijão macassar, se comparada aos outros feijões. Mesmo assim, a primeira colheita mecanizada de feijão-de-corda do Brasil realizou-se em Bom Jesus da Lapa, no oeste baiano, com perspectivas otimistas de que sejam colhidas, este ano, 3 mil toneladas do produto, numa área plantada de 2 mil hectares.

Brasil: feijão – produção por região (mil t)

	1990	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998**	*Média*
Brasil	2.234	2.742	2.808	2.471	3.248	3.107	2.960	2.923	2.246	3.060
Norte	115	123	113	146	147	146	156	144	99	148
Sudeste	648	701	678	735	741	669	587	669	635	667
Sul	700	645	1.010	924	1.020	943	822	833	777	905
C. Oeste	191	202	177	187	202	202	151	200	259	189
Nordeste	580	1.071	830	479	1.138	1.147	1.244	1.077	475	1.152

Fonte: Conab.

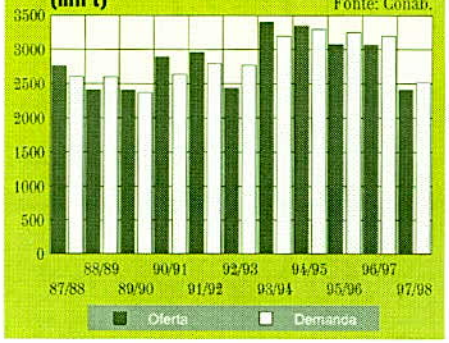
*Dados parciais em 1998.

Nota: A média foi calculada para o intervalo 1994-97.

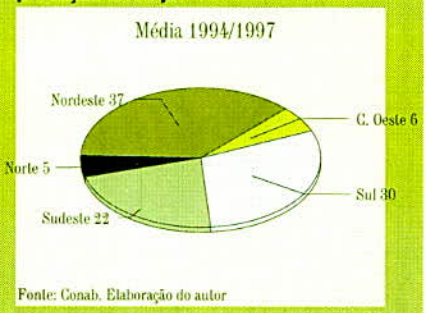
Feijão-de-corda

De acordo com os produtores, a colheita mecanizada permite a implantação do feijão-de-corda em grandes áreas e possibilita o barateamento do produto final, custando a colheita mecanizada R$100,00/ha, enquanto o processo manual não fica por menos de R$350,00/ha. A produção do feijão-de-corda na Bahia abastece o mercado nordestino, sobretudo o do Ceará.

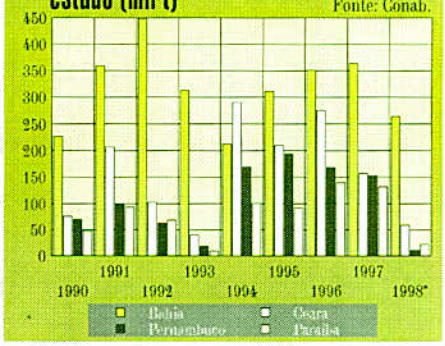
Brasil: oferta e demanda de feijão (mil t)



Brasil: Participação regional na produção de feijão



Nordeste: produção de feijão por estado (mil t)



Produção nordestina

A região Nordeste é, normalmente, responsável por mais de 1/3 da produção nacional (37%, com base na média do período 1994-97). Em anos de seca, essa participação reduz-se sensivelmente, com reflexos no abastecimento do país (vejam-se as produções de 1990, 1992 e 1993). Para 1998, em conseqüência da seca, previa-se uma produção 58,7% abaixo da média 1994-97.

No Nordeste são plantadas, basicamente, duas modalidades de feijão: o macassar (ou de corda) e o mulatinho (ou carioquinha). O feijão mulatinho, produzido em todos os esta-

Aqui são colhidos anualmente em média 5 milhões de hectares. A produção brasileira atinge cerca de 3 milhões de toneladas por ano e encontra-se estacionada nesse patamar desde a safra 1993/94. Isso representa 17% da produção mundial do grão.

Basicamente toda a produção do estado do Ceará é de feijão-de-corda (96%), enquanto na Paraíba esta variedade participa com 54,3%, e, em Pernambuco, com 44,1%.

Para os consumidores dessa variedade, o produto é considerado indispensável na sua dieta e tão valorizado quanto as carnes. Acredita-se que tenha uma elasticidade-preço mais baixa que a de outros alimentos básicos. Seus preços são, em média, superiores aos do feijão- mulatinho, especialmente porque o produto não pode ser importado de outras regiões.

Nas demais regiões do país, as variedades mais consumidas são o feijão-carioquinha (ou

mulatinho) e o feijão-preto. Fenômenos como a seca ocorrida no ano passado no Nordeste causam impacto direto no abastecimento extra-regional de feijão-mulatinho, já que só o estado da Bahia (principalmente a região de Irecê) participa com 12% da produção nacional.

Os estados da região Nordeste que mais se destacam na produção de feijão são Bahia (26,9%), Ceará (20,3%), Pernambuco (14,9%) e Paraíba (10,1%), com mais de 70% da produção nordestina (média dos últimos quatro anos).

Preços instáveis

Os preços do feijão no mercado estão sujeitos a grandes oscilações, em virtude das características especiais do produto.

Primeiramente, por ser um produto típico da dieta brasileira, a sua produção envolve grande número de produtores e outros agentes da cadeia produtiva, que têm nele sua fonte de renda. Ademais, pela mesma razão, é elevada a sua participação nos gastos com alimentação por parte da população.

Adicionalmente, o produto é tanto mais depreciado no mercado quanto mais velho, devido à rápida perda de qualidade. Diante disso, a formação de grandes estoques, que poderiam funcionar como reguladores de mercado, torna-se praticamente inviável.

Além disso, diferentemente do arroz, que tem seus preços regulados pelo custo do produto importado colocado no mercado consumidor, o abastecimento do feijão pouco pode se valer do mercado mundial.

Qualquer contratempo no processo produtivo ou expectativa de produção maior do que o consumo esperado geram, portanto, expressiva oscilação de preços, que prejudica tanto produtores como consumidores. Por isso mesmo, o preço do feijão-carioquinha subiu 196% de janeiro a junho de 1998 em São Paulo. No Nordeste, houve elevação de 169% no mesmo período.

Os preços reais do feijão no Nordeste demonstraram a instabilidade característica da região: picos nos anos de seca (1990, 1993 e 1998) e preços mais baixos em anos normais. A partir do Plano Real, o preço se estabilizou em torno de R$0,65 até o final de 1997,.

Comparando-se a média dos preços recebidos pelos produtores nos primeiros semestres de 1994 e de 1998, constata-se uma queda de 29%, que só não foi maior devido à

Nordeste: produção de feijão por variedade de cultivo

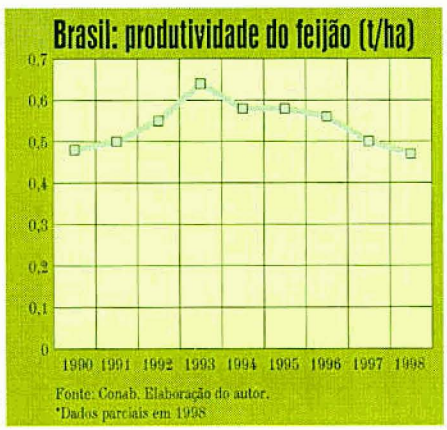
1997 em t

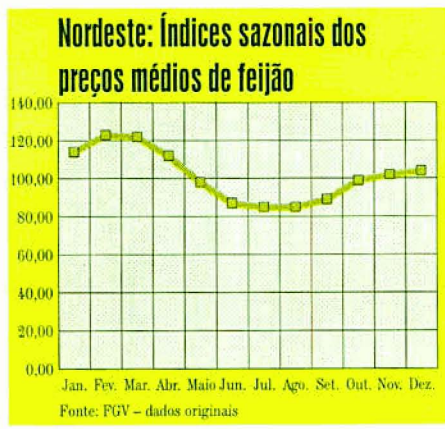
Estados	*Macassar*	*Mulatinho*	*Total*	*% Macassar*
Ceará	151.559	5.741	157.300	96
Paraíba	71.526	60.174	131.700	54
Pernambuco	67.471	85.629	153.100	44,1
Bahia	39.458	324.542	364.000	10,8
Sergipe	1.768	30.732	32.500	5,4
Outros	-	238.000	238.000	-
Total	331.782	744.818	1.076.600	30,8

Fonte: IBGE.
Cálculos do autor.

O abastecimento do feijão pouco pode se valer do mercado mundial. Qualquer contratempo na produção ou expectativa de safra maior que o consumo esperado geram oscilação de preços, que prejudica tanto produtores como consumidores.







Todos os demais estados nordestinos, com exceção da Bahia e de Alagoas, apresentaram decréscimo na produção entre 1996 e 1997.

Observando-se o comportamento da produção dos quatro maiores produtores nordestinos, com destaque para a superioridade baiana em relação aos demais (apenas em 1994 a produção deste estado foi superada pela produção do Ceará). A Bahia, por exemplo, apresenta produções variando de 212 mil a 449 mil toneladas (variação de 112%); já os números da Paraíba variam de 9 (!) a 140 mil toneladas (1.445%).



Nordeste – Preços médios recebidos pelos atacadistas de feijão

por variedade (R$/kg)

	Feijão-macassar					Feijão-mulatinho					
Período	Fortaleza	J. Pessoa	Natal	Recife	Média	Fortaleza	J. Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Média
1996-01	-	1,16	1,07	1,45	1,23	0,89	1,08	-	-	0,87	0,95
1996-02	0,91	1,25	0,98	1,36	1,12	0,89	0,96	-	-	0,76	0,87
1996-03	0,78	1,28	1,06	1,34	1,11	-	-	-	-	0,75	0,75
1996-04	0,77	1,14	1,07	1,4	1,09	0,9	-	-	-	0,76	0,83
1996-05	0,72	0,98	0,87	1,41	0,99	-	-	-	-	-	-
1996-06	0,7	-	0,86	-	0,78	0,98	1,04	-	-	-	1,01
1996-07	0,88	0,88	0,78	-	0,85	-	-	0,96	-	-	0,96
1996-08	0,86	0,83	-	-	0,84	-	0,92	-	-	-	0,92
1996-09	-	-	0,77	-	0,77	0,82	0,93	0,73	0,7	0,75	0,79
1996-10	1,02	0,86	-	-	0,94	-	1,08	0,77	0,83	0,8	0,87
1996-11	-	0,93	0,92	1,06	0,97	1	1,11	-	0,96	0,83	0,97
1996-12	0,98	0,87	0,85	-	0,9	0,93	-	-	0,89	0,75	0,86
Média	0,85	1,02	0,92	1,34	0,97	0,92	1,02	0,82	0,85	0,78	0,89
1997-01	1,05	0,86	-	-	0,95	-	-	-	0,76	-	0,76
1997-02	-	0,81	0,81	-	0,81	-	-	-	-	-	-
1997-03	0,76	0,83	0,75	-	0,78	0,85	-	0,88	-	0,77	0,83
1997-04	0,82	0,84	0,77	0,88	0,83	0,8	-	-	-	0,76	0,07
1997-05	0,72	0,74	0,71	0,75	0,73	-	0,87	0,93	0,86	0,79	0,86
1997-06	0,65	0,75	0,69	0,73	0,71	0,75	0,84	0,91	0,81	0,77	0,82
1997-07	-	0,75	0,67	0,66	0,69	-	0,75	0,79	0,78	0,73	0,76
1997-08	0,87	0,66	0,65	0,62	0,64	0,67	0,67	0,7	0,6	0,62	0,65
1997-09	0,93	0,62	0,75	-	0,77	0,6	0,63	0,74	0,53	0,59	0,62
1997-10	0,92	0,7	0,8	-	0,81	0,62	0,68	0,7	0,53	0,59	0,62
1997-11	0,9	0,76	0,79	-	0,82	0,6	0,69	0,72	0,53	0,55	0,62
1997-12	1,16	0,8	0,8	-	0,92	0,67	0,69	0,74	0,52	0,57	0,64
Média	0,88	0,76	0,74	0,73	0,79	0,7	0,73	0,79	0,66	0,67	0,66
1998-01	1,37	0,86	0,94	-	1,06	-	-	0,75	0,52	0,66	0,64
1998-02	1,12	1,04	1,06	-	1,07	-	-	0,79	-	0,79	0,79
1998-03	0,9	1,27	1,41	-	1,19	1,4	1,64	1,43	-	1,4	1,47
1998-04	1,13	1,56	1,71	-	1,47	1,55	1,63	1,54	-	1,46	1,54
1998-05	2	2,14	2,35	-	2,16	1,78	2,36	2,15	-	1,97	2,06
1998-06	2,14	2,33	2,69	-	2,39	1,96	2,39	2,09	-	1,97	2,1
1998-07	2,38	2,38	2,48	-	2,41	1,87	2,06	1,67	-	1,91	1,88
Média	1,58	1,65	1,81		1,68	1,71	2,02	1,49	0,52	1,45	1,5

Fonte: Maara – Ministério da Agricultura.

influência do preço de junho de 1998, mais alto que o de maio, quando, pela sazonalidade do produto, se esperava que se reduzisse. Comparando janeiro – maio de 1994 – período de 1994 anterior à implantação do Plano Real – com janeiro-maio de 1998, essa redução foi de cerca de 45%).

A partir do início de 1998, os preços cresceram, atingindo, no final do primeiro semestre, o recorde dos últimos 10 anos. Os motivos da alta foram as enchentes no Sul e a forte estiagem no Nordeste, que reduziram a safra.

Nos últimos 12 meses o preço pago ao produtor sofreu variação de 222%, enquanto a inflação do período, calculada pelo IBGE, ficou em torno de 4%.

O pior não é o aumento na cotação da saca do feijão, mas a diminuição dos estoques brasileiros, que obriga o país a importar o produto a preços mais altos. Na avaliação da Confederação Nacional da Agricultura, os aumentos dos preços do feijão devem-se somente à falta do produto e não à especulação, sendo comum a sazonalidade dos preços em função das chuvas e da seca.

A terceira safra de feijão, que é irrigada, produziu 300 mil toneladas em 1997. Em 1998 esperava-se volume ainda maior. No entanto, ela representa algo em torno de 13% da produção total, de forma que ela poderia atenuar a escassez do produto mas não resolvê-la. Seria preciso um crescimento fora do comum da terceira safra para compensar o déficit na oferta.

O comportamento dos preços do feijão no Nordeste segue um padrão anual bem definido, com tendência de queda a partir do mês de abril, devido ao impacto da entrada da safra nordestina nesse período, atingindo o ponto mínimo em agosto, 16% abaixo do índice sazonal médio (100). O segundo semestre apresenta tendência crescente a partir de setem-

Nordeste: feijão – produção por estado (mil t)

Estado	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998**	*Média*	*%*
Bahia	227	359	449	313	212	311	351	364	264	310	26,9
Ceará	76	207	103	40	291	210	275	157	59	233	20,3
Pernambuco	70	98	63	19	170	194	168	153	11	171	14,9
Paraíba	48	94	69	9	101	92	140	132	22	116	10,1
Piauí	47	105	33	29	128	90	102	60	20	95	8,3
Rio Grande do Norte	11	79	51	2	93	75	81	48	7	74	6,5
Alagoas	45	41	23	16	60	75	43	88	41	67	5,8
Maranhão	40	56	27	41	53	44	48	42	36	47	4,1
Sergipe	15	29	11	8	29	55	35	32	15	38	3,3
Nordeste	580	1071	830	479	1.138	1.147	1.244	1.077	475	1.151	

Fonte: Conab. *Dados parciais.

Nota: A média foi calculada para o período 1994-97 e o percentual é o equivalente à participação de cada estado com relação ao Nordeste.

Nordeste: preços médios recebidos pelos produtores de feijão

em R$/kg

	1990	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*
Janeiro	0,82	1,15	0,55	1,15	1,49	0,73	0,8	0,74	0,65
Fevereiro	0,75	1,08	0,53	1,09	2,13	0,69	0,81	0,72	0,7
Março	0,73	1	0,52	0,94	2,06	0,71	0,77	0,7	0,79
Abril	0,84	1,05	0,48	1,14	1,49	0,68	0,77	0,67	0,85
Maio	0,96	1,13	0,49	1,28	0,97	0,65	0,69	0,64	1,52
Junho	1,29	1,03	0,52	1,36	0,67	0,56	0,68	0,61	1,75
Julho	1,28	0,9	0,57	1,12	0,65	0,54	0,68	0,58	1,87
Agosto	1,18	0,71	0,7	1,14	0,59	0,56	0,67	0,58	
Setembro	1,22	0,64	0,83	1,21	0,61	0,57	0,68	0,58	
Outubro	1,28	0,66	0,95	1,11	0,77	0,61	0,72	0,59	
Novembro	1,16	0,6	0,99	1,27	0,76	0,63	0,75	0,61	
Dezembro	1,05	0,55	1,09	1,44	0,73	0,72	0,74	0,63	
Média	1,05	0,88	0,69	1,19	1,08	0,64	0,73	0,64	1,16

Fonte: FGV.

Preços corrigidos pelo IGP-DI jul.1998.

bro, coincide com a entressafra na região e atinge o ponto máximo em fevereiro, com índice sazonal 23% acima do índice médio. Dessa forma, a amplitude de variação dos índices sazonais fica em torno de 39%.

Um mercado desigual

A rentabilidade da cultura no Nordeste é variável. De modo geral, pode-se dizer que os produtores com bom nível tecnológico, eficientes na comercialização e que aproveitam os picos de preço, obtêm rentabilidade média muito boa. Os pouco eficientes, quando muito, conseguem sobreviver na atividade. O grande problema é o alto grau de intermediação, que torna o preço recebido pelo produtor muito menor que o preço pago pelo consumidor, comprometendo a lucratividade da cultura.

Os preços reais do feijão no Nordeste mostram a instabilidade característica da região: picos nos anos de seca (1990, 1993 e 1998) e preços mais baixos em anos normais. A partir do Plano Real o preço se estabilizou em torno de R$0,65 até o final do ano passado.

No Nordeste, existe um mercado voltado para a utilização de uma variedade do feijão-de-corda. É o chamado feijão-verde, largamente utilizado por restaurantes e pela população nordestina no preparo de comidas típicas regionais, como o baião-de-dois e o feijão com queijo de coalho. É um nicho de mercado atraente, que apresenta rentabilidade maior que a do feijão comum, já que é comercializado a um preço bastante superior.

De acordo com experiência realizada na cidade cearense de Pentecoste, em 1997, a receita líquida da produção de feijão-verde irrigado alcançou em média R$2.047,00/ha. Considerando-se o preço de R$1,00/kg pago ao produtor, isto significou uma lucratividade média (lucro líquido/receita bruta) de 69%. Já a produção irrigada em pequena escala (até 1ha) do feijão comum (seco), nas mesmas condições, mostrou-se inviável financeiramente. Isto porque o preço ao produtor tende a cair em função da maior oferta e das preferências do consumidor (alcançou apenas R$0,60/kg), além de os grãos secos perderem umidade e peso.

Assim, a comercialização dos grãos verdes irrigados tem múltiplas vantagens (peso, preço e possibilidade de reutilização da área) embora haja a desvantagem da exigência de comercialização escalonada.

Encontrar nichos de mercado que possibilitem maior lucratividade pode ser uma das alternativas para os produtores nordestinos, que enfrentam problemas relacionados à baixa produtividade da cultura, além do risco climático.

Apesar de produzir o maior volume de feijão do país, a produtividade na região é bastante inferior à nacional, que vem crescendo lentamente desde 1990. No caso do Nordeste, esse crescimento era bem mais acentuado. Espera-se que a queda de produtividade de 1998 não venha a alterar essa tendência.

Diante das limitações impostas pelo risco climático, baixa produtividade e tendência de queda de preços, resta investigar sistemas de produção mais adequados às condições de cada produtor. AGROANALYSIS de setembro do ano passado apresenta uma análise comparativa de custos de 11 sistemas de colheita existentes, com informações obtidas junto a produtores e técnicos de empresas rurais, que pode subsidiar os agricultores no planejamento para a melhoria do rendimento da cultura de feijão.

No caso do Nordeste, os preços, até julho, deveriam estar no seu nível mais baixo,. Nesse tocante, a explicação é inadequada.

Mestre em economia rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisadora no Banco do Nordeste (Etene).E-mail: jane@banconordeste.gov.br

A autora agradece a colaboração recebida dos colegas José Maria Marques de Carvalho e Francisco Raimundo Evangelista.

CAFÉ BRASILEIRO

O ano bom não passou

No ano passado o setor exportador de café verde brasileiro obteve um bom resultado. Mas em 1999 pode ser ainda melhor

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

No último dezembro, os embarques de café verde registraram um total de 1,67 milhão de sacas de arábica e 120,7 mil sacas de conillon, fechando 1998 com um total de 16,5 milhões de sacas – 15,6 milhões de arábica e 942,05 mil de conillon.

Em 1996 e 1997 foram exportados respectivamente 14,4 e 12,7 milhões de sacas. O aumento de 1998 foi de 14,7%, comparado a 1997, e de 29,9% com relação a 1996. O café conillon em 1998 obteve 71,7% mais do que em 1997, enquanto o arábica aumentava 12,2% em relação a 1997, tendo como resultado uma receita cambial de US$2,331 bilhões.

Mercados novos e antigos

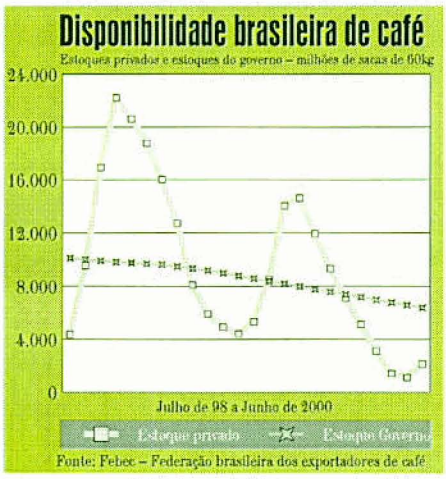
A reconquista de mercados tradicionais foi um dos principais fatores para o bom desempenho de 1998. Consumidores típicos do Brasil, como EUA, Japão, Itália, Grécia e Espanha, aumentaram o volume de compras. O total exportado para os 12 principais países compradores de café brasileiro foi de 13,01 milhões de sacas de café verde – um aumento de 1,3 milhão de sacas, ou seja, 11,2% em relação a 1997.

Entre esses 12 consumidores de café verde brasileiro, os maiores destaques em 1998 ficaram com os EUA, com um aumento de 28%; o Japão, com 15,8%; o Canadá, com mais 62%; a Grécia , com 27,2%; e a Espanha, com mais 17%. Esse aumento das compras dos países tradicionais pode caracterizar uma retomada da produção do café brasileiro, que no decorrer da década sofreu forte pressão dos cafés de outras origens e uma ausência de incentivos internos, como por exemplo uma política de *marketing* mais agressiva do café brasileiro nos mercados externo e interno.

O café brasileiro conquistou também novos mercados: outros 59 países importadores de café verde. As exportações para esse grupo chegaram a 3,6 milhões de sacas – um acréscimo de 30,2%, já que em 1997 esses países haviam comprado 2,73 milhões de sacas.

As perspectivas para o ano-safra 1999/2000 apontam para um cenário estreito no que diz respeito à oferta do produto. Confirmadas as estimativas de produção brasileira em torno dos 23,2 milhões de sacas para a temporada vindoura e mantido o mesmo nível de produção dos outros países observado na temporada passada, a produção mundial ficaria em torno de 94,4 milhões de sacas.

Preços mais competitivos graças à desvalorização cambial fazem prever que as exportações do primeiro semestre deverão superar os 5,6 milhões de sacas do primeiro semestre de 1998, mesmo com uma estimativa de produção menor e a sazonalidade típica do período.



Supondo que o consumo se mantenha nos mesmos patamares de 1998/99, ou seja, 106,1 milhões de sacas, teríamos um ano apertado, no qual seria necessário utilizar 54,5% dos estoques mundiais. Caso sejam confirmadas perdas na produção dos países da América Central, em razão dos estragos provocados pelo furacão Mitch, o quadro seria ainda pior, e o aumento dos preços internacionais seria inevitável.

No cenário interno, a situação não é tão diferente, pois a disponibilidade interna de café também apresenta uma redução na oferta. Estatísticas da Febec estimam que o nível de estoques em mãos do setor privado deverá diminuir de aproximadamente 76,4% no primeiro semestre de 1999, comparado a dezembro de 1998. Esse quadro de redução na oferta forçará a maior participação dos estoques governamentais e possível elevação dos preços internos.

As exportações para o primeiro semestre deste ano deverão superar os 5,6 milhões de sacas do primeiro semestre de 1998, caso continue o ritmo do mês de janeiro, quando o alcançado pelas exportações foi de 1,4 milhão de sacas, registrando uma receita cambial de US$ 170 milhões.

Segundo relatório divulgado pela Febec, esse resultado em ternos de receita cambial proporciona um recorde da década para o mês de janeiro. Mesmo com uma estimativa de produção menor e a sazonalidade típica do período, no qual a concorrência internacional é mais intensa devido ao ingresso de safras oriundas da maioria de outros 55 países produtores-exportadores como Colômbia, Quênia, Costa Rica, El Salvador e Guatemala, que amenizaria a demanda de cafés brasileiros. Mas a desvalorização cambial torna os preços mais competitivos em relação aos de outros países exportadores, gerando maior demanda para os primeiros meses deste ano.

Email: roger@fgv.br

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Áreas de fronteira

O destaque da legislação agrícola neste início de ano é a Medida Provisória nº 1.803, que estabelece prazo de dois anos para a regularização de títulos de propriedade de áreas concedidas pelos estados na faixa de fronteira

Medida Provisória nº 1.803-1, *de 28 de janeiro de 1999* *Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira, e dá outras providências.*

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de dois anos, contados de 1º de janeiro de 1999, para que detentor de título de alienação ou concessão de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira de até cento e cinqüenta quilômetros, ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a ratificação de que trata o art. 5º, §1º, da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975.

§1º Somente será possível a ratificação de título cuja exploração do imóvel atenda, simultaneamente, os requisitos da função social da propriedade, nos termos da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

§2º Decorrido o prazo estabelecido no *caput*, sem que tenha sido requerida a ratificação autorizada à União, ou não sendo esta possível, por desatendimento ao § 1º deste artigo ou às disposições do Decreto-Lei nº 1.414, de 1975, o Incra deverá:

I - declarar nulo o título de alienação ou concessão, em ato motivado, no qual demonstrada a nulidade originária do título e a impossibilidade da ratificação;

II - dar ciência da decisão ao interessado e publicá-la no *Diário Oficial* da União;

III - promover o cancelamento dos correspondentes registros, na forma do disposto na Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, procedendo-se em relação a eventuais ocupantes do imóvel conforme o previsto na parte final do art. 6º do referido Decreto-Lei;

IV - requerer o registro do imóvel em nome da União no competente Registro de Imóveis.

§3º O prazo estabelecido neste artigo não impede que o Incra , durante a sua fluência, com a finalidade de solucionar grave conflito social, promova, de ofício, vistoria objetivando verificar se o imóvel rural alcançado pelo *caput* preenche todos os requisitos necessários à ratificação do respectivo título de propriedade.

§4º Reunindo o imóvel, objeto da vistoria de que trata o §3º, as condições para ser ratificado, o Incra expedirá o competente título. Caso contrário, procederá na forma prevista no §2º.

Art. 2º Sempre que o imóvel abrangido por título de que trata o art. 1º for objeto de ação de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, o Incra , de imediato, impugnará o domínio do imóvel.

§1º Na hipótese prevista no *caput*, o preço do imóvel, depositado em juízo, ficará retido até a decisão final sobre a propriedade da área.

§2º O disposto neste artigo aplica-se às ações em andamento.

Art. 3º Caso a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, recaia sobre imóvel rural, objeto de registro, no Registro de Imóveis, em nome de particular, que não tenha sido destacado, validamente, do domínio público por título formal ou por força de legislação específica, o estado no qual está situada a área será citado para integrar a ação de desapropriação.

§1º Nas ações em andamento, o Incra requererá a citação do estado.

§2º Em qualquer hipótese, feita a citação, se o estado reivindicar o domínio do imóvel aplicar-se-á ao caso o disposto nos §§1º e 2º do art. 2º.

§3º Nas situações de que trata este artigo, caso venha a ser reconhecido o domínio do estado sobre a área, fica a União previamente autorizada a desapropriar o imóvel rural de domínio do estado, prosseguindo a ação de desapropriação em relação a este.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.797, de 6 de janeiro de 1999.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Medida Provisória nº 1.797, de 6 de janeiro de 1999.

Brasília, 28 de janeiro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Raul Belens Jungmann Pinto

Resolução nº 2.589, Brasília, 28 de janeiro de 1999 – *Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, §6º, da Lei nº 9.138, de 29.11.95, a Resolução nº 2.238, de 31.1.96, e a Resolução nº 2.471, de 26.2.98*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 28.01.99, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5.11.65, e 10 da Lei nº 9.138, de 29.11.95, resolveu:

Art.1º A renegociação de dívidas de que trata a Resolução nº 2.471, de 26.2.98, pode ser formalizada até 2.8.99.

Parágrafo único. A faculdade prevista neste artigo aplica-se exclusivamente às renegociações iniciadas até 28.5.98, cujos recursos destinados à aquisição dos títulos do Tesouro Nacional tenham sido depositados nas instituições financeiras credoras até 22.7.99.

Art.2º Alterar, para 2.8.99, os prazos estabelecidos nos arts. 1º e 2º da Resolução nº 2.322, de 15.10.96.

Parágrafo único. A autorização de que trata o art. 1º da Resolução nº 2.322/96, passa a contemplar operações de crédito rural contratadas até 20.6.95 e vencidas ou vincendas até 30.7.99.

Art. 3º. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 2.568,de 6.11.98.

Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, presidente em exercício.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Espaço para o otimismo

Os números e a desvalorização cambial permitem prever que este ano será melhor para os agricultores

Espera- recuperação das safras de algodão herbáceo, batata-inglesa, cebola e fumo. A produção de soja, entretanto, deve cair.

O levantamento de dezembro do IBGE confirma os resultados da produção das lavouras: cresceram substancialmente as safras de algodão herbáceo, café e soja, as de batata-inglesa (segunda e terceira safras), feijão (terceira safra) e milho (segunda safra). A produção de laranja permaneceu praticamente estável em relação ao ano anterior e os demais produtos registraram retração: a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, os chamados grãos, foi 3% menor do que no ano anterior.

Já para a safra a ser colhida em 1999 as perspectivas são bastante favoráveis. A produção de arroz deverá crescer, o mesmo acontecendo com a produção de milho.

Também se espera recuperação das safras de algodão herbáceo, batata-inglesa, cebola e fumo. A produção de soja, entretanto, deve cair, porque a queda dos preços desestimulou o plantio da presente safra.

Embora ainda exista muita incerteza, uma vez que as segundas safras e a produção nordestina ainda são incógnitas, os números conhecidos até agora permitem prever que este ano será melhor para os agricultores, sobretudo depois das recentes alterações da política cambial.

E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Brasil: produção e área colhida de lavouras selecionadas

	Área (em ha)			*Produção (em t)*		
	Safra 1997	*Safra 1998*	*Variação %*	*Safra 1997*	*Safra 1998*	*Variação %*
Total	46.393.287	43.079.257	-7,14	–	–	–
Algodão herbáceo (em caroço)	635.715	823.654	29,56	831.755	1.217.378	46,36
Arroz (em casca)	3.571.594	3.072.252	-13,98	9.289.966	7.795.593	-16,09
Batata-inglesa	181.560	172.966	-4,73	2.757.234	2.634.134	-4,46
Batata-inglesa 1ª safra	102.826	93.992	-8,59	1.501.588	1.294.043	-13,82
Batata-inglesa 2ª safra	60.770	60.564	-0,34	820.156	886.335	8,07
Batata-inglesa 3ª safra	17.964	18.410	2,48	435.490	453.756	4,19
Cacau (em amêndoa)	728.300	710.723	-2,41	285.029	282.133	-1,02
Café (em coco)	2.050.693	2.095.258	2,17	2.341.229	3.380.073	44,37
Cana-de-açúcar	4.879.996	4.944.018	1,31	337.195.499	338.348.410	0,34
Cebola	67.801	66.827	-1,44	883.988	832.835	-5,79
Feijão	4.827.660	3.329.553	-31,03	2.990.720	2.183.767	-26,98
Feijão (em grão) 1ª safra	2.491.773	1.851.693	-25,69	1.398.587	986.617	-29,46
Feijão (em grão) 2ª safra	2.161.525	1.294.269	-40,12	1.319.593	909.609	-31,07
Feijão (em grão) 3ª safra	174.362	183.591	5,29	272.540	287.541	5,5
Laranja	975.410	1.006.592	3,2	114.804.109	114.934.296	0,11
Mandioca	1.909.831	1.586.241	-16,94	24.304.701	19.808.688	-18,5
Milho	13.554.972	10.599.213	-21,81	34.600.876	29.296.864	-15,33
Milho (em grão) 1ª safra	11.465.097	8.412.641	-26,62	30.553.338	23.591.500	-22,79
Milho (em grão) 2ª safra	2.089.875	2.186.572	4,63	4.047.538	5.705.364	40,96
Soja (em grão)	11.504.084	13.250.996	15,19	26.430.782	31.357.324	18,64
Trigo	1.505.671	1.420.964	-5,63	2.440.863	2.222.065	-8,96

Fonte: IBGE, LSPA: *Levantamento sistemático da produção agrícola*, dez. 1998.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

PÊRA

China em destaque

Maior produtor mundial de pêra, a China vem se beneficiando das boas condições climáticas

As variedades de pêra Bartlett são responsáveis por mais da metade da produção total da fruta nos EUA

Itália

1996/97 a 1998/99 (previsão) – em toneladas métricas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Produção	1.074.000	659.000	1.100.000
Importação	43.200	96.000	50.000
Oferta total	1.117.200	755.000	1.150.000
Exportação	168.300	93.000	170.000
Consumo interno	813.386	582.000	870.000
Processamento	110.000	80.000	110.000

A safra italiana 1998/99 deverá apresentar grande aumento sobre a anterior, drasticamente prejudicada por forte geada na primavera de 1997.

China

1996/97 a 1998/99 (previsão) – em toneladas métricas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Produção	5.806.632	6.400.000	6.930.000
Importação	603	600	800
Oferta total	5.807.235	6.400.600	6.930.800
Exportação	96.278	97.000	130.000
Consumo interno	5.420.595	5.983.570	6.454.300
Processamento	290.362	320.030	346.500

Maior produtor mundial da fruta, a China tem-se beneficiado das boas condições climáticas verificadas nas regiões produtoras das províncias de Shandong, Shaanxi, Henan e Liaoning.

EUA

1996/97 a 1998/99 (previsão) – em toneladas métricas

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Produção	744.573	947.193	833.105
Importação	77.993	67.864	70.000
Oferta total	822.566	1.015.057	903.105
Exportação	119.497	164.731	155.000
Consumo interno	375.847	424.203	386.863
Processamento	327.222	426.123	361.242

As variedades de pêra Bartlett são responsáveis por mais da metade da produção total da fruta nos EUA, enquanto a do tipo Anjou representa 30% da colheita.

Chile

1996/97 a 1998/99 (previsão) – em toneladas métricas

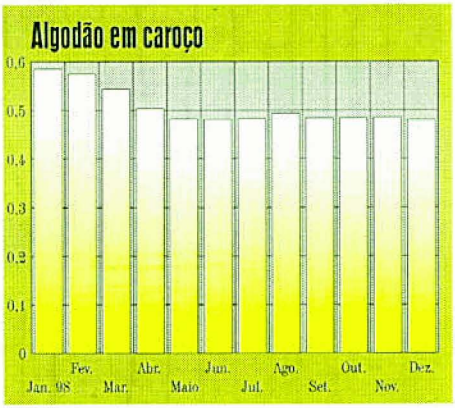
Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Produção	257.000	260.000	nd
Importação	0	0	nd
Oferta total	257.000	260.000	nd
Exportação	163.060	155.000	nd
Consumo interno	56.500	57.000	nd
Processamento	37.440	48.000	nd

Fonte: Usda (dezembro de 1998). nd=não disponível

À semelhança da Argentina, o Chile vem se aplicando na concorrência pelas vendas mundiais da fruta, disputando este comércio com os EUA, a União Européia e a África do Sul.

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro 1998/unidade



Preços desestimulam plantio de algodão

O aumento da produção de algodão teve como conseqüência a retração dos preços, desestimulando o plantio da nova safra.

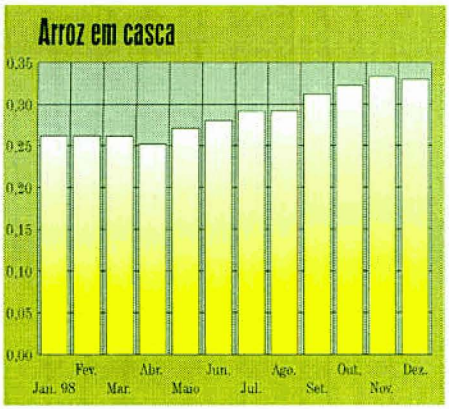
Anos/ Produtos	*Algodão em caroço*	*Amendoim em casca*	*Arroz em casca*	*Banana*	*Batata-inglesa*	*Cacau*	*Café em coco*	*Cana-de-açúcar*	*Feijão*	*Fumo em folha*
	(kg)	*(kg)*	*(kg)*	*(dúzia)*	*(kg)*	*(15 kg)*	*(kg)*	*(t)*	*(kg)*	*(kg)*
Média 1990	0,585	0,507	0,304	0,400	0,462	19,613	0,780	17,045	0,904	2,009
Média 1991	0,604	0,600	0,386	0,403	0,495	22,218	0,742	18,216	0,898	2,084
Média 1992	0,533	0,417	0,284	0,296	0,320	22,007	0,639	18,909	0,698	2,891
Média 1993	0,599	0,531	0,281	0,312	0,349	19,445	0,808	16,889	0,876	2,591
Média 1994	0,605	0,477	0,272	0,398	0,546	20,435	1,441	17,420	1,053	2,224
Média 1995	0,530	0,429	0,222	0,593	0,401	18,907	1,303	15,658	0,628	2,061
Média 1996	0,549	0,439	0,232	0,466	0,310	17,793	1,071	17,056	0,688	2,293
Média 1997	0,595	0,522	0,240	0,363	0,337	22,572	1,405	17,452	0,619	2,055
Média 1998	0,506	0,406	0,289	0,373	0,409	24,119	1,257	17,024	1,049	2,046
Fev. 1997	0,557	0,439	0,246	0,375	0,214	17,864	1,297	17,253	0,643	2,079
Mar.	0,583	0,466	0,233	0,381	0,286	19,480	1,419	17,394	0,625	2,055
Abr.	0,600	0,537	0,232	0,369	0,379	21,641	1,422	17,345	0,642	2,043
Maio	0,609	0,556	0,231	0,388	0,493	23,067	1,501	17,229	0,640	2,037
Jun.	0,605	0,542	0,229	0,386	0,469	23,648	1,585	17,736	0,646	2,012
Jul.	0,604	0,594	0,229	0,354	0,375	23,346	1,375	17,710	0,604	2,021
Ago.	0,604	0,594	0,229	0,354	0,375	23,335	1,376	17,707	0,604	2,022
Set.	0,622	0,601	0,238	0,352	0,269	24,411	1,471	17,500	0,570	2,000
Out.	0,609	0,568	0,248	0,351	0,310	25,122	1,456	17,079	0,578	2,075
Nov.	0,594	0,481	0,256	0,338	0,338	24,813	1,403	17,235	0,594	2,130
Dez.	0,580	0,447	0,264	0,325	0,336	24,663	1,505	17,707	0,610	2,126
Jan. 98	0,585	0,434	0,262	0,323	0,423	23,924	1,593	17,341	0,605	2,057
Fev.	0,575	0,373	0,262	0,343	0,403	22,689	1,603	17,135	0,675	2,036
Mar.	0,543	0,362	0,261	0,352	0,442	22,637	1,529	17,558	0,724	2,062
Abr.	0,503	0,393	0,252	0,352	0,483	23,311	1,420	17,441	0,796	2,024
Maio	0,482	0,412	0,271	0,382	0,452	25,790	1,256	17,361	1,316	2,029
Jun.	0,481	0,411	0,281	0,391	0,441	25,599	1,162	17,082	1,473	1,984
Jul.	0,483	0,432	0,292	0,392	0,412	24,810	1,066	16,885	1,317	2,001
Ago.	0,494	0,413	0,292	0,393	0,373	24,249	1,088	16,985	1,249	1,995
Set.	0,484	0,423	0,312	0,393	0,353	24,305	1,058	16,798	1,108	2,046
Out.	0,484	0,413	0,323	0,393	0,373	24,212	1,058	16,642	1,129	2,087
Nov.	0,485	0,404	0,333	0,384	0,374	24,327	1,101	16,854	1,081	2,151
Dez.	0,480	0,400	0,330	0,380	0,380	23,580	1,150	16,200	1,120	2,080

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro de 1998/unidade

Cotações do arroz se recuperam

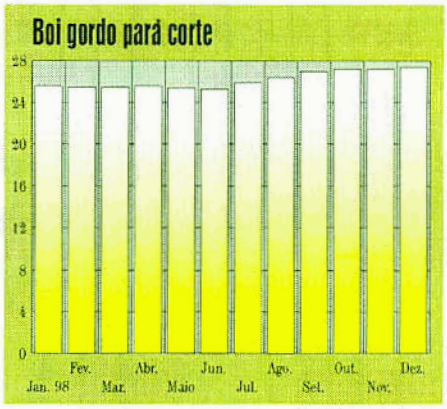
A retração da safra abriu espaço para uma recuperação das cotações do arroz.



Anos/ Produtos	*Laranja*	*Milho*	*Mandioca (raiz)*	*Soja*	*Tomate*	*Trigo em grão*	*Cebola*	*Mamona*	*Pimenta-do-reino*	*Sisal*	*Uva*
	(cento)	*(kg)*	*(t)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*
Média 1990	4,182	0,204	60,599	0,243	0,548	0,196	0,792	0,290	1,406	0,209	0,379
Média 1991	3,216	0,217	72,571	0,300	0,469	0,197	0,466	0,238	1,159	0,210	0,330
Média 1992	3,164	0,193	82,031	0,311	0,438	0,233	0,494	0,258	0,954	0,193	0,280
Média 1993	2,505	0,199	81,404	0,308	0,413	0,214	0,503	0,292	1,029	0,205	0,574
Média 1994	3,384	0,171	58,471	0,269	0,525	0,178	0,397	0,295	1,663	0,247	0,371
Média 1995	3,234	0,141	82,473	0,203	0,484	0,178	0,547	0,294	1,962	0,298	0,504
Média 1996	2,064	0,163	86,348	0,259	0,401	0,219	0,251	0,289	1,715	0,284	0,209
Média 1997	2,349	0,131	80,368	0,280	0,329	0,158	0,520	0,256	3,320	0,320	0,289
Média 1998	2,824	0,144	74,636	0,226	0,411	0,154	0,439	0,237	4,312	0,283	0,880
Fev. 1997	2,808	0,129	80,661	0,268	0,321	0,139	0,321	0,289	2,422	0,311	0,364
Mar.	2,818	0,127	88,599	0,275	0,307	0,148	0,403	0,275	2,447	0,328	0,339
Abr.	2,791	0,126	86,260	0,284	0,432	0,158	0,537	0,274	2,907	0,305	0,000
Maio	2,520	0,136	84,467	0,283	0,399	0,178	0,661	0,262	2,908	0,304	0,000
Jun.	2,221	0,125	78,158	0,271	0,355	0,177	0,761	0,250	3,003	0,323	0,594
Jul.	2,177	0,125	76,840	0,260	0,281	0,167	0,708	0,250	3,115	0,344	0,594
Ago.	2,178	0,125	76,811	0,261	0,281	0,167	0,709	0,250	3,116	0,344	0,594
Set.	2,051	0,124	77,469	0,290	0,300	0,155	0,549	0,238	3,771	0,311	0,000
Out.	1,972	0,134	78,424	0,289	0,289	0,155	0,485	0,237	4,585	0,330	0,000
Nov.	2,048	0,133	78,566	0,297	0,338	0,154	0,399	0,236	5,561	0,348	0,000
Dez.	2,227	0,142	73,898	0,295	0,366	0,153	0,417	0,234	3,885	0,305	0,600
Jan. 98	2,480	0,141	72,669	0,282	0,403	0,151	0,434	0,242	4,033	0,282	0,605
Fev.	2,560	0,141	74,942	0,262	0,393	0,151	0,444	0,232	3,850	0,282	0,655
Mar.	2,946	0,141	73,441	0,241	0,412	0,151	0,442	0,231	4,525	0,261	0,714
Abr.	2,648	0,141	69,270	0,222	0,443	0,151	0,403	0,232	4,129	0,262	0,725
Maio	2,441	0,151	70,328	0,221	0,492	0,151	0,352	0,231	4,260	0,271	1,165
Jun.	2,625	0,140	72,768	0,210	0,491	0,160	0,421	0,220	4,799	0,281	1,002
Jul.	2,655	0,151	77,085	0,211	0,483	0,161	0,422	0,231	4,697	0,282	1,016
Ago.	2,891	0,141	76,122	0,201	0,433	0,161	0,393	0,242	4,554	0,292	1,018
Set.	3,094	0,141	75,565	0,212	0,353	0,151	0,433	0,252	4,323	0,302	0,937
Out.	3,125	0,141	76,930	0,212	0,353	0,151	0,544	0,242	4,213	0,282	0,907
Nov.	3,181	0,151	78,282	0,222	0,353	0,162	0,515	0,242	4,140	0,303	0,919
Dez.	3,240	0,150	78,230	0,220	0,320	0,150	0,470	0,250	4,220	0,290	0,900

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro 1998/unidade



Boi gordo à sombra dos níveis de 1995

Embora registrando sensível recuperação no segundo semestre, os preços do boi gordo ainda estão muito abaixo dos níveis vigentes até 1995.

Anos/ Produtos	*Bezerro até um ano*	*Boi gordo para corte*	*Vaca leiteira de raça*	*Vaca leiteira comum*	*Suíno para corte*	*Frango/galinha para corte*	*Leite*	*Lã*	*Ovos*	*Mel de abelha*	*Boi magro*
	(cabeça)	*(15 kg)*	*(cabeça)*	*(cabeça)*	*(15 kg)*	*(kg)*	*(l)*	*(15kg)*	*(dz)*	*(l)*	*(cabeça)*
Média 1990	193,390	39,400	948,759	582,158	23,552	1,706	0,399	35,238	1,058	3,962	362,192
Média 1991	171,300	36,315	765,036	478,337	22,532	1,457	0,375	20,805	0,924	4,642	313,110
Média 1992	156,118	34,651	654,757	408,320	19,520	1,279	0,352	32,947	0,900	2,994	291,555
Média 1993	168,275	36,725	698,834	434,721	21,814	1,290	0,365	27,375	1,007	3,111	305,668
Média 1994	194,015	35,648	874,479	531,486	20,070	1,228	0,328	32,468	0,942	3,613	341,869
Média 1995	171,619	28,993	963,308	539,656	18,187	1,001	0,341	40,219	0,764	6,133	301,729
Média 1996	131,586	24,690	784,633	423,260	14,751	0,937	0,301	30,007	0,842	6,043	245,247
Média 1997	125,807	24,976	726,407	388,588	16,795	0,877	0,263	32,311	0,816	5,143	236,516
Média 1998	127,157	26,128	684,125	365,084	15,500	0,884	0,249	26,447	0,777	5,457	235,565
Fev. 1997	124,459	24,455	731,826	393,470	16,632	0,900	0,268	30,681	0,814	5,240	236,948
Mar.	127,179	24,364	719,058	385,815	17,669	0,890	0,265	30,614	0,869	5,243	234,676
Abr.	128,689	24,695	735,771	391,617	18,082	0,864	0,274	30,056	0,864	5,181	236,822
Maio	130,003	24,579	727,866	388,087	17,660	0,850	0,273	30,196	0,850	5,166	238,282
Jun.	126,788	24,461	728,914	392,072	16,891	0,855	0,271	31,249	0,865	5,224	237,122
Jul.	126,302	25,367	730,894	392,595	16,564	0,885	0,271	31,451	0,865	5,053	236,395
Ago.	126,243	25,357	730,579	392,424	16,561	0,886	0,271	31,433	0,865	5,055	236,290
Set.	124,747	25,498	716,381	385,450	16,256	0,891	0,259	31,922	0,808	5,035	237,454
Out.	125,147	25,391	715,282	378,623	16,439	0,888	0,248	34,374	0,795	5,008	238,431
Nov.	123,492	25,561	727,886	386,923	16,334	0,860	0,246	37,737	0,707	5,069	236,805
Dez.	122,929	25,619	717,406	382,568	16,252	0,854	0,244	36,593	0,722	5,228	234,111
Jan. 98	124,166	25,577	712,161	385,141	15,909	0,847	0,242	34,671	0,696	5,273	230,780
Fev.	122,740	25,431	690,781	370,318	15,845	0,917	0,232	29,120	0,726	5,332	230,533
Mar.	123,822	25,442	680,715	362,175	15,678	0,915	0,241	27,745	0,744	5,179	235,889
Abr.	126,718	25,527	679,105	362,491	15,648	0,906	0,242	29,333	0,796	5,367	238,955
Maio	127,977	25,358	674,668	356,855	15,593	0,894	0,251	27,790	0,844	5,355	235,308
Jun.	127,903	25,258	674,783	362,890	15,419	0,892	0,260	26,090	0,822	5,430	231,811
Jul.	129,149	25,876	683,015	361,722	15,467	0,885	0,261	27,002	0,825	5,561	234,654
Ago.	128,066	26,385	683,073	362,164	15,535	0,897	0,262	28,591	0,796	5,662	235,247
Set.	128,941	26,965	685,424	362,407	15,296	0,877	0,262	27,670	0,776	5,724	235,905
Out.	128,741	27,186	684,974	362,173	15,039	0,857	0,252	23,093	0,776	5,665	238,139
Nov.	129,107	27,175	686,173	363,904	15,006	0,858	0,242	19,964	0,778	5,645	240,048
Dez.	128,550	27,360	674,630	368,770	15,560	0,860	0,240	16,290	0,750	5,290	239,510

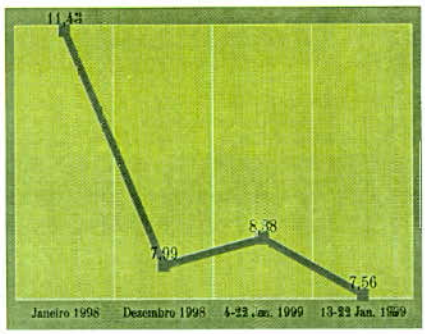
ELIANA LEITE E CARLOS COGO*

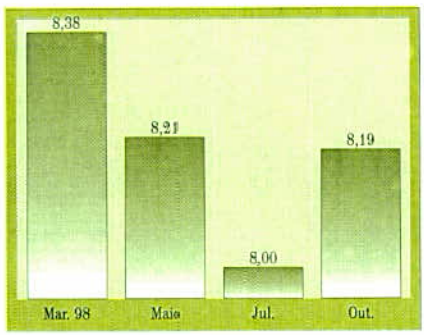
Mercado externo

As previsões de mercado foram feitas no dia 20 de janeiro último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 1999.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar

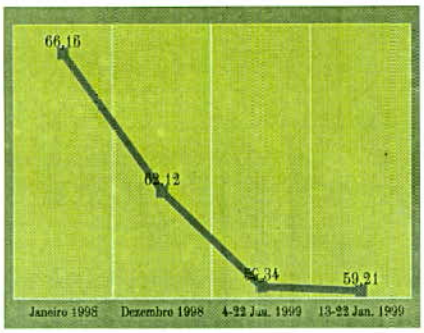


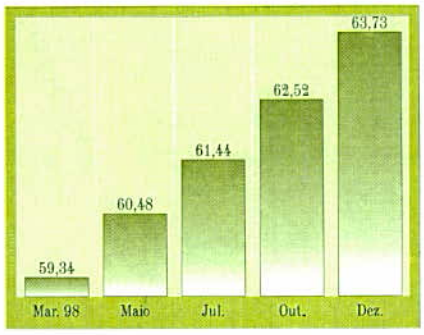


US¢/lb.-peso mundial branco

A desvalorização cambial aumentou a competitividade e o volume estimado de exportações do Brasil, maior exportador mundial, empurrando para baixo as cotações futuras.

Algodão

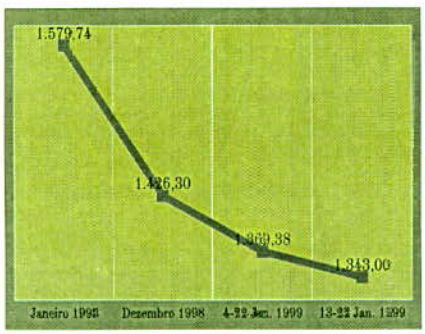


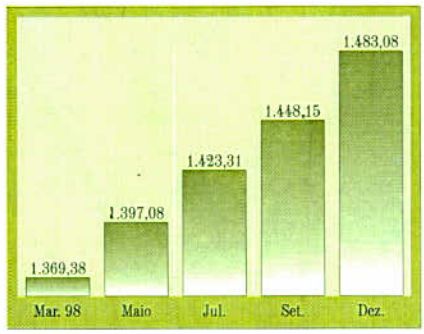


1-1/16" US¢/lb.-peso

A possibilidade da China desvalorizar sua moeda, o yuan, manteve a pressão sobre as cotações futuras, que seguem estagnadas.

Cacau

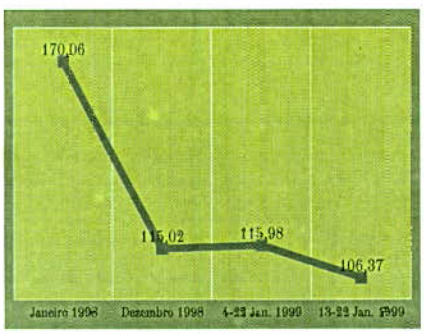


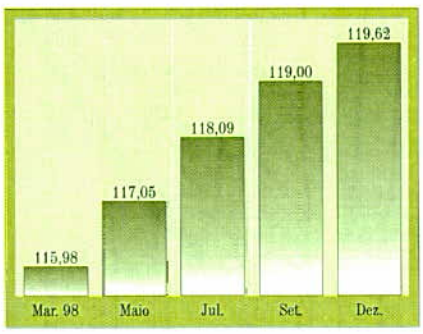


Bahia US$/t

Mercado atuando segundo expectativas de uma supersafra. Nesse sentido os compradores permanecem retraídos, mantendo-se fora do mercado.

Café



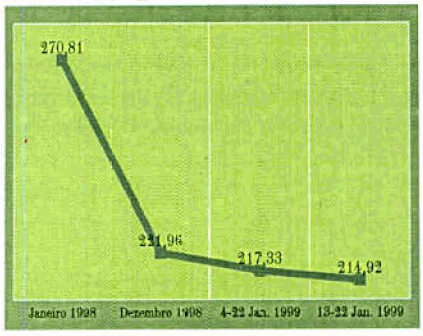


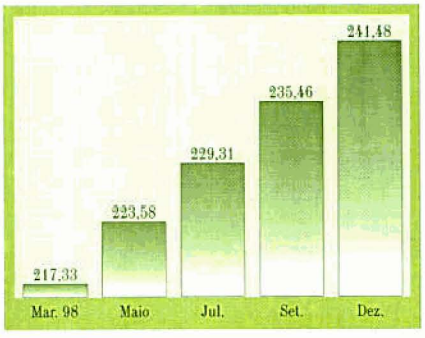
Contrato "C" Nova York US¢/lb.-peso

Desvalorização cambial no Brasil e rumores sobre o estabelecimento de um imposto sobre as exportações brasileiras de café ampliarão dinamicamente a oferta do Brasil no mercado externo no curto prazo.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

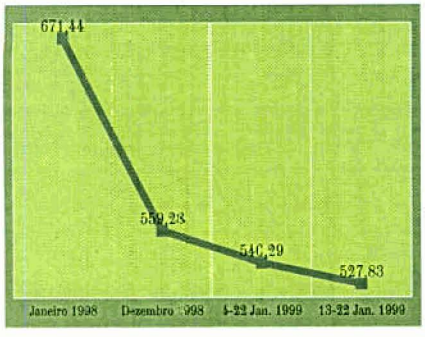




Milho

two yellow US¢/bushel de 56lb.

A redução do rebanho suíno e o grande estoque de milho nos EUA projetam novas reduções de preço que poderão ser amenizadas por uma eventual maior demanda externa.

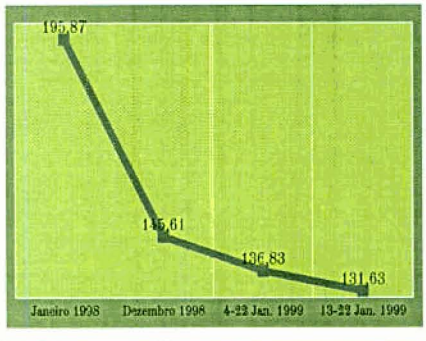


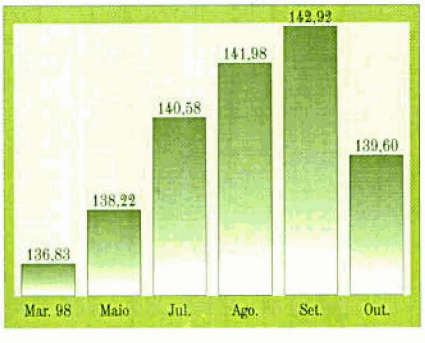


Soja-grão

grão one yellow US¢/bushel de 60lb.

A desvalorização cambial que aumenta a competitividade do Brasil e a expectativa de uma grande safra na América do Sul pressionam para baixo as cotações futuras.

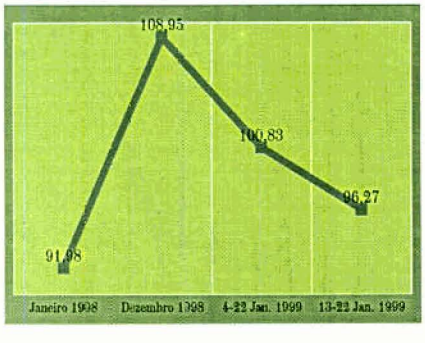


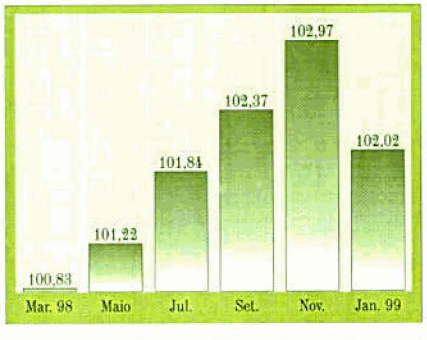


Soja, farelo

farelo US¢/bushel de 56lb.

O aumento da competitividade das exportações brasileiras de derivados e o bom andamento da safra de grão pressionam as cotações futuras do farelo para baixo na CBOT.

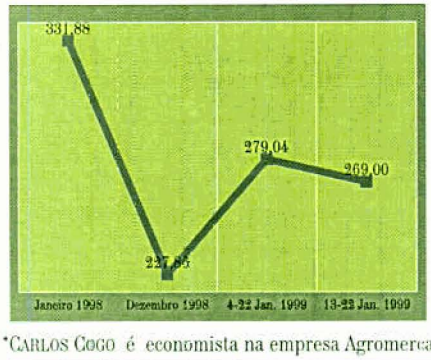


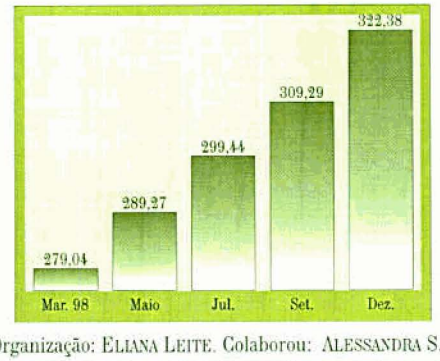


Laranja,

suco US¢/lb.-peso

Elevados estoques e maior produção no Brasil mantém as cotações sob pressão, revendo a tendência altista preconizada pelo Usda em outubro passado.





Trigo

soft red US¢/bushel de 60lb.

Ceticismo quanto ao pacote de ajuda dos EUA à Russia e retração na demanda sinalizam baixa nas cotações futuras.

*CARLOS COGO é economista na empresa Agromercados. Organização: ELIANA LEITE. Colaborou: ALESSANDRA S. VAZ. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

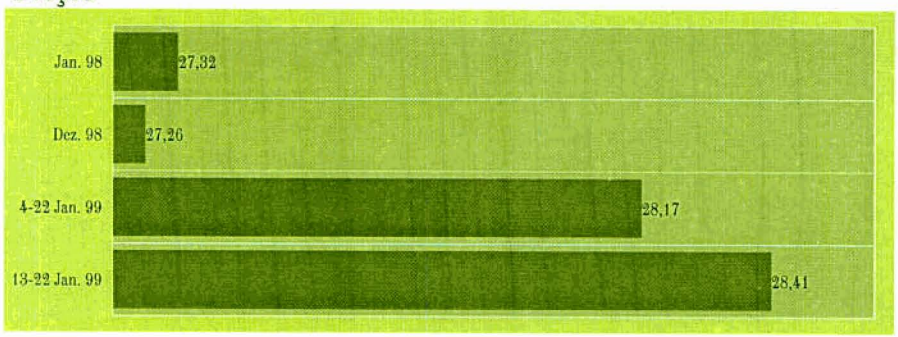
AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

Mercado interno

ELIANA LEITE E CARLOS COGO

As previsões de mercado foram realizadas no dia 20 de janeiro último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 1999. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 1998. Os preços de janeiro de 1999 são nominais.

Preços



Tendência

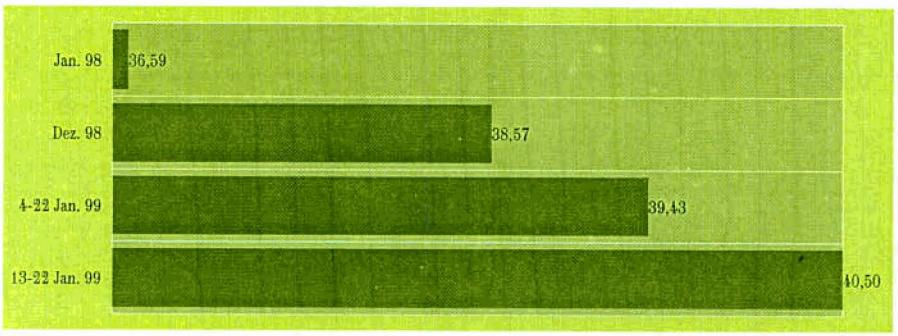
Algodão



Fatores ponderáveis

(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

Baixos estoques domésticos e a desvalorização cambial promovem altas nas cotações do mercado doméstico.

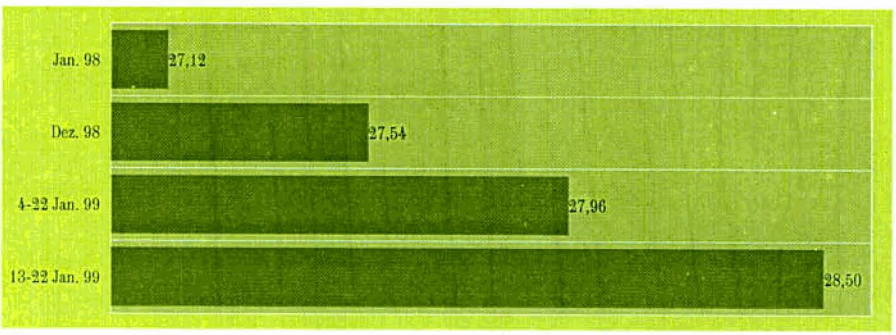


Arroz



agulhinha R$/sc. 60kg

Mesmo com a aproximação de uma safra recorde, a desvalorização cambial manteve as cotações estáveis neste final de entressafra.

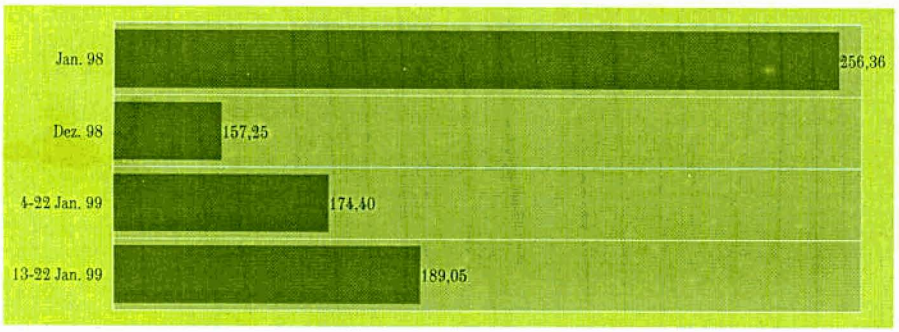


Boi



gordo R$/arroba

Retenção de oferta provocada pela desvalorização cambial pressiona os preços do boi gordo para cima.



Café

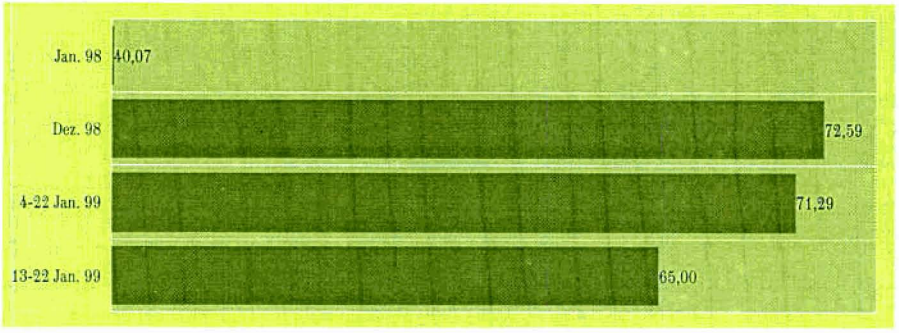


tipo 6 R$/sc. 60kg arábica

Os fundamentos do mercado são altistas mas, devido à crise cambial, os preços em real e em dólar deverão ter tendências opostas: alta expressiva em reais e declínio em dólar, até que o mercado de câmbio encontre seu novo equilíbrio.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

Preços



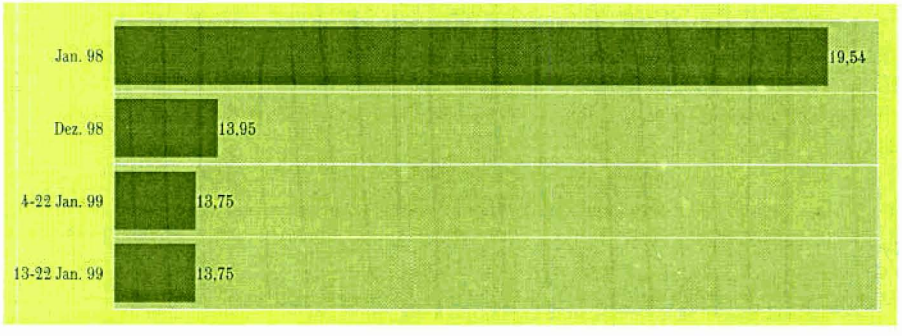
Tendência

Feijão

Fatores ponderáveis

Carioquinha t. 2 esp. R$/sc. 60kg

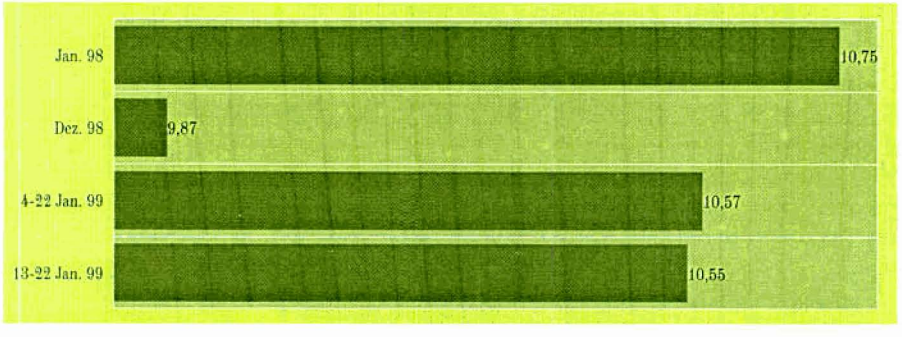
Aumento na oferta de GO, MG e estados do Sul provoca queda nos preços ao produtor e no atacado.



Frango

Vivo R$/kg

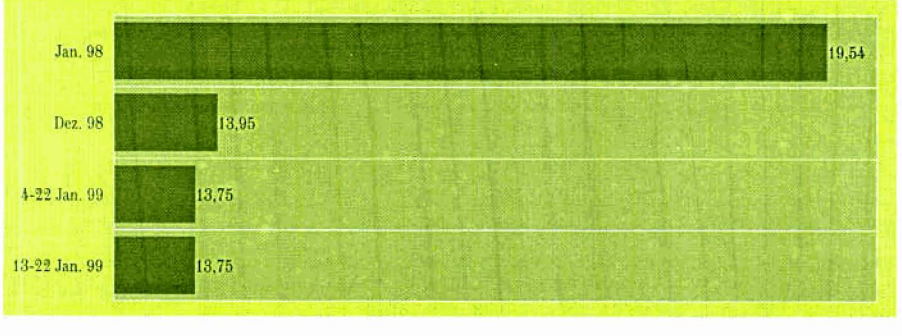
A retração sazonal da demanda durante as férias de verão, aliada à boa oferta das aves, deverá manter os preços sob controle.



Milho

Amarelo semiduro R$/60kg

Com a proximidade da colheita do milho precoce, a tendência é de queda, temperada pela percepção do mercado quanto ao encarecimento do produto importado, devido à desvalorização da moeda.



Soja

Grão industrial R$/60kg

A desvalorização cambial e o final da entressafra provocaram fortes aumentos das cotações no mercado doméstico

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; arroz, feijão, milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

DIÁRIO *de bordo*

A voz de Davos

ROBERTO RODRIGUES



O World Economic Forum, realizado no fim de janeiro e começo de fevereiro deste ano em Davos, na Suíça, representou um ponto de inflexão na compreensão internacional sobre o Brasil.

É bem verdade que nos últimos anos nosso país vinha se tornando mais conhecido pelos governos em todo o mundo, sobretudo em função da facilidade com que o presidente da República se movimenta internacionalmente e também pela postura mais firme com que o Itamarati tem se posicionado nas negociações da OMC, Alca e Mercosul.

Ainda assim éramos pouco conhecidos pela opinião pública estrangeira. Todo mundo conhece algumas marcas registradas: o eterno Pelé, o carnaval, a destruição da Amazônia e os meninos de rua. E ainda é comum insinuar-se a velha máxima de De Gaulle, segundo a qual não somos um país sério. Cansei de ouvir gente supostamente bem informada – porque a mal informada nem sabe bem em que continente estamos – perguntar como vai nossa capital Buenos Aires.

Mas a atual crise econômica do Brasil – metida no grande terremoto determinado pela globalização e no pantanal das finanças mundiais – e suas conseqüências internas e externas se transformam em motivo de especulação em todos os gabinetes executivos e acadêmicos do planeta, e um motivo de preocupação nos escritórios das empresas multinacionais e de grandes investidores globais.

O Brasil foi uma grande vedete em Davos. Em um megaevento daqueles, em que duas mil personalidades de destaque, públicas ou da área privada, de todos os países se juntavam em centenas de painéis e plenárias grandiosas, o Brasil foi lembrado, perguntado, solicitado e criticado à exaustão. Palpites foram dados por economistas de renome como Dornbusch, Cavallo, Fischer, William Rhodes, Gurria Trevino, Lawrence Summers, Charlene Barshefsky, Robert Rubin, George Soros e outros. Governantes de destaque, como Al Gore, também se referiram ao nosso país, assim como banqueiros e consultores em economia.

De tudo o que se disse, emerge uma nova realidade: o Brasil não é mais visto como uma *banana republic* e passou a novo e importante marco na geopolítica mundial. Tem um novo papel econômico nas relações internacionais, embora ainda não representemos grande coisa nas contas comerciais.

Mas é consenso que o Brasil tem uma posição estratégica de relevo incontestável na nova ordem econômica mundial.

É preciso usar com inteligência a nova imagem do país. A oportunidade se dará nas negociações da OMC, rodada que definirá as regras para o comércio mundial de produtos agrícolas a se iniciar em dezembro próximo.

Felizmente estamos trabalhando bem. Governo e setor privado estão articulados, com respaldo acadêmico, e o país terá uma posição clara para estas negociações, seja como membro do grupo de Cairns, seja como integrante do bloco Mercosul, seja como grande país isolado. As macroposições estão desenhadas e as cadeias produtivas são consultadas sobre suas prioridades e margens possíveis de negociação. É um sucesso e uma novidade, se compararmos nossa atuação de hoje à da Rodada Uruguai do Gatt ou do Mercosul.

Mas o que se viu em Davos impõe uma questão muito maior: não precisamos e não podemos entrar nas negociações com medo ou timidez. Temos um peso muito superior ao que tínhamos no passado, e é preciso falar firme e grosso no futuro. Não por bravata ou ufanismo, mas pelo respeito a que fazemos jus.

Esta é a mudança fundamental. Aliás, o vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, fez um pronunciamento em Davos do qual se destaca o texto literal: "Na semana passada, o presidente solicitou uma nova rodada de negociações do comércio global para expandir o comércio em serviços, manufaturados e produtos agrícolas. Estou particularmente esperançoso de que essas negociações poderão melhorar o padrão de vida dos agricultores e pecuaristas do mundo. Eis por que estou anunciando hoje que os Estados Unidos irão demandar uma redução maior e mais profunda das tarifas agrícolas – na média chegam agora a 40%. Vamos clamar pela eliminação franca dos subsídios agrícolas na exportação – que não são encontrados em nenhum outro setor. Os subsídios agrícolas custam a uma família européia, em média, US$1.500 por ano. Estamos também comprometidos a assegurar que os produtos agrícolas mundiais possam usar com segurança cientificamente comprovada a biotecnologia – sem medo da discriminação comercial. O mundo tem hoje à sua disposição novas e seguras tecnologias que poderão ajudar-nos a alimentar milhões de famílias famintas. Devemos promovê-los, não puni-los."

Todos sabemos que americanos e europeus praticam uma dança de gato e rato em torno da questão do protecionismo agrícola, mas o discurso de Gore é bastante forte e não se pode imaginar que seja um novo pronunciamento performático.

Por outro lado, o item cambial da crise sinaliza claras possibilidades de melhoria de renda para amplos setores do agronegócio brasileiro e portanto abre caminho para investimentos na área, internos e/ou externos, com ampliação inclusive da fronteira agrícola, do volume de produção, do crescimento da participação nos mercados mundiais e do equilíbrio da balança comercial.

Tudo indica que uma nova grande chance se abre ao país, para crescer através do agribusiness e da agricultura.

Espera-se que o governo, que tem sido tão urbano, também seja sensível a essa onda e, junto com o setor privado, aproveite bem a oportunidade. Ela é, sem dúvida, a última deste século e a primeira do próximo milênio.

ASSINE AGROANALYSIS

A menor distância entre o campo e a cidade.

PRT/RJ 1166/86
UP AC Afonso Cavalcante
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA
Não é necessário selar

O selo será pago por:

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro - RJ

Sim! desejo assinar Agroanalysis por um ano (12 edições).
Opções de pagamento, assinatura anual:
Assinatura pessoa física ☐
Assinatura pela empresa ☐

☐ R$ 55,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)
☐ R$ 55,00 (ficha de compensação bancária)
☐ R$ 55,00 (cartão de crédito)

Nome: .....

Empresa: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Tel.: ..... Ramo de atividade: ..... Função na empresa: .....

Data: ..... / ..... / ..... Assinatura: .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido essa a opção escolhida)

Nome do cartão: ..... Nº do cartão: ..... validade: ...../ ...../ .....

Visite nossa Home Page: http://www.fgv.br – email: assine@fgv.br
Praia de Botafogo, 190, sala 607, ou Caixa Postal: 62.591 – CEP: 22252-970
Rio de Janeiro RJ – CEP: 22253-900 – Tel.: (021) 536-9197/9196 – Fax: (021) 536-9155

Ligue grátis 0800-21-7777

Gaucho®

Proteja as plantas via tratamento de sementes



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer

Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

Assessoria de Propaganda da Bayer

Seus resultados, nossa tecnologia.

• Matrizes e Reprodutores Suínos Agroceres PIC



Suíno Ultralight: excepcional conversão de ração em carne magra.



A maior eficiência reprodutiva, em nível mundial.

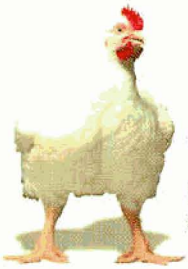


Carne saborosa, com baixo colesterol e saudável.



Carne melhor para um mundo melhor.

• Matrizes para Frango de Corte AgRoss



Maior ganho de peso. Menor custo de produção.



Maior rendimento industrial.



Maior rendimento de carnes nobres.

• Rações, Concentrados e Suplementos para Nutrição Animal



Produtos de qualidade.



Excelente conversão alimentar em carne magra. Nutrição de ponta.



Ração formulada na fazenda.



Mais leite, menos custo.

• Mirex-S e MIPIS







Mirex-S e MIPIS eliminam definitivamente os formigueiros.

Agroceres trouxe para o Brasil o primeiro núcleo genético para modernos suínos tipo carne. Trouxe também o primeiro e ainda único programa comercial de melhoramento genético de frangos. Tudo no mais alto padrão competitivo internacional e associado às maiores organizações mundiais do setor: Pig Improvement Company/PIC e Ross Breeders.

Adaptou com perfeição esses produtos à realidade brasileira. Desenvolveu técnicas especiais para seu manejo no ambiente tropical. E, inclusive, criou uma linha de produtos voltada à nutrição de animais de alta performance – para suínos, aves, bovinos de leite e de corte.

Agroceres não é apenas certeza de excelente resultado. Ela é também confiança, evolução, segurança de inovação em proteção fitossanitária, em genética e em nutrição animal.

agroceres®

RIO CLARO/SP - Tel. (019) 526 8500 - Fax (019) 526 8700 - **www.agroceres.com.br**